



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO MUNICÍPIO DE ÁGUA
BRANCA-AL: LIMITES E POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO**

VITÓRIA ELOISE DANTAS E SILVA

**SÃO CRISTOVÃO – SE
2016**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO MUNICÍPIO DE ÁGUA
BRANCA-AL: LIMITES E POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO

VITÓRIA ELOISE DANTAS E SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Solange Lacks.

SÃO CRISTÓVÃO – SE
2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586f Silva, Vitória Eloise Dantas e
Formação docente e educação a distância no município de
Água Branca-AL : limites e possibilidades de superação / Vitória
Eloise Dantas e Silva ; orientadora Solange Lacks. – São
Cristóvão, 2016.
125 f.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal
de Sergipe, 2016.

1. Educação. 2. Ensino à distância – Alagoas. 3. Professores -
Formação. 4. Ensino superior. 5. Educação e Estado. I. Lacks,
Solange, orient. II. Título.

CDU 37.018.43(813.5)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

VITÓRIA ELOISE DANTAS E SILVA

**FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO MUNICÍPIO DE ÁGUA
BRANCA-AL: LIMITES E POSSIBILIDADES DE SUPERAÇÃO.**

APROVADA EM: 30 de março de 2016.

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pelos
membros da banca examinadora.**

Profª. Dra. Solange Lacks (Orientadora)

Programa de Pós-graduação em Educação-UFS

Profª. Dra. Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus

Programa de Pós-Graduação em Educação-UFS

Profª. Dra. Celi Nelze Zulk Taffarel

Departamento de Educação-UFBA

**SÃO CRISTOVÃO-SE
2016**

Dedico este trabalho a todos aqueles que lutam por dias melhores. Que mesmo perseguidos, não se corrompem diante de vantagens ou favores ilícitos. Para todos aqueles que enxergam a essência, sem deixar-se levar pela aparência. Por fim, para todos aqueles que acreditam na EDUCAÇÃO como instrumento de conscientização da exploração sofrida pela classe trabalhadora, bem como, meio viável de superação da ordem capitalista.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, que até aqui me trouxe e me levará além!

A Maria Dantas e Rembrandt, meus pais, incentivadores e amores da minha vida. Por toda a paciência e dedicação nos cuidados com meu filho, quando, trancada no quarto, eu vivia na busca pelo conhecimento que tanto desejava e se fazia necessário, tendo em vista a minha bandeira de luta e vida. Eu os amo, e, se aqui cheguei, foi por e para vocês!

Ao meu esposo Agildo e ao meu filho Lucas, por suportarem as minhas ausências. Muitas foram as noites e dias que, em presença, me fiz ausente, sempre cercada por livros e de olhos fincados no computador. Amo-os e, assim, sempre será!

A minha família do coração: Gildércio, Marilite, Michele, Dinda e Vanússia, pessoas que tomaram conta de tudo ao “lado de fora”, para que, ao “lado de dentro” eu pudesse realizar meu sonho de ser Mestre em Educação.

A minha orientadora, Prof^ª. Dra. Solange Lacks, a quem eu aprendi a admirar, aquela que eu escolhi para me guiar nesse processo de pesquisa e produção de conhecimento. Entre tantos outros, o meu coração a escolheu. Em meio a uma “fogueira de vaidades”...encontrei a simplicidade e a humildade presentes numa só pessoa. Não tive dúvidas, seria ELA no comando... e, foi!

A professora Celi Taffarel, por sua disponibilidade em pontuar com tanta leveza, as minhas fraquezas. Sim, eu estava perdida em meio a muita coisa que queria analisar, e suas orientações foram muito importantes, encontrei enfim, “o caminho de volta para casa”.

A querida professora Sônia Meire, obrigada pela presença em minha banca de qualificação. Suas palavras ecoam em minha mente e foram luz nos momentos de dúvida e de inquietação.

Ao grupo GEPEL, pela oportunidade de participar das discussões. Aliás, por me permitir ouvir e, assim, aprender. Serei eternamente grata!

Ao SINFUMAB (Sindicato dos Trabalhadores do Município de Água Branca), por ter me permitido iniciar minha vida como militante. Com a Diretoria e depois fazendo parte dela, aprendi que a luta se faz necessária, haja vista a condição de exploração em que vivem, recebem formação e trabalham todos os docentes neste país. Como diz Emir Sader: “o verdadeiro marxista une elaboração teórica, a sua prática política”. A prática política na luta por melhores condições de vida e trabalho, eu já tenho há cerca de nove anos frente a minha categoria(professores), faltava-me, então, a elaboração teórica que agora se faz concreta.

Aos meus alunos, que acompanharam o meu processo de luta (eu escrevi essa Dissertação enquanto atuava como professora) e me viram tantas vezes desabar, chorar e quase desistir. Lindas palavras, ouvi e decidi, então, prosseguir!

Aos meus colegas de trabalho, não vou citar nomes, mas sei quais torceram intensamente por minha vitória. Eu via em seus olhos...olhos que tantas vezes me impulsionaram a seguir em frente. Olhos, que me olhando, decidiram agarrar, pela raiz, a LUTA.

Por fim, meu agradecimento àqueles que dificultaram o meu caminhar, sou movida a desafios e, com certeza, o inoportuno “não” que recebi durante a caminhada, me fez ver quão forte e corajosa sou. Eu cheguei, contrariando a vontade de poucos e fazendo a alegria de muitos... Enfim, cheguei!

A causa não está na coincidência, mas no ser. Não no pensamento, mas na vida; a causa está na evolução e na conduta empírica do indivíduo que, por sua vez dependem das condições universais. Se as circunstâncias em que este indivíduo evoluiu só lhe permitem um desenvolvimento unilateral, de uma qualidade em detrimento de outras...este indivíduo só conseguirá um desenvolvimento unilateral e mutilado. (MARX & ENGELS, 1983)

RESUMO

Este estudo analisa, criticamente, os limites da formação de professores via educação a distância (EAD), fomentada pela ideologia neoliberalista, com base na política educacional para a formação inicial de professores no município de Água Branca - AL, entre os anos 2006-2014. Fruto de uma pesquisa bibliográfica, documental e de entrevistas com alunos da EAD, esta dissertação propõe uma análise que parte da relação existente entre educação e sociedade capitalista, tendo como elementos condutores: leis, decretos, contrato de parceria público-privado na oferta de ensino superior em Água Branca - AL e bibliografia voltada para a crítica aos modelos de educação, formação docente e de sociedade vigentes. Os dados obtidos apontam para a necessidade de superação da modalidade de formação de professores via EAD, uma vez que esta descaracteriza a função social do docente e apresenta limitações, como: ineficiência do material didático, indisponibilidade de bibliotecas e laboratórios adequados na unidade de formação, tutores treinados, apenas, para o exercício de atividades de cunho técnico, infraestrutura precária e ausência total de discussão teórico-crítica durante o processo de formação do professor. Além disso, concluiu-se que, na mencionada modalidade de formação, não há o incentivo à pesquisa, o que limita as aulas a momentos de estudos presenciais que visam ao preparo limitado, para o exercício docente, apenas no âmbito pedagógico. Por meio do presente estudo, fica evidente que a formação ideal é a presencial, público-gratuita e de qualidade elevada. Uma formação que obedeça a tríade estudo-pesquisa-extensão e privilegie a alta discussão teórica como forma de conscientização, do futuro professor, para o processo de transformação social, e consequente superação do modelo de educação e sociedade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Docente. Educação à Distância. Neoliberalismo-Capitalismo. Superação.

ABSTRACT

This study critically analyzes the limits of teacher education through distance education (EAD), fomented by the neoliberalist ideology, based on the educational policy for the initial formation of teachers in the municipality of Água Branca - AL, between the years 2006-2014. As a result of a bibliographical, documentary and interviews research with EAD students, this dissertation proposes an analysis that starts from the relation between education and capitalist society, having as driving elements: laws, decrees, public-private partnership agreement in the offer of education Superior in Água Branca - AL and bibliography focused on the criticism of the models of education, teacher training and society in force. The data obtained point to the need to overcome this modality of teacher training via ODL, since this characterizes the social function of the teacher and presents limitations, such as: inefficiency of didactic material, unavailability of appropriate libraries and laboratories in the training unit, Tutors trained only to perform technical activities, precarious infrastructure and total absence of theoretical discussion during the teacher training process. In addition, it was concluded that, in the aforementioned type of training, there is no incentive to research, which limits the classes to moments of face-to-face studies that aim at limited preparation, for the teaching exercise, only in the pedagogical scope. Through the present study, it is evident that the ideal training is face-to-face, public-gratuitous and of high quality. A training that obeys the study-research-extension triad and privileges the high theoretical discussion as a form of awareness of the future teacher, for the process of social transformation and consequent overcoming of the model of education and capitalist society.

KEYWORDS: Teacher Training. Distance Education. Neoliberalism-Capitalist. Overcoming

LISTA DE SIGLAS

AIE - Aparelho Ideológico do Estado.

CEFAMs - Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério.

EAD - Educação à Distância.

FMI - Fundo Monetário Internacional.

FTC - Faculdade de Tecnologia e Ciências.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC - Ministério da Educação.

OCDE- Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico.

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PPP - Parceria Público-Privado.

SOMESB - Sociedade Mantenedora de Educação Superior da Bahia.

TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	14
2-A IDEOLOGIA NEOLIBERAL E A EDUCAÇÃO: CONTRADIÇÕES NA SOCIEDADE DO CAPITAL	21
2.1- A chegada do neoliberalismo no Brasil e sua influência nos processos educativos	22
2.2-Capitalismo e neoliberalismo: a educação como mercadoria	25
2.3-O neoliberalismo e a crise na formação de professores no Brasil	29
2.4-Os discursos ideológicos que permeiam as políticas públicas da educação brasileira	33
3-AS IDEIAS NEOLIBERAIS IMPLÍCITAS NO TEXTO LEGAL QUE CONDUZ A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	40
3.1- A LDB 9394/96 e suas contradições: o texto legal e sua contribuição para os descaminhos na formação docente	41
3.2- O excesso e as fragilidades do texto legal na condução dos processos de formação de professores	45
3.3-A legislação e sua contribuição para a precarização da formação docente	48
3.4-As parcerias entre o público e o privado: a crise na formação docente como marcas do capitalismo	51
4-A EAD E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A PSEUDO DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	57
4.1-A EAD na formação de professores no município de Água Branca-AL	58
4.2-O contrato de parceria na oferta da EAD na cidade de Água Branca-AL	61
4.3-Educação a distância: a precarização da formação e o discurso da democratização	65
4.4-As parcerias publico-privadas: uma relação que favoreceu o setor privado de ensino	67
4.5-Formação docente omnilateral: nossa contribuição teórica para a superação da formação docente via EAD	71

5-CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
7-ANEXOS	95

1-INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é marcada, fortemente, em todas as suas instâncias, pelo sistema capitalista. Divisão de classes, exploração da classe trabalhadora e processos educativos organizados para a obtenção do consenso, constituem as principais marcas do capital na sociedade moderna. Esta, por sua vez, é a mais desigual, se comparada a outros tipos de organização social. Nela uma minoria de pessoas se apropria de quase toda a riqueza produzida, que, no contexto social citado, divide, em dois blocos, a sociedade: os muito ricos e os aliados socialmente nos seus direitos básicos.

Nas sociedades primitivas, não havia diferenciação de classes sociais, não havia a produção de excedentes. Assim, era possibilitado ao homem, em toda a sua coletividade, o acesso ao saber produzido e acumulado socialmente. Com o decorrer do tempo, com o incentivo à produção de excedentes, a sociedade foi dividida em classes sociais, e, assim, o conhecimento passou a ser distribuído e socializado de acordo com as funções a serem desempenhadas na nova organização social. Surge a educação formal e com ela a escola, que passa a ser a principal reprodutora do modelo capitalista.

No contexto do capital, o sistema educativo é responsável pela disseminação das ideias da classe dominante, que confirmam o que se diz sobre exclusão e dominação, sendo o próprio sistema educativo, vítima de contradições visíveis. De um lado, a educação é responsabilizada por uma série de problemas de ordem social, e de outro é considerada como elemento fundamental para a reestruturação econômica e social.

No seio da sociedade capitalista, a educação é o *locus* privilegiado para a reprodução de relações superficiais e alienadas. Assim, a classe dominante ao longo do tempo e da história expandiu a acumulação de bens na mão de uma minoria, por meio da exploração e alienação da maioria. Os processos educativos converteram-se, então, em processos de disseminação de ideias e valores determinados pelo capital.

Marx abordou as relações capitalistas como fenômenos contraditórios, e, dentro desse contexto de contradições, cabe à educação a função social de combater a alienação e a desumanização dos indivíduos.

É extremamente importante a concepção de Marx sobre os processos educativos, pois, de acordo com o filósofo, a educação não pode ser concebida como instrumento de dominação, deve ser pensada como fator preponderante no processo de superação da lógica capitalista que explora e engana sob o discurso utópico de “igualdade de oportunidades”.

Na contramão do pensamento de Marx, encontramos a educação servindo ao capital e atendendo as suas necessidades de expansão e acumulação ampliada. Mészáros (2005) afirmou que a educação institucionalizada, desde a revolução industrial, tem servido como espaço propício para legitimar a ordem social por meio da transmissão de valores pertencentes à classe dominante.

Discutir os processos de formação de professores com base nessas contradições, que cercam todo o processo educativo e a sociedade, implica na tentativa de incorporar a cultura da negação, resistindo a toda falácia que permeia a propaganda em torno dos atuais processos formativos de professores, a citar: a educação a distância (EAD).

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de despertar, nos profissionais da educação, a cultura da negação a essa formação fragmentada, incentivada e fortemente motivada pelo discurso neoliberalista. A mesma se materializa por meio do discurso legal e de parcerias público-privadas (PPPs), pois, de acordo com Frigotto (2003), em virtude de as instituições escolares serem veículos de transmissão de conhecimentos e valores, podem vir a desarticular interesses importantes a classe trabalhadora, por meio de uma formação precária oferecida aos docentes.

De acordo com as críticas feitas pelas pesquisadoras Gatti e Barreto (2009), a educação a distância em relação à formação de professores apresenta fragilidades relativas ao conhecimento adquirido ao longo da formação. Falhas no processo didático pedagógico, ausência de um corpo docente preparado e especializado para ministrar os conteúdos, falta de controle na criação de novos polos de ensino, bem como a ausência de avaliação da qualidade dos cursos oferecidos, constituem alguns dos pontos que permeiam a grande problemática do ensino a distância no Brasil.

Faz-se pertinente afirmar, que a formação, discutida, oferecida e divulgada como “a porta” para a universalização do conhecimento, esconde a violenta e silenciosa reprodução da educação no mundo rendido ao capital, que, repassada aos futuros docentes, transforma a escola no principal agente de manutenção do sistema capitalista.

Os processos educativos, vistos como possibilidade de ascensão social pelas classes menos favorecidas, ocultam, assim, os interesses do capital, quando sonegam uma formação para a superação do processo de exploração sofrida pela classe trabalhadora. Seguindo esse raciocínio, podemos afirmar que os processos formativos atuais reproduzem as relações sociais capitalistas, ou seja, a produção e a reprodução das forças alienadas de trabalho.

Diante do exposto, a **pergunta científica** é: qual a concepção ideológica do curso de formação de professores a distância e como se materializa em uma realidade concreta?

A **problemática** deste estudo se configura em analisar o processo de formação de professores com base nas contradições que cercam a formação à distância, tentando demonstrar a concepção ideológica que permeia esses cursos, bem como a sua materialização em uma dada realidade.

Nesse sentido, o **objetivo** deste estudo consiste em apresentar uma análise crítica em torno do processo de formação inicial de professores, via educação à distância, tendo como objeto de análise a política de formação docente no município de Água Branca-AL, entre os anos de 2006 a 2014.

A educação a distância no Brasil tem seu marco legal relativo à década de 90 com a Lei 9394/96, que, no Art.80 regulamenta a sua implantação. Seguida pelos Decretos 5622/05 e 5773/06, essa modalidade de formação docente, inicialmente pensada para as instituições públicas, ganha, também, espaço no meio privado de ensino.

Ancorada no discurso da democratização do ensino superior, na “onda” das facilidades criadas pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s), a educação à distância solidificou-se no seio da sociedade brasileira, por meio do discurso da equidade social e das facilidades no tocante à organização e à condução dos horários de estudo e de formação.

Assim, uma expansão desenfreada de cursos de formação docente via EAD, desenvolveu-se, principalmente, no interior dos estados brasileiros, oferecendo uma formação reduzida a encontros semanais ou quinzenais, desprovida de acesso às teorias críticas, com uma rasa discussão no âmbito pedagógico e desinteressada pelo incentivo a pesquisa.

Divulgada como meio lícito de formação de professores, a EAD expandiu-se por meio das políticas públicas de incentivo à iniciativa privada, e transformou-se em grande veículo da oferta do ensino superior no Brasil. Em resposta a anos de descaso e a poucas oportunidades oferecidas ao trabalhador, o Estado se eximiu de sua responsabilidade e promoveu a “venda” de diplomas de nível superior, por meio de uma formação fragmentada e desumanizadora. A EAD foi pensada como formação complementar de um ensino presencial, e com o decorrer do tempo tornou-se, ela própria, a grande porta para o mercado de trabalho.

Este trabalho analisa e descortina as reais condições físicas da unidade formadora e materiais do processo formativo de docentes via EAD no município de Água Branca - AL. Bem como, busca ampliar o debate sobre a expansão desenfreada da Educação Superior Brasileira, por meio das parcerias público-privado (PPP’s) e de seu impacto sobre a sociedade.

O projeto neoliberal implantado na década de 1990 estabelece a minimização do Estado no tocante às políticas públicas, à liberação das forças do mercado e a liberdade da iniciativa econômica. As preocupações dos organismos se referem a um conjunto de reformas estruturais, que incluem: privatização, contenção de gastos públicos e incentivos ao investimento externo direto, dentre outros. Nesse patamar, o setor privado, por meio de inúmeras parcerias, ganha espaço majoritário na formação dos professores por meio da modalidade de ensino a distância. São iniciadas, assim, as propagandas em torno da EAD, que, facilmente, acha adeptos, não críticos ao modelo, porque veem, nesta, a possibilidade de alcançar o nível superior, sem a necessária e trabalhosa jornada diária de estudos e pesquisa.

Se partirmos do pressuposto que a educação superior deve ser pautada nos pilares denominados: ensino, pesquisa e extensão; verificamos que, na modalidade a distância, essas atividades, tornam-se inviáveis, pois estas são, essencialmente práticas. Necessitam do acompanhamento e constante orientação do professor, que, na modalidade de formação citada, é substituído pela figura do tutor: um agente facilitador do processo, nem sempre preparado para a sua função de orientar, esclarecer, estabelecer e conduzir o debate.

Analisar, criticamente, esse tipo de formação oferecida e divulgada midiaticamente, como meio legítimo de acesso ao conhecimento “em qualquer tempo e lugar” é uma obrigação dos programas acadêmicos voltados para a defesa da educação gratuita e de qualidade para todos, como claramente estabelece a Constituição Federal.

A mercantilização dos processos educativos imprime uma desobrigação das unidades particulares com a formação do ser político e participativo, sua contribuição está, estreitamente, ligada à formação da mão de obra para o mercado de trabalho, para a empregabilidade. Esta é, sem dúvida, uma das suas grandes fragilidades da formação via EAD, pois oferecer uma formação que não propicia a reflexão sobre as péssimas condições de vida que assolam a população brasileira, conduzir um processo formativo de professores, que se limita às questões pedagógicas em detrimento das questões político-sociais, reduz e descaracteriza a importância do futuro Professor como um agente social, tão responsável pela formação humana, desde a sua base.

Esta dissertação toma como eixo o Materialismo Histórico-Dialético, pois teremos, na prática, a condição primeira para a reflexão da realidade vivida. Uma análise das contradições do processo e do discurso legal, político e econômico. Uma tentativa de superação da ordem capitalista que coloca o seu preço e torna todo o processo educacional em uma “mercadoria” a ser comercializada.

Por meio do método dialético, analisamos as contradições existentes entre essência e aparência, investigando a relação entre a legislação e o processo de formação propriamente dito, buscando compreender como ocorrem os fenômenos de exclusão e precarização, que assolam a educação superior brasileira.

Buscou-se, refletir, com base no materialismo histórico-dialético, a respeito de uma questão que se coloca como um *nó górdio* na atual formação docente: a graduação via EAD. Uma formação marcada pela falta de fiscalização constante, sem estrutura física adequada e repleta de alunos com uma base de conhecimento lacunar, proporcionada pela ausência de compromisso do Estado com a educação do seu povo.

Buscou-se ainda, a construção de um texto limpo e claro sobre o maior projeto da sociedade capitalista: a manutenção de sua ordem por meio de uma educação alienada e desprovida de compromisso com a formação omnilateral do indivíduo, tudo amplamente solidificado pela ótica neoliberalista.

Marx afirmava que as relações entre as classes sociais são repletas de oposição, antagonismo e exploração. Por essa razão, a história humana é a história da luta de classes. Consiste na disputa constante por interesses que se opõem, embora essa oposição nem sempre se manifeste, socialmente, sob a forma de conflito ou guerra declarada.

Então, nesse campo de violência silenciosa e de verdades impostas, vamos analisar, à luz do materialismo histórico dialético, as contradições presentes entre texto legal (aparência) e realidade social (essência), dentro do movimento e processo histórico da sociedade. Para Marx, a dialética se fundamenta no movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano.

A pesquisa é bibliográfica e documental, que, de acordo com Ludke & André (1986), é fundamentada em estudos anteriores que tratam da temática em questão; seu objetivo principal é confrontar o pesquisador com produções já existentes, permitindo a este a cobertura de um número maior de informações, além de ser essencial para pesquisas que envolvam processos históricos. Apresenta também, o resultado de entrevistas realizadas com professores formados na área de Linguagens, por meio da EAD, no município de Água Branca-AL.

Este estudo obedeceu as seguintes etapas:

- 1) Pesquisa bibliográfica para levantamento do histórico dos processos formativos, seguida da análise do contexto político, econômico e social do Brasil, tendo como ponto de partida, a chamada “Década da Educação”;

- 2) Coleta de documentos junto a Prefeitura Municipal de Água Branca - AL, para levantamento de dados sobre o processo de parceria público-privado;
- 3) Pesquisa documental envolvendo Leis, Decretos e Contrato de Parceria, a fim de pontuar e analisar as fragilidades do texto legal na condução dos processos formativos.
- 4) Entrevista com professores formados pela educação a distância, no município de Água Branca, entre os anos 2006 a 2014.

Este trabalho está dividido em três capítulos, organizados da seguinte maneira:

- 1) Estudo do contexto histórico e social do Brasil na década de 90, partindo das exigências da Lei 9394/96 que estabeleceram as novas regras para o exercício da docência- abordaremos a década da educação, e a ideologia neoliberalista como fatores motivadores para a formação docente na modalidade de educação a distância(EAD). Discutiremos o momento econômico e histórico que impôs uma nova roupagem para a formação dos futuros professores, enfatizando a lógica neoliberal que transformou os processos formativos em “mercadoria”. Faremos uma análise dos discursos neoliberais, que convencem e conduzem toda a população à aceitação de uma formação sucateada, como único meio de acesso ao conhecimento pelas camadas alijadas socialmente.
- 2) Análise crítica da legislação que propiciou o ingresso do setor privado na oferta da educação superior. Estudo sobre os processos de parceria público-privado na condução da formação de professores, e análise das políticas de expansão que privilegiam o setor privado, em detrimento do setor público. Daremos destaque aos textos legais que apontam, mas não definem o que é educação a distância, e faremos análise de textos que não apresentam diretrizes claras quanto aos critérios para a criação e implantação de cursos na modalidade EAD.
- 3) Estudo crítico do contrato de parceria entre o Poder Público Municipal de Água Branca - AL e a SOMESB, além da análise das fragilidades do processo de formação docente via EAD, investigando a relação entre a legislação e o processo de formação, buscando compreender como ocorrem os fenômenos de exclusão e de precarização, que assolam a formação dos professores no Brasil. Este capítulo aborda o processo de sucateamento da formação docente, mediante o oferecimento de uma semi formação, bem como mostra, quanto o setor privado ganhou destaque no oferecimento da educação superior no país, causando o encolhimento do Estado na oferta da educação, de

qualidade, presencial e gratuita para o seu povo. Ao final do capítulo, apresentaremos uma contribuição teórica como forma de negação e, possível conscientização para a superação do modelo de formação docente via EAD, pois é evidente a exploração sofrida pela classe trabalhadora, mediante formações fragmentadas. Procuramos contribuir com a superação desse modelo de formação que limita a prática docente e a mantém alheia as demandas sociais e humanas, evidenciando as características necessárias a uma formação para a promoção humana, política e social do indivíduo.

2- A IDEOLOGIA NEOLIBERAL E A EDUCAÇÃO: CONTRADIÇÕES NA SOCIEDADE DO CAPITAL.

A ideologia neoliberal, por meios dos discursos de inclusão e democratização do ensino superior, implantou novas concepções de formação docente, onde se torna visível o encolhimento do Estado na oferta da formação de professores e o crescimento exagerado do setor privado como meio de resposta às demandas de ordem social.

A grande contradição que se apresenta está no fato da escola ser vista como meio de superação da ordem capitalista, entretanto, seus profissionais são formados em encontros esporádicos, com currículos fragmentados e discussões despolitizadas. Logo, o projeto de superação de uma realidade que segrega, desumaniza e escraviza, torna-se inviabilizado.

A concepção de formação para a emancipação humana nos impõe a constante discussão sobre as atuais políticas de formação docente e a negação imediata desse modelo de formação que transforma o processo educativo, na maior mercadoria do discurso neoliberal.

Na compreensão e perspectiva de Marx, o processo histórico não é resultado da vontade divina ou de poucos homens, mas impulsionado pelas condições materiais da existência. Faz-se necessário uma análise das relações sociais e de como essas condições interferem diretamente no mundo e na formação oferecida aos professores atualmente, por meio das investidas neoliberais.

Não se pode falar em inclusão e democratização do conhecimento, quando as políticas neoliberais ofertam uma semi-formação aos professores, sob a alcunha do avanço e do progresso. É contraditório falar em inclusão, dentro de um sistema que desconfigura a função social do professor, porque o “substitui” por máquinas e tutores. Torna-se o grande entrave na formação docente, a “venda” do discurso do avanço, quando na prática tem-se o retrocesso na estruturação e organização dos processos de formação docente.

Em suma, a saída que o neoliberalismo encontra para a crise educacional é produto da combinação de uma dupla lógica centralizadora e descentralizadora: centralizadora do controle pedagógico (em nível curricular, de avaliação do sistema e de formação docente) e descentralização dos mecanismos de financiamento e gestão do sistema. (GENTILLI, 2002, p.25)

Nunca haverá formação docente para a transformação social, enquanto o discurso neoliberal não for desconstruído. Formar professores mediante a “venda” de certificados, com encontros quinzenais e nenhuma discussão política, continuará por conduzir a sociedade a caminhos tortuosos de exploração de uma minoria, sob uma maioria marginalizada.

A grande contradição do discurso neoliberal é a defesa da necessidade de uma formação a custos módicos para alcançar uma grande maioria, quando na realidade ela escraviza essa maioria mediante a impossibilidade de uma formação completa que responda, verdadeiramente, aos anseios de ordem social e humana, os anseios das demandas que se dão fora das salas de aula. Quando o docente é formado numa perspectiva unilateral, a formação limita as possibilidades de superação da ordem capitalista, porque conduz os discursos e práticas à conformidade e aceitação passiva. Isso impede a superação do sistema capitalista que explora e animaliza o ser humano.

2.1- A CHEGADA DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL E SUA INFLUÊNCIA NOS PROCESSOS EDUCATIVOS.

O Brasil foi o último país da América Latina a implantar a ideologia neoliberal, que teve a sua entrada no país na década de 1990, no Governo de Fernando Collor de Melo.

O projeto neoliberal e a sua política têm como grandes aliados às classes mais favorecidas e, pode-se afirmar que este não contempla os interesses e necessidades da classe trabalhadora. A ideologia neoliberal contemporânea é uma exaltação ao mercado, incentivo à iniciativa privada, concorrência e liberdade. De acordo com Boito Jr :

Essa ideologia de exaltação do mercado se expressa através de um discurso polêmico: ela assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva a intervenção do Estado na economia. O discurso neoliberal procurava mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal. (BOITO JR, 1999, p.45)

O Banco Mundial apareceu como o grande fomentador das ideias neoliberais, e em termos de políticas educacionais propôs um pacote de reformas. A que mais se destacou foi o incentivo a uma formação que levasse o sujeito a ser adaptável às demandas do mundo globalizado.

O neoliberalismo trata-se de uma alternativa constituída por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise sofrida pelo capitalismo.

As ideias neoliberais têm sido aplicadas por meio de políticas que, embora defendam um discurso de liberdade e autonomia, ocultam práticas centralizadoras, e implantam em setores como a educação e a saúde, uma tendência a privatização. Essas políticas têm aumentado a corrida pela facilidade na obtenção de certificados de nível superior, por meio de estratégias privatizantes que diminuem a carga horária dos cursos, aumentam a oferta de

vagas por meio da educação a distância e atraem milhares de pessoas que não possuem condições de ingressar na universidade pública, sucateada pelo corte crescente de recursos.

O sistema privado, enquanto isso tem aumentado de tamanho aos saltos, ao sabor de políticas mais ou menos liberais das autoridades federais, e também dos efeitos dos ciclos econômicos. Existem a todo tempo várias centenas de pedidos de autorização de abertura de novos cursos privados retidos junto ao Ministério da Educação à espera de definições de uma política de expansão. (PAIVA & WARDE, 1994, p.169).

Na ideologia imposta pelo discurso neoliberal, a educação apresenta-se como meio de transmissão de seus princípios doutrinários, pais e alunos são consumidores da educação e a escola é vista e tratada como uma empresa.

A globalização do século XX impõe os fundamentos do capitalismo: aumentar a produção e acumulação do capital, sem priorizar as necessidades sociais e humanas. Assim, a população menos privilegiada fica subordinada às leis do capital, que se torna o grande gerente das relações políticas, econômicas, culturais e ideológicas. E, no âmbito ideológico, a educação cumpre o seu papel de fomentador das ideias neoliberais que primam pela aceitação passiva da ordem política, econômica e social vigente.

De acordo com Gentili (1996), o neoliberalismo busca monopolizar o poder e está presente no âmbito educacional. Sendo assim, a educação é planejada com base nos interesses da classe que comanda a economia. Na ideologia neoliberal, a educação deixa de ser “campo social e político” para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança. O papel fundamental dessa ideologia é dissimular e esconder a divisão de classes, que vem sendo validada pela sociedade com a finalidade de neutralizar a história.

Vê-se, pois, que a divisão da sociedade em classes introduziu, também, uma divisão da educação. Se antes a educação era comum, sendo definida pelo próprio processo de trabalho, com o surgimento das classes a educação se divide entre aquela destinada aos não proprietários e aquela destinada aos proprietários. Os primeiros continuam a se educar no próprio processo de trabalho, fora da escola. Os segundos terão uma educação diferenciada, desenvolvida nas escolas, fora do trabalho, embora igualmente determinada pelo trabalho já que é este que garantia a sua existência permitindo o desfrute do ócio, de tempo livre. Com, o advento da sociedade moderna, capitalista, burguesa, a educação escolar, antes restrita a poucos, tende a se generalizar, convertendo-se na forma principal e dominante de educação. (SAVIANNI, 2008, p.248).

O projeto neoliberal, implantado a partir da década de 1990, estabelece a minimização do Estado no tocante às políticas públicas, à liberação das forças de mercado e à liberdade da iniciativa econômica como bases centrais na condução da educação e formação do indivíduo. As análises desenvolvidas apontam que o processo de expansão da Educação Superior no

setor privado, sob a aparência de ampliação de acesso, atende aos interesses da burguesia local e internacional, uma vez que retira do Estado o papel de provedor.

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008, p.12).

Com o avanço do neoliberalismo nos países periféricos, gerou-se entorno dos serviços sociais, um profundo processo de mercantilização. Em termos de educação superior, esse processo tem no lucro fácil, a sua força motriz com diretrizes determinantes para a condução da formação do indivíduo em nível elementar.

Dentro das estratégias do neoliberalismo, temos as instituições públicas que atravessam uma crise propiciada pelo corte expressivo de recursos, enquanto as instituições privadas, comprometidas com o mercado, crescem, de maneira desordenada, atropelando o projeto de emancipação humana, mediante o oferecimento de uma semiformação.

Para Frigotto (2001), a escola é um porto seguro para as investidas neoliberais, sempre que os organismos internacionais como FMI e Banco Mundial passam a gerir as ações educacionais, reforçando o processo educacional como um bem de consumo com valor previamente estipulado.

A relação entre ideologia e educação gerou muita polêmica ao longo da história. A compreensão do termo “ideologia” como expressão de interesses e de “falsificação da realidade” com vistas ao controle social, permite a conclusão, de acordo com as concepções marxistas, de que a estrutura social dominante constitui “aparelhos ideológicos” de manutenção da exploração e da opressão.

Dentro dessa linha, Gramsci nos propõe novos conceitos de ideologia, entre eles está a hegemonia, que, segundo ele, se dá por meio da coerção e do consenso. Na sociedade capitalista, organizada em classes, temos a forte presença da luta pela hegemonia política, fomentada pelos processos educativos organizados para manter a estrutura social, política e econômica vigente.

Portanto, a educação é um espaço social de disputa da hegemonia. A escola converte-se na instituição encarregada de reproduzir a ideologia dominante por meio dos conhecimentos e valores transmitidos aos alunos. O que se faz evidente é a grande influência da ideologia na educação, pois, quando afirmamos ser a educação “um direito de todos”, ignoramos que esta beneficia, apenas, um extrato social e que é permeada por grandes índices

de evasão. Não podemos ignorar, ainda, que a ideologia neoliberal mostra a realidade de forma invertida. Prega-se a igualdade de acesso e permanência aos processos educativos; e testemunha-se os altos índices de exclusão propiciados por um sistema que privilegia uma minoria em detrimento de uma necessitada maioria. Temos assim, a perpetuação da divisão hierárquica entre o pensar e o agir, entre o “mandar” e o “obedecer”.

Em tempos de ideias neoliberais, presenciamos o Estado promovendo a ótica assistencialista às massas, na tentativa de mantê-las sob controle, ao mesmo tempo em que mantém o poder na mão da elite e transforma os processos educativos em uma relação mercantil. Logo, a educação deixa de ser entendida como um direito social e passa a ser aceita como uma mercadoria a ser consumida individualmente.

A retórica neoliberal enfatiza que se deve desconfiar da capacidade supostamente milagrosa do governo para melhorar a qualidade da escola. Semelhante tarefa depende muito mais do empenho e do esforço individual das pessoas e das famílias do que das iniciativas que o Estado possa (ou queira) implementar. (GENTILLI, 1998, p.22).

Outro reflexo da ideologia neoliberal é a exposição da educação, dos educadores e dos alunos, as forças dominantes do mercado, o que conduz os processos educacionais a um trabalho de doutrinação, convencimento e aceitação de uma realidade que explora e humilha o cidadão. Na realidade, a educação deveria estar voltada para a realização de um trabalho centrado no desenvolvimento do senso crítico e para a consequente, abertura de consciência.

A educação deve ser veículo de luta, de denúncia e de desalienação. Essa mudança de posição de processos educacionais “conservadores e reacionários” para “libertadores e revolucionários” somente será possível mediante a negação dessa ideologia neoliberal implantada no seio social, com a finalidade de camuflar e enganar.

2.2- CAPITALISMO E NEOLIBERALISMO: A EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA.

O sistema capitalista apresenta, em seu bojo, uma contradição: há a necessidade de uma formação melhor para o trabalhador enfrentar as cobranças atuais do capital, porém, educá-lo melhor, é possibilitar ao cidadão tornar-se consciente da exploração que sofre, além de deixá-lo atento para as péssimas condições de saúde, educação e vida existentes.

Analisar a maneira como o capital age é o primeiro passo para a superação desse sistema de exploração humana. O professor é a figura que vai, por meio do seu trabalho, validar (ou não) o sistema capitalista, que, por sua vez, trabalha para formá-lo em encontros esporádicos, desprovidos de discussão crítica e com tempo e currículo reduzido.

Na sociedade de classes, a educação formal constitui-se em um problema, ou seja, um problema de natureza política, quando enfocada como Aparelho Ideológico do Estado. A grande preocupação de Gramsci não é a escola e sua função específica na sociedade capitalista, como pensador de superestruturas, ele propõe elementos que nos permitem pensar e conceber a educação como um processo dialético. Dentro da retórica neoliberal, esse processo dialético não se faz possível, porque a educação é, apenas, uma engrenagem movida pelos ditames do capital.

No Brasil, a modernização neoliberal, assim como as anteriores não toca na estrutura piramidal da sociedade. Apenas amplia sua verticalidade, que se nota pelo aumento do número de desempregados, de moradores de rua, de mendigo, em outras palavras, a pirâmide social se mantém e as desigualdades sociais crescem. Para a educação o discurso neoliberal parece propor um tecnicismo reformado. Os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais da educação se convertem em problemas administrativos, técnicos de reengenharia. A escola ideal deve ter gestão eficiente para competir no mercado. O aluno transforma-se em consumidor do ensino e o professor um funcionário treinado e competente para preparar seus alunos para o mercado de trabalho e para fazer pesquisas práticas utilitárias em curto prazo. (MARRACH, 1996, p.06)

A sociedade capitalista é movida pelo individualismo que não se preocupa com a formação da coletividade e do bem comum e que possui uma legislação que apresenta um texto evasivo, porque assim é mantida a estrutura de aceitação e exploração do ser social. Uma cortina de fumaça que esconde o projeto principal do discurso neoliberal: manutenção da ordem e poder na mão de poucos.

O capitalismo produziu, historicamente, no Brasil, como na maioria dos países do Terceiro Mundo, um antagonismo entre escola e trabalho e avança atualmente, verticalizando exclusões múltiplas que, na instituição escolar, vêm sendo camufladas como formas de inclusão. Multiplicam-se, entre nós, os trabalhadores sem trabalho, os estudantes sem estudo, os cidadãos sem cidadania (LINHARES, 2011, p.09).

O ideário neoliberal que estabelece um discurso ideológico, que alimenta a competitividade e o individualismo como únicas formas de sobrevivência, estimula o lucro e vê na educação o meio viável para a formação de sujeitos passivos e obedientes às regras do mercado. Quando analisamos o capital e o pensamento neoliberal, percebemos que estes trabalham na vertente do lucro e não medem esforços para perpetuarem na mão de poucos o destino de muitos. Em relação à lógica neoliberalista, não há preocupação com as necessidades fundamentais do ser humano, ao contrário, a sua eficácia está em reduzir as condições de sobrevivência, aumentando os índices de desigualdade social.

Na educação, a influência neoliberal é, fortemente, sentida por meio da expansão do setor privado. Segundo estudo apresentado por Ristoff e Giolo (2006), a expansão e

privatização da educação superior no Brasil aparecem, intimamente, relacionadas, pois, é nítido que o período pós-LDB/96 evidenciou os processos educacionais seguindo as regras do mercado, com a busca crescente das classes menos favorecidas, pelo acesso ao ensino superior.

Essa demanda era o que faltava para que a iniciativa privada vislumbresse, na educação, uma excelente oportunidade de negócio. Instituições com fins lucrativos, ágeis e competitivas, disseminaram-se pelos quadrantes do Brasil, obrigando toda a rede privada a se mobilizar na mesma direção. [...] A política educacional sentia-se plenamente justificada com a resposta dada pela iniciativa privada na oferta da educação superior, de modo que não viam razões para expandir a rede pública. Com efeito, as instituições do sistema federal receberam pouca atenção e pouco investimento, por isso seu relativo encolhimento no conjunto do sistema. (RISTOFF; GIOLO, 2006, p.20).

As estratégias do capital se manifestam assim: influenciando na educação oferecida, interferindo na conduta do docente e sucateando as instituições públicas, o que repercute, diretamente, no trabalho escolar. Uma estrutura que esconde uma realidade dual: mudanças são propaladas, números são ostentados pela mídia, mas a educação responde, apenas, à lógica neoliberal e às diretrizes dos organismos internacionais.

Dessa maneira, o discurso de universalização e de democratização de oportunidades, hoje tão divulgado e defendido pelas políticas neoliberais para a formação docente, traz, por meio da educação a distância, a continuidade de um modelo educacional no qual há espaço para dois tipos de formação: a formação presencial para aqueles que têm o tempo como seu grande aliado e a formação a distância para os trabalhadores, já alijados socialmente.

Dentro da ótica neoliberalista, a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança. Segundo Galvão (1997), o centro de toda prática neoliberal é o mercado e, por conseguinte, o consumo.

É importante salientar três objetivos relacionados ao que a retórica neoliberal atribuiu ao papel estratégico da educação:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional [...]
2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola a ideologia dominante. [...]
3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no financiamento, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (MARRACH, 1996, p. 46-48).

A cartilha neoliberal tem subordinado a educação aos interesses do mercado, do mesmo modo que essa ideologia tem balizado os princípios e os valores educacionais, em todos os níveis e categorias. Ao Estado cabe a função de defender os direitos a propriedade, o incentivo ao consumo e as privatizações de toda ordem. A meta é fazer crescer, de maneira desordenada, o capital, e, para esse fim, são usadas estratégias para diminuir as possibilidades de organização da classe trabalhadora.

As mudanças processadas no ensino superior, na década de 1990, não possibilitaram a tão esperada democratização do ensino superior, representaram, apenas, uma forte expansão do setor privado de ensino. Na concepção de Michelotto (2006),

[...] a expansão, sem um projeto pedagógico inovador, carece de qualidade e desperdiça a oportunidade de expandir o acesso com a garantia da permanência e da pertinência dos processos de formação do cidadão e do profissional. [...] representa um incremento no número de universitários, mas não avança no que concerne a democratização do acesso ao ensino superior e a tão almejada justiça social. (MICHELOTTO, 2006, p.195-196).

Uma sociedade que prega a inclusão, entretanto, é marcada pela pobreza, violência e divisão de classes, reproduz a exclusão por meio da privação dos bens, sejam materiais ou culturais.

O conhecimento é fator indispensável para a realização pessoal e para a promoção social. Uma sociedade justa e igualitária abriga a qualificada escolaridade e a oferece a todos, sem distinção. Entretanto, uma sociedade centrada em camadas antagônicas, tende a escolher privilegiar os interesses da classe burguesa, sob a cortina do discurso do “para todos”.

Ofuscada pelas estratégias neoliberalistas apresentamos a Constituição Federal que assegura ser dever do Estado à oferta de uma educação pública e de qualidade para toda a população. O princípio da equidade, tão defendido pelo discurso neoliberal na teoria não se coaduna com a prática quando impõe a necessidade de políticas públicas que garantem o acesso, mas não asseguram a permanência e o final exitoso dos processos formativos, bem como, quando coloca um preço no processo que o texto constitucional assegura como uma obrigação do Estado.

O capitalismo e o discurso neoliberal conferem à educação um patamar de mercadoria, (des) configurando o seu real papel dentro da sociedade. Portanto, torna-se evidente que o neoliberalismo aborda a escola no âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, esvaziando, assim, o conteúdo político da cidadania, substituindo-o pelos direitos do consumidor. É como consumidores que o neoliberalismo vê os sujeitos da educação.

A grande operação estratégica do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera política para a esfera do mercado, questionando assim seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade. É neste quadro que reconceitualiza a noção de cidadania, através de uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta por conquistar (comprar) propriedades e mercadorias de diversas índoles, sendo a educação uma delas. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado, o consumidor. (GENTILLI, 1996, p. 20-21).

Como a educação, para o neoliberalismo, é vista como mercadoria e não como um direito social, a escolarização passou a ser regulada de acordo com os novos ditames: mão de obra barata para o mercado de trabalho, formação técnica e fragmentada para o trabalhador.

2.3-O NEOLIBERALISMO E A CRISE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL.

As propostas neoliberais para a educação brasileira seguem uma lógica que privilegia o mercado, embora o seu discurso promova o entendimento de que, por meio de suas estratégias, haverá o acesso de todos ao conhecimento.

O primeiro sinal da influência neoliberal na educação deu-se na década de 1960, quando houve o início das privatizações na educação, e quando, com o golpe de 64, o ensino privado cresceu e teve uma expansão considerável.

O neoliberalismo tem influenciado, fortemente, o processo de formação de professores na atualidade. A implantação e legalização do ensino a distância propiciado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB e seus sucessivos Decretos tornaram lícito um processo de formação docente, realizado de maneira compacta, com currículo fragmentado e baixos custos.

Nesse contexto a ofensiva do discurso neoliberal age, de maneira mais enfática, na defesa desse tipo de formação, por perceber o seu grande poder de alcance a custos módicos. Assim, alimenta-se a falsa ideia da participação da sociedade civil, quando na realidade, os movimentos sociais são encolhidos pelas estratégias neoliberais e os menos favorecidos são relegados à própria sorte, por meio do sucateamento da educação pública.

Privatizações na educação marcam a presença da estratégia neoliberalista no meio educacional. Sob outro ângulo, o desemprego define-se como a materialização da exclusão social no mundo capitalista, fomentado pelo discurso da globalização e acatado pela sociedade civil como avanços e progresso.

Formar docentes na EAD, por meio da ligação entre o público e o privado, supriu a demanda pelo ensino superior, entretanto, trouxe questionamentos em torno da qualidade da formação oferecida. Expandir e aumentar o número de vagas no ensino superior não constitui a real democratização do conhecimento. Bourdieu (2002) afirma que a massificação do ensino, na década de 60, trouxe a desvalorização dos títulos escolares, e, com isso, também a elevada frustração dos jovens das classes médias e populares.

Na sociedade capitalista e excludente em que vivemos, torna-se “um privilégio” o acesso ao nível superior, independentemente de sua qualidade. Desassistidos pelo Estado, milhares de professores veem, nas políticas de acesso ao ensino superior, entre elas a Educação a Distância- EAD, as únicas possibilidades de permanência no mercado de trabalho, sem, contudo, perceber que o processo de inclusão no ensino superior acaba convertendo-se em processo de exploração e exclusão do trabalhador.

Se há a necessidade de estabelecer relação entre educação e prática cidadã, isso não será, apenas, firmado por meio de um discurso ideológico de “educação para todos”, de “democratização do saber” e “universalização do ensino superior”. Isso permeia uma formação de qualidade que possibilite a construção do conhecimento para a transformação do meio social e do espaço individual.

A emancipação dos indivíduos, sua libertação das condições opressoras só poderia se dar quando tal emancipação alcançasse todos os níveis, e entre eles, o da consciência. Somente a educação, a ciência e a extensão do conhecimento, o desenvolvimento da razão, pode conseguir tal objetivo. (MARX & ENGELS, 1983, p.3).

Prática cidadã efetiva e produção de conhecimento impõe questionamentos sobre a legitimidade dos conceitos de liberdade e participação social. Impõe novas formas e possibilidades de pensar e conceber a sociedade como um todo. Estabelece a necessidade de uma visão crítica e analítica em relação aos conceitos que estão sendo embutidos no seio da sociedade, entre eles: o conceito de qualidade total que envolve a Educação a Distância-EAD na formação docente, como a única opção existente de acesso ao conhecimento pelas camadas menos favorecidas economicamente e desfavorecidas geograficamente.

O processo de formação de professores não é um processo neutro, ele é marcado e influenciado pela sociedade na qual está inserido, refletindo o entendimento que a sociedade faz dos processos educativos. Logo, as grandes transformações nos processos de formação dos indivíduos se darão mediante a mudança de concepção de educação e da sua função política e social.

Quando a educação não é compreendida como bem público, sua prioridade passa a girar em torno de interesses exclusivos. Seu significado está, estreitamente, ligado a questões emergenciais e operacionais, e nesse âmbito o indivíduo fica relegado ao último plano, não havendo possibilidade para a formação do ser social.

A democratização do ensino superior no *modus operandi* EAD/vídeo streaming é um modelo de formação docente, instituído e imposto pelo discurso neoliberal, em que, desde o início, o aluno é responsável pela sua própria aprendizagem. Aulas são ministradas via telão e, apesar de contar com bons formadores, essa modalidade de ensino apresenta grandes limitações, quando levamos em consideração que a aula está sendo dada em tempo real para vários estados brasileiros e, que assim, não é possível o esclarecimento de dúvidas e a discussão teórica. Uma fragilidade de uma política pública divulgada como inclusão e democratização, mas que exclui e nivela o conhecimento por baixo, sob a alcunha da universalização do saber.

Dias Sobrinho (2010) argumenta que a democratização do ensino superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e de criação de mais vagas, pois estes apresentam sérios limites que não serão transpostos em curto espaço de tempo. Para superar essa realidade, ele propõe providências, dentre elas: “reinstitutionalizar os processos educativos superiores: recuperar o sentido de instituição voltada ao público e social, em vez de organização mercantil voltada ao interesse de lucro sem fim”, favorecendo as instituições particulares e privadas, em detrimento das instituições públicas.

A implementação de políticas públicas focadas e emergenciais não extingue o caráter desigual da sociedade classista. As relações de seleção e diferenciação social se preservam até mesmo se aprofundam, no interior do sistema educativo. A distribuição e a qualidade dos conhecimentos são muito variáveis e cumprem funções distintas na sociedade de classes. Não basta qualquer saber, não é indiferente qualquer curso e qualquer diploma. Mesmo entre os formados em cursos superiores se mantém uma hierarquia, de tons e graus variados, entre os formados em instituições de elite e os egressos de circuito popular. (SOBRINHO, 2010, p.1239)

O capitalismo gera a exclusão e, na busca pela empregabilidade via escolarização, as políticas neoliberais apresentam uma formação docente superficial e descomprometida com o político e o social. Segundo Saviani (2007), essa busca pelo mercado de trabalho reconfigurou o lema “aprender a aprender” dando ênfase à possibilidade de o indivíduo “*aprender a estudar, buscar o conhecimento, a lidar com situações novas*” (p.429). Isso impõe uma flexibilidade a um processo que deveria acontecer com rigor e seriedade de intenções.

Na grande esteira das modificações estabelecidas pelas políticas neoliberais, encontramos a formação de professores sob a égide do mercado e, conseqüentemente, as ações pedagógicas esvaziadas de conteúdo.

Nesse contexto capitalista, não se espera ou incentiva a criação do indivíduo em sua totalidade, ou a reflexão sobre a sua ação. Implanta-se uma formação flexível e de currículo reduzido, motivada pelos baixos investimentos, que favorece a alienação do trabalhador e com isso utiliza-se de meios para dominar e manipular os indivíduos.

A realidade atual nos coloca diante de uma formação cheia de limitações, distante daquela formação humana, tida como ideal: a omnilateral. De acordo com Mascarenhas (2005), para que a educação não se torne refém da preparação para o mercado de trabalho, essa relação deve ser pautada pela concepção de trabalho que estabelece as diferenças entre emprego e trabalho.

Para Marx, o trabalho assumiu uma condição desumana, uma vez que o trabalhador não se identifica com o mesmo e está sob o controle de outro trabalhador. No capitalismo, o trabalho é abstrato e quantitativo criando um valor de troca, que acaba tendo primazia sobre o valor de uso. Assim, Marx destaca,

O trabalho é externo ao trabalhador [...] em seu trabalho, ele não se afirma, mas nega-se, não se sente bem, mas infeliz, não se desenvolve nenhuma atividade física e intelectual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa [...] como se o trabalho não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. (MARX, 2010, p.83).

Nesse contexto do capital, os processos de formação de professores são direcionados à iniciativa privada, com a finalidade de formação de mão de obra para o mercado de trabalho; trabalho alienado, desumanizador e assalariado. Segundo Tonet (2005), a contradição do capital, também, permeia a atividade educativa. Formação de professores sucateada e com currículo e tempo reduzido marcam a precarização dos processos educativos na base, além de negar, sobretudo, o conhecimento socialmente produzido. Este acaba sendo substituído por um conhecimento descartável que permeia as formações da era moderna e tecnológica.

A aprendizagem humana não pode ocorrer de maneira digna em ambientes draconianos, por serem estes intrinsecamente deseducativos. Ao mesmo tempo, educação não pode se bastar com qualidade formal, porque seu signo mais profundo é a qualidade política, que é fim. [...] não se pode educar bem dentro de uma proposta organizativa em si já deseducativa. (DEMO, 2012, p.20)

Uma das características do neoliberalismo é advogar em favor da neutralidade política, por meio de uma formação tecnicista, dessa forma, a ofensiva neoliberal tende a destruir drasticamente a qualidade intelectual dos processos formativos, embora o discurso esteja alicerçado na “qualidade e acessibilidade” pelas camadas menos favorecidas.

De acordo com Pimenta (2005) além de fornecer a habilitação legal para o exercício da docência, espera-se que o curso realmente prepare o professor.

[...] espera-se da licenciatura que desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem permanentemente irem construindo seus saberes-fazer docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano. (PIMENTA, 2005, p.17-18).

Muitos são os caminhos que afastam o professor de uma formação completa. O desejo pelo lucro fácil, a formação possibilitada pelas tecnologias que barateiam o processo, o “aligeiramento” dos cursos, a ideologia neoliberal que impõe valor a essa dinâmica de formação fragmentada. Enquanto isso, a legislação que torna possível o crescimento desordenado de cursos, de formação inicial e continuada, distancia o professor de uma formação que contemple o político, o social, o cultural e o humano.

2.4- OS DISCURSOS IDEOLÓGICOS QUE PERMEIAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

A ideologia dominante circula na sociedade por meio dos discursos, estes são espaços de divulgação das ideologias presentes na esfera pública. Os discursos exercem poder sobre uma sociedade na medida em que convencem e constroem uma imagem distorcida sobre os fenômenos sociais.

De acordo com Foucault, os discursos na sociedade são controlados, selecionados e organizados. Uma das formas de manter esse controle é por meio das instituições, as quais instauram e/ou reproduzem os discursos, cita, ainda, a Pedagogia, os livros, as bibliotecas, as sociedades dos sábios de antigamente e os laboratórios atuais como suportes que buscam dominar e conduzir os discursos, visando instaurar uma verdade.

Além disso, afirma que “os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos”.

Quando a análise cai no âmbito da educação, Foucault afirma que, ao passo que a educação é um instrumento de acesso aos discursos, limita o sujeito no seu campo de ação,

determinando o que é e o que não é permitido. Então, determina como a educação pode agir, politicamente, para controlar e conduzir a apropriação dos discursos.

A formação de professores via EAD, e todo o discurso midiático que a cerca, representa o poder do discurso juntamente à sociedade. Entendamos, então, o significado dessa palavra, para, então, entendermos o seu poder diante do meio social do qual faz parte.

Segundo Laclau a noção de discurso seria:

Nossa análise rejeita a distinção entre práticas discursivas e não discursivas: a) todo objeto é constituído como um objeto do discurso, na medida em que nenhum objeto é dado fora de suas condições de emergências; b) que qualquer distinção entre os usualmente chamados aspectos linguísticos ou comportamentais da prática social é, ou uma distinção incorreta, ou necessita achar seu lugar como diferenciação dentro da produção social de sentido, que é estruturada sob a forma de totalidades discursivas.(LACLAU, 1985, p.107).

As relações são marcadas pela hegemonia na tentativa de manter a subordinação de um grupo a outro, adotando a mesma concepção de mundo, mesmo que haja contradição entre teoria e prática. O discurso neoliberal que envolve a EAD na formação de professores recebeu mais elogios que críticas, mesmo ostentando uma realidade repleta de fragilidades.

Para Gramsci, a consciência crítica é obtida por meio de uma disputa de hegemonias contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no âmbito político, culminando, finalmente, numa elaboração superior de uma concepção do real. Diante desse fato, ele enfatiza a necessidade de se conceber o desenvolvimento político do conceito de hegemonia não apenas como progresso político-prático, mas também como uma unidade intelectual que supera o senso comum e torna-se crítica, mesmo diante de limites restritos.

Com um discurso alicerçado nas ideias de democratização e universalização, a EAD foi inserida no seio da sociedade brasileira e teve como mola propulsora o texto legal pensado como estratégia de solidificação da “nova era”.

Levando em consideração que a educação a distância foi inaugurada pela LDB, percebemos a estreita relação entre ambas. Dois discursos fortes e convincentes na tentativa de “enfeitar” o processo de formação e carreira docente, já tão criticado ao longo do tempo e da história.

Importante perceber que democratizar tem um sentido muito mais amplo que o definido pelos discursos das políticas públicas voltadas para a educação. Proporcionar o acesso, no sentido mais amplo, perpassa o ingressar e atinge o apreender:

Na perspectiva acadêmica, o ato de acessar, inicialmente, implica considerar o ingresso a esse nível de ensino. No entanto, torna-se limitante o desprezo das dimensões de permanência e de conclusão dos estudos. A fim de avançar

ainda, é necessário abarcar a qualidade da formação. Assim, percebe-se a abrangência do tema acesso, visto que, ao submetê-lo a aprofundamentos, transcende-se à mera questão do ingresso do estudante. As dimensões que comportam (ingresso, permanência, conclusão e formação), vistas no conjunto, segundo os indicadores quantitativos (quantos?) e na sua complexidade (a quem? a que fins? como?), sinalizam as possibilidades da democratização do acesso. Entende-se, pois, que democrático ou democratizante refere-se a um atributo do acesso capaz de explicitar as suas características em face da realidade. (SILVA; VELOSO, 2011, p.222).

Em relação a essa realidade de exclusão, disfarçada de inclusão, encontramos as instituições formais trabalhando na tentativa de produzir entre os membros da sociedade o consenso por meio das práticas discursivas minuciosamente controladas.

Segundo o materialismo histórico dialético, não é possível entender os fenômenos humanos e sociais em sua amplitude, sem levar em conta o contexto social e histórico em que a sociedade está imersa. E a sociedade é o reflexo das suas leis e diretrizes, que, por sua vez, são o resultado do pensamento que as conduz, no caso aqui estudado, o pensamento e discurso neoliberal.

É necessário que a sociedade se organize com o objetivo de se defender dos ataques silenciosos do capital, afastando-se dos dilemas de ordem política e de todo o discurso de crise que mascara a realidade e impede o pensamento crítico, voltado para o enfrentamento e superação das desigualdades.

Organizar-se em sindicatos é o meio viável de discussão e implantação da lógica de superação. Enquanto os professores estiverem à mercê de uma formação compacta e descomprometida com o social, estarão longe de superar os ditames da sociedade capitalista, porque estarão igualmente distantes da essência da desigualdade.

Se a formação é curta e aligeirada, serve, apenas, para o uso técnico da profissão, impedindo o professor de agir politicamente em sala de aula, e fora dela no meio social. Somente com professores conscientes da exploração sofrida, organizados em associações e sindicatos, dispostos a tomarem as ruas e a consciência da sociedade, teremos uma nova ordem social.

É também desejável que escolas e faculdades reforcem seus elos com os diversos movimentos da sociedade civil. Ainda que consigamos abrir espaço para a cultura do aluno e organizar a prática curricular a partir de suas experiências, interesses e necessidades, pouco, contribuiremos para a criação de uma sociedade mais justa se não nos articularmos com as lutas que se dão fora das salas de aula. (ALVES, 2011, p.49).

O discurso jurídico presente na atual LDB não é propriamente um texto inovador, pois, assim, o consideráramos se trouxesse em suas linhas gerais, a solução para os

problemas dos processos educativos. Ao contrário, apesar das inúmeras discussões a LDB é um texto vazio e sem grande expressividade. Apresenta pequenos avanços e deixa a desejar nos quesitos que fazem referência à formação e valorização do futuro professor.

Muitas são as nomenclaturas dadas para a formação do mesmo profissional, um discurso frustrado de convencimento, discurso confuso que propaga que a igualdade de oportunidades havia, enfim, chegado. Um discurso distorcido que torna lícita a formação inicial do professor em centros de formação, desprovidos das condições mínimas de funcionamento.

A Lei nesse sentido consagra a brutal banalização da área, que permite, entre outras coisas, considerar “universidade” entidades absolutamente primárias, que não só não possuem mínimos de formalidades em termos de títulos, mas, sobretudo não tem nem conseguem ter condições mínimas de reconstrução própria de conhecimento. Afinal, o que haveria de comum entre uma Universidade de São Paulo, considerada a melhor do país, e outra de fundo de quintal, que conseguiu o título de universidade por evidente cabala por trás dos panos? Há muito tempo, mérito acadêmico sumiu de nosso meio acadêmico. (DEMO, 2012, p.84).

Podemos observar que há na sociedade várias estratégias indiretas, porém eficazes, de obtenção de consenso social. Nesse contexto as leis e seus discursos persuasivos conduzem ao processo de hegemonia, toda a sociedade, como forma principal de manutenção de uma ordem que privilegia uma minoria e mantém a maioria sob controle.

Vivemos a era da informação rápida, proporcionada pelos meios de comunicação, a era da socialização do “conhecimento” possibilitado pelas TIC’s, e ainda assim vivemos a era do entender e não compreender. A era da aceitação passiva, um processo de internalização e legitimação de discursos políticos, voltados para a manutenção dos interesses de quem está no poder. “Uma das funções principais da educação formal nas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados” (MÉSZÁROS, 2005, p.25).

Ainda há que se descortinar as condições de formação para o professor trabalhador, embutido no contexto da luta, com carga exaustiva de trabalho e imerso nas péssimas condições de exercício da profissão. Isso implica pensar numa cultura de negação, que se contrapõe a todo discurso legal divulgado pela mídia.

Ainda mais, não se pode pensar a formação simplesmente na esfera acadêmica, mas é preciso pensá-la na totalidade das esferas que a compõem: a da prática pedagógica cotidiana, a da prática política coletiva, a da ação governamental e das pesquisas em educação. (ALVES, 2011, p.84).

Apesar da propaganda de “igualdade e de democratização”, o modelo de formação docente que predomina nas instituições de EAD esgota-se na tentativa frustrada de domínio

de conteúdos inerentes às áreas do conhecimento e na tentativa de responder as exigências do mercado. Dessa forma a educação, que deveria ser um processo e trabalho social, fica reduzida à condição de meio viável para reprodução do sistema capitalista e de suas mazelas. Em entrevista, a educadora Bernadete Gatti demonstra séria preocupação no que tange à qualidade do ensino à distância. Segundo ela,

[...] A formação à distância tem um papel importante num país de dimensões como o nosso. A implementação está sendo feita rápida demais e com descuido. Para começar, os cursos à distância não contam com materiais bem preparados e testados. De 2001 para cá, o abandono é alto. Os alunos fazem um módulo, até dois. Em seguida, abandonam o curso. E podemos entender. Um curso à distância exige estudo sozinho. Com a assistência pouco cuidada, os alunos desistem. Os tutores não são suficientemente preparados. Não têm condições de dar suporte ao aprendizado do aluno. (BRASIL, 2010)

O discurso de qualidade total que permeia muitos debates sobre a formação docente à distância, criado e reproduzido em larga escala, leva a sociedade a entender e aceitar a formação via EAD, como o caminho mais fácil para o acesso ao conhecimento.

Assim, a educação à distância ganha espaço graças às facilidades no credenciamento das instituições, à falta de fiscalização dos polos de ensino e ao forte discurso de “qualidade total”. Novas faculdades são abertas diariamente e a fiscalização desse processo fica comprometida, tendo em vista a extensão territorial do nosso país, o credenciamento rápido e fácil de novas instituições de ensino, além da falta de interesse dos governos em fazer cumprir o que se estabelece na Constituição Federal em seu Art. 206, incisos I e VII que definem respectivamente: “a *igualdade de condições para o acesso e permanência na escola*, e a *garantia do padrão de qualidade do ensino*”.

Segundo dados do INEP/MEC “a educação superior brasileira registrou 7,8 milhões de matrículas na graduação, um aumento de 6,8% em relação a 2013 que teve 7,3 milhões de matrículas. Em 2014, 3.110.848 estudantes ingressaram nos cursos de graduação, 82,3% deles em instituições privadas.

Adorno (1996) é cético à ideia de que a massificação da cultura corresponde a real democratização da produção, reprodução e assimilação simbólica. A um olhar mais crítico e questionador, causa espanto o fato de muitos pesquisadores em educação ignorarem que aulas via mídia, não garantem, por si só, a democratização do acesso à informação, tampouco a construção coletiva do conhecimento.

Uma formação que “vende” o discurso de que o aluno faz o seu horário de estudos, reduz os períodos e sintetiza os conteúdos, caracteriza-se como fragmentada e insuficiente ao seu real papel.

Nos Estados Unidos, a maior parte dos alunos de educação à distância fazem seus cursos nas mesmas instituições onde fazem os presenciais. Os alunos estão matriculados para o presencial, mas podem fazer algumas disciplinas a mais à distância na mesma universidade, no mesmo departamento e na mesma cidade. Se, na Europa, essa modalidade de formação deu certo, é necessário levar em consideração como o processo se deu e quanto tempo foi necessário para a sua total implantação, bem como o perfil dos alunos e as condições reais de formação.

Com tantos equívocos, as políticas de educação à distância, no Brasil, conduzem os futuros docentes à desigualdade mais profunda da história: aquela que traz consigo a ideia de igualdade de acesso e produção do conhecimento. Aquela que certifica, mas não forma. Que informa, precariamente, mas não transforma o indivíduo e o meio que o cerca, perpetuando o *status* de alienação social e impossibilitando a formação política do futuro professor.

Apesar de um discurso ideológico de igualdade de oportunidades, o que se vê é a manutenção e ampliação da desigualdade. Se as políticas educacionais de massa permitem o acesso ao nível superior, não garantem a permanência do aluno nos cursos, muito menos a sua formação omnilateral.

O discurso neoliberal imprime a ideologia da obediência, estimulando a falta de ética, alimentando a permissividade e o individualismo. Oferecendo uma formação fragmentada aos futuros professores, a sociedade capitalista cumpre a sua meta de estabelecer os seus interesses e visão de processo formativo como “verdade absoluta”, e, assim, a sociedade internaliza o discurso de superação de desigualdade, esquecendo-se da exploração sofrida ao longo do tempo e da história.

No sistema neoliberal, onde a pressão é forte para reduzir os gastos do Estado, diminuindo os impostos e contribuições sociais, as vítimas da redução dos gastos são os serviços sociais. O resultado é: baixa a qualidade dos serviços-educação popular, saúde, ajuda às categorias mais carentes; diminui o pessoal disponível ou não cresce na medida das necessidades; os funcionários públicos são mal remunerados. Há uma pressão muito forte para que todos os países adotem o esquema dos Estados Unidos: cada cidadão assume através de seguros privados os gastos de aposentadoria, saúde, educação. O Estado intervém somente na forma assistencial: trata-se antes de uma concessão benévola do Estado do que um direito do trabalhador (COMBLIN, 2000, p.110).

A discussão deve levar em conta a qualidade da formação e não a quantidade de alunos matriculados nos cursos da EAD. Porém, o que se testemunha é uma campanha midiática, alimentada, inclusive, por muitos pesquisadores em educação, testemunhando a “eficiência” desse modelo de formação, fragmentada e deficiente. E, mais além, tratando o

processo de formação do indivíduo como mercadoria a ser consumida, sem grandes questionamentos em torno da sua qualidade frente às demandas sociais.

Dessa maneira, a sociedade vai respaldando uma formação limitada, que corrobora para processos educativos de qualidade duvidosa, uma vez que, os docentes são formados em ambientes desprovidos das condições mínimas para uma formação com qualidade técnica e política elevada.

3- AS IDEIAS NEOLIBERAIS ÍMPLICITAS NO TEXTO LEGAL QUE CONDUZ A EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

O neoliberalismo se apresenta como um conjunto de ideias de cunho político e econômico, que defendem a participação do setor privado na condução dos processos educativos, ao passo que retira a responsabilidade do Estado para com a educação do seu povo. Segundo Galvão (1997), o centro de toda prática neoliberal é o mercado e, por conseguinte, o consumo. Essa lógica invadiu a educação e seus processos formativos, ganhando apoio e sustentação nos textos legais.

Leis e decretos publicados na década de 1990 abriram espaço à iniciativa privada, e as ideias inicialmente pensadas para a esfera pública, no campo da formação de professores a distância, ganharam forte impulso no âmbito privado de ensino.

Neste contexto o Banco Mundial tem sido um personagem importante no cenário das políticas públicas neoliberais para a educação brasileira. Dentro da sua concepção de custo-benefício, a educação foi sendo privatizada e perdendo a sua função político-social. Nessa esteira de equívocos, os textos legais, confusos e pouco esclarecedores, estão conduzindo a formação docente e ampliando as diferenças entre os que sabem muito, por receberem uma formação de qualidade, e os que não sabem quase nada, por fazerem parte da população marginalizada.

As atuais políticas educacionais, apenas, dão continuidade ao projeto do capital de atrelar a educação à função de preparar para o mercado de trabalho, possibilitando aos indivíduos, que se apropriarem de novas competências, a oportunidade de se tornarem empregáveis. (NOMERIANO, 2007, p.20)

Incentivando uma formação precária e legalizando uma formação sucateada, as leis e decretos acabam por tornar lícito, um processo de precarização da formação e profissionalização docente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) trouxe na década de 1990 a validação do processo de formação docente via educação a distância, colocando-o no mesmo patamar de uma formação presencial.

Sem oferecer diretrizes rígidas para a abertura de polos de formação e para a condução dos cursos, a Lei 9394/96 introduziu a discussão sobre formação a distância, sem ao menos apresentar um conceito para essa nova modalidade de ensino.

Ainda na LDB encontramos as exigências e pré-requisitos básicos para o exercício docente, o que transformou a década de 1990 numa grande corrida para a certificação e a

garantia de empregabilidade. Não houve uma preocupação com a formação humana e política do indivíduo, o texto legal e seus sucessivos decretos trazem a necessidade de responder a uma demanda de ordem econômica, bem como as determinações dos organismos internacionais para a educação dos países subdesenvolvidos.

Logo, os textos legais tiveram uma participação decisiva para o sucateamento da formação docente ao longo dos anos, embora imprimam um discurso de avanço e de democratização.

3.1- A LDB 9394/96 E SUAS CONTRADIÇÕES: O TEXTO LEGAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE.

Com o passar do tempo e o avançar da história, os homens perceberam ser necessário criar regras para facilitar a convivência em grupo. As leis surgiram para disciplinar o comportamento humano, a partir do momento em que os conflitos tornaram-se difíceis de administrar.

Durante grande parte da história da humanidade, governantes e leis foram uma coisa só. As leis eram a expressão latente da vontade de quem estava no poder e, somente com o advento da democracia, chegou-se ao entendimento de que o governante está subordinado à lei, e não o contrário.

As leis são criadas com a finalidade de estabelecer direitos e deveres dos cidadãos. Porém, nem sempre foram justas ou devidamente claras no exercício de sua principal função. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, também conhecida como “Carta Magna da Educação”, tem a função de definir as linhas gerais da educação brasileira.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação é de 1961, Lei n.4024/61 que tinha a função de regulamentar o sistema educacional no Brasil. Fruto do trabalho de duas correntes distintas: os estadistas e os liberalistas, a LDB/61 demorou a ser aprovada e foi considerada obsoleta, pois o projeto de lei foi encaminhado ao Poder Legislativo em 1948 e, somente após 13 anos, a lei foi publicada. Diante desse fato, temos a clara comprovação que a educação nunca foi tomada como prioridade em nosso cenário nacional.

Analisando a realidade social e política da época, Golpe Militar em 1964, percebeu-se que a educação passou por uma nova reformulação. Em relação a esse contexto, o foco era alcançar uma nova ordem socioeconômica, sendo necessária uma nova organização no processo educativo. Assim, a Lei n.4024/61 deu lugar a Lei n.5692/71, e esta, por sua vez, deu ênfase à tendência tecnicista do ensino, uma nova orientação que, em virtude de sua

organização, deixava evidente a maneira encontrada pelo governo de reter a classe trabalhadora no ensino técnico. Ou seja, mais uma manobra da sociedade capitalista e de sua eterna organização social: divisão de classes e exploração do trabalhador.

Na década de 90, tivemos uma nova discussão em torno da educação e em 1996 surgiu no cenário brasileiro, a Lei 9394/96, nova edição da LDB que reafirmou o direito à educação, pelo menos no seu “lindo” texto.

Criar uma lei não é tarefa fácil ou simples. Seu processo de criação e aprovação pode demorar anos, toda proposta deve ser discutida e analisada nas comissões temáticas, podendo ser aberta à discussão para toda a sociedade por meio de consulta pública. Se a tarefa de criação é árdua, a tarefa de criticar a “boniteza” do texto legal é densa.

A LDB 9394/96 foi sancionada pelo Presidente da República, no dia 20 de dezembro de 1996 e publicada, em Diário Oficial, em 23 de dezembro do mesmo ano. As políticas educacionais brasileiras estabelecidas na LDB/1996 foram influenciadas pelos ideais neoliberais preconizados na Conferência Mundial sobre a Educação para Todos de Jomtien, ocorrida na Tailândia em 1990 e financiadas pelas Agências UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial.

Sendo assim, sofreram influências de toda sorte, o que repercutiu, diretamente na formação de professores. Se o texto legal impõe um discurso que facilita a precarização da formação, por meio de políticas de aligeiramento e barateamento do processo formativo, faz-se necessária a análise crítica da lei, como forma de negação a um discurso que não se materializa na prática.

Começamos, então, a análise pelo Art. 34 que define o seguinte: “*O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino*”. Logo, o sistema deverá decidir como melhor convém, qual será a maneira de se fazer educação na base da formação do indivíduo. Esse equívoco se estabelece por todo o texto legal, convertendo os processos de formação intelectual em formação para a mão de obra barata e explorada.

A discussão sobre a educação superior é apresentada no Art. 43, que tem como principal finalidade:

I-estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
II-formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;

III- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e divulgação da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII- promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas pela instituição. (BRASIL, LDB 9394, 1996)

Dando continuidade a análise do texto legal, percebemos referências à formação profissional, ao estímulo à pesquisa e à divulgação do conhecimento, além de deixar evidente a necessidade de “formar diplomados”. Entretanto, não há, no texto legal, referência a uma formação de ordem política que vise à transformação da sociedade e que propicie a extinção das classes sociais, promovendo, assim, a justiça.

Ao longo do Art. 43, percebe-se que a formação para a participação social dá lugar ao incentivo para a formação continuada e esta, por sua vez, está ligada às demandas de cunho econômico, a citar: a empregabilidade.

Assim, a lei, por meio do seu discurso, oculta o caráter desumano dos processos formativos e amplia a desigualdade de acesso ao conhecimento historicamente produzido, quando desenha, em suas entrelinhas, a educação como um processo alheio ao fazer social e político.

Partindo para o Art.80, temos:

“O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada:

Inciso 1º- A educação à distância, organizada com abertura e regime especiais será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

Inciso 2º- A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registros de diplomas relativos a cursos de educação à distância.

Inciso 3º- As normas para a produção, controle e avaliação de programa de educação à distância e a autorização para a sua

implantação, caberão aos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas de ensino.

Inciso 4º-A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I-custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de rádio fusão sonora e de sons e imagens;

II-concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III-reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais;(BRASIL, LDB 9394, 1996)

Fazendo uma leitura atenta, percebe-se que não há, sequer, conceito para educação a distância, bem como não há referência a padrões mínimos para a implantação dessa modalidade. Contudo, esta foi autorizada “*em todos os níveis e modalidades de ensino*”.

A LDB apresenta assim, um texto, superficialmente, bem escrito, porém, implicitamente contraditório. Imaginada como meio eficaz para direcionar os processos relativos à formação humana e social do indivíduo, a mencionada lei tornou-se objeto de “boniteza” e foco de discursos que destoam da realidade.

...a LDB é uma lei “pesada”, que envolve muitos interesses orçamentários e interfere em instituições públicas e privadas de grande relevância nacional como escolas e universidades. Não teria qualquer condição de passar com um texto “avançado”, no sentido de ser a “a lei dos sonhos do educador brasileiro”. Como o Congresso Nacional é sobretudo, um “pesadelo”, as leis importantes não podem deixar de sair com sua cara e são, pelo menos em parte, também um pesadelo. Lei realmente “boa” só pode provir de um Congresso “bom”. Não é, obviamente, nosso caso, pelo menos por enquanto. (DEMO, 2012, p.10)

Quando avançamos o olhar na direção do ensino superior, temos a clara comprovação da perpetuação do equívoco no texto legal, em relação ao fato de a LDB garantir a qualidade da formação intelectual do indivíduo. Porém, abrir espaço para a educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, uma contradição que incentiva um processo formativo, cheio de limitações e que fomenta a mercantilização da educação. Dessa maneira, a lei retira do Estado a responsabilidade de grande provedor e volta-se para o setor privado como grande aliado no processo de “universalização do saber”.

O texto legal é contradição quando afirma primar pela qualidade da formação a ser oferecida, entretanto, permite que as tecnologias deem conta de um processo formativo que deveria acontecer, em toda a sua integridade, na modalidade presencial. Fica evidente a transferência da responsabilidade do Estado, para a sociedade civil, ampliando o mercado educacional para as grandes empresas e reduzindo a possibilidade de uma formação para a superação da lógica desumanizadora que assola a educação brasileira.

A LDB surgiu no cenário nacional em meio a um processo histórico recheado pelas propostas neoliberais que incentivaram, fortemente, o setor privado no oferecimento dos cursos superiores, em detrimento do setor público de ensino. Houve a facilitação dos processos seletivos, a redução dos conteúdos críticos, o incentivo à iniciativa privada, a precarização nomeada de democratização e o discurso da valorização na formação e profissão docente em meio a todas essas limitações.

Esse contraponto existente entre o discurso da Constituição Federal que estabelece a igualdade, a LDB que fala em qualidade e a realidade que reduz o acesso apenas à categoria do ingresso, nos faz entender, que as atuais políticas educacionais, não são suficientes para responder aos anseios, da população, na busca pela formação no ensino superior. É fundamental garantir a permanência no curso e a qualidade da formação.

A contradição existente entre discurso jurídico e prática efetiva estimula a banalização na oferta da EAD, propicia o crescimento vertiginoso dessa “pseudo formação” e conduz a níveis desastrosos os processos formativos.

A democratização do ensino tão defendida pela LDB, e seus sucessivos decretos, não é sinônimo de acesso, qualidade ou mesmo igualdade. A ilusão de que o computador é o mais novo provedor de conhecimento, mascara a sua real função de acumulador de informações. Ele exerce a parte “chata” do processo educativo, entretanto, a parte crítica e emancipatória devem advir da relação de troca entre professor e aluno. Troca inexistente nos processos de educação a distância, em virtude das condições de trabalho dessa modalidade (alunos e professores separados pelo tempo e pelo espaço).

Pensada como veículo de resposta aos anseios da sociedade, a LDB se apresenta como um texto evasivo, sem diretrizes bem estabelecidas e com um discurso perigoso. Nela a EAD é “vendida” como meio legítimo de formação, passando a ser defendida nos espaços acadêmicos de ensino e pesquisa, como meio eficaz no acesso ao conhecimento científico e profissional, e favorecendo a condução do processo de “reeducação” política, hoje, principal veículo da (a) politização do docente.

3.2- O EXCESSO E AS FRAGILIDADES DO TEXTO LEGAL NA CONDUÇÃO DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

Em 10 de fevereiro de 1998 subsequente à implementação da LBD, tivemos o Decreto 2.494 com a finalidade de regulamentar o Art.80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O mencionado Decreto estabeleceu diretrizes gerais para a autorização e

reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições, distribuiu competências e definiu penalidades. Em linhas gerais, o texto legal afirma o seguinte:

- (a) Os cursos à distância serão organizados em regime especial com flexibilidade de requisitos para admissão, horários e duração, obedecendo, quando for o caso, às diretrizes curriculares nacionais.*
- (b) As instituições, para oferecerem cursos de EAD que conduzam a certificados de conclusão ou diplomas de EJA, educação profissional, ensino médio e graduação, necessitam de credenciamento especial do MEC.*
- (c) Os credenciamentos e autorizações terão prazo limitado de cinco anos.*
- (d) É facultada a transferência e o aproveitamento de créditos dos alunos de cursos presenciais para cursos de EAD e vice-versa.*
- (e) Os diplomas e certificados de EAD terão validade nacional.*
- (f) As avaliações com fins de promoção, certificação ou diplomação serão realizadas por meio de exames presenciais, sob a responsabilidade da instituição credenciada. (BRASIL, DECRETO 2.494, 1998)*

Analisando o teor do Decreto, percebemos que se trata de um texto curto e sem grande expressividade, se levarmos em conta a importância da temática que o originou. Ao longo da discussão em torno da EAD, muitos são os decretos subsequentes à LDB. Embora haja todo esse aparato legal para definir e orientar o processo de formação docente via educação a distância, percebe-se que os legisladores não levaram em consideração que o processo de formação do indivíduo não pode se concretizar sem a necessária interação professor-aluno.

Durante a leitura atenta dos textos legais, verifica-se uma grande preocupação com a definição de normas gerais ou medidas punitivas, em detrimento da necessária definição de um projeto de formação humana e política para o indivíduo.

Com o Decreto 4.494/98, a EAD foi alçada a iniciativa privada, que, de forma contundente, ganhou espaço e atropelou o projeto inicialmente pensado para instituições públicas de ensino. A “menina dos olhos” foi a educação superior, na área de formação docente, pois a demanda exigia um novo nível de formação para os professores da educação básica.

O perigo desse avanço no campo da formação via EAD é o entendimento de que o espaço virtual dará conta da demanda social e política que o futuro professor enfrentará no exercício das suas funções em sala de aula.

A necessária troca entre professor e aluno, dentro de espaços de conflito e vida social, foi totalmente ignorada, quando a legislação permitiu a educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino.

Entendendo-se que a prática é o critério que valida a teoria, a primeira não avança sem a segunda. E, as duas constituirão a práxis, tornando-se evidente que, nos processos formativos, via EAD, amplamente defendidos e incentivados pelos textos legais, a relação entre teoria e prática não existe. Portanto, não há produção de conhecimento, há, em larga escala, a reprodução de discursos e manutenção de um sistema de formação diferenciado e nivelado por baixo para justificar a necessária democratização do ensino superior.

Vejamos, então, o que preconiza, posteriormente, o Decreto 5622/05 que veio complementar o texto sobre a EAD, já presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB 9394/96:

Art. 1º Para fins de Decreto caracteriza-se a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, DECRETO 5.622, 2005)

Aqui já se faz necessária uma reflexão: passados nove anos da grande discussão em torno na LDB e seu processo de democratização e universalização do conhecimento, o Decreto 5622/05 traz consigo o conceito da EAD, ao passo que descaracteriza o processo quando estabelece que seus principais atores, professor e aluno, estarão em tempo e espaço diferentes.

Sigamos com a análise, lançando o olhar sobre o inciso 1º que apresenta diretrizes inerentes ao processo de estágio e avaliação na educação a distância:

Inciso 1º- A educação a distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:
I-avaliações de estudantes;
II-estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
III-defesa de trabalho de conclusão de curso, quando previsto na legislação pertinente;
IV-atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso (BRASIL, DECRETO 5622, 2005).

Apesar de este texto legal ter sido promulgado nove anos após a LDB, o que fica evidente é que o presente texto permanece evasivo no que diz respeito à organização do processo de educação na modalidade EAD.

Primeiramente, cabe destacar que a definição de EAD veio a ser apresentada, de maneira difusa, apenas no mencionado decreto. Porém, já era uma realidade presente na LDB. Se havia, anteriormente, a garantia de que a formação a distância seguiria as mesmas regras da formação presencial, agora essa “certeza” se caracteriza como dúvida, uma vez que o texto

em questão faz referência às expressões “quando previsto em legislação pertinente, quando for o caso”.

Perdeu-se muito tempo e energias políticas discutindo sobre relações formais entre técnica/educação/desenvolvimento/igualdade social e se deixou de lado a análise e a denúncia das verdadeiras raízes da desigualdade, do subdesenvolvimento e da desqualificação do trabalho humano na produção capitalista (ARROYO, 1991, p.174)

A legislação em questão apresenta um modelo de formação que oculta e mascara, ideologicamente, o caráter político que permeia a educação. Uma proposta de democratização do conhecimento em todos os níveis, que cresceu, vertiginosamente, nos cursos de formação de professores. Uma facilidade dos tempos modernos que tem legitimado conceitos e padrões, e tem se estabelecido como o meio de “sanar” as dívidas históricas entre as camadas sociais. Segundo Charlot (2013), “... a educação é bastante política. Transmite modelos sociais e normas de comportamento. Inculca nas crianças ideais sociais que formam a personalidade”.

Em um momento de desvalorização da formação e trabalho docente, torna-se necessário assumir uma conduta de criticidade e de denúncia ao modelo educacional proposto e aceito. Faz-se necessário aliar o discurso teórico à prática social, com o objetivo de emancipar o cidadão, bem como livrá-lo do processo de exploração sofrido ao longo do tempo e da história.

3.3- A LEGISLAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE.

Desde o início, a LDB configurou-se como um texto contraditório e inexpressivo, em que há a exigência de preparo didático. Porém, não há quase referência à formação humana do indivíduo. Um discurso de emancipação que não se configura na prática, seguido por textos de decretos e portarias, em sua grande maioria, que não permitem identificar conteúdos específicos, normas claras ou conceitos norteadores. Um desequilíbrio nas relações de essência e aparência.

A LDB pensada como meio de definir os rumos da educação brasileira, em sua reformulação datada de 1996, não correspondeu ao esperado e propiciou uma política de nivelamento por baixo. Ostentando discursos “modernos” que resultaram na redução de tempo e conteúdo dos cursos de formação de professores, a lei apresenta uma política de parceria público-privado, que se configura como mais um mecanismo de privatização do ensino, sob a tutela da democratização e universalização do saber.

Assim, são produzidas e reproduzidas as desigualdades na formação de professores. Se, por um lado, há a necessidade de expansão da escolarização e profissionalização docente por outro, falta uma legislação clara, boa vontade política e pensamentos revolucionários capazes de mudar o cenário de letargia que vive a educação brasileira em sua essência.

Sabemos que as relações educacionais são complicadas, uma vez que envolvem muitos sujeitos, entre eles: professores, alunos, família, sociedade e Estado. Quando o olhar se volta para a formação de professores, os entraves são muitos. Como grande desafio a ser vencido, temos o capital e sua lógica que reduzem a formação do futuro professor, a uma formação, meramente, técnica e reprodutivista.

A LDB traz, em seu discurso, o destaque para a valorização docente, porém, reduz a formação do futuro professor ao controle dos interesses do setor privado e retira do Estado a sua responsabilidade no tocante à condução da educação popular.

A respeito das críticas em torno da mencionada lei, há que se entender que esta sofreu interferências de cunho político e histórico, haja vista a sua relação fundamental com a esfera econômica. Sendo assim, o texto legal “enfeitou” o processo educacional e legitimou uma realidade que só existia na esfera da aparência.

Na EAD o tempo presencial é curto e eivado por informações, os tutores nem sempre são da área de atuação e são, apenas, um suporte dentro do processo de construção do conhecimento. O professor titular de cada disciplina está por trás de um telão “atendendo” centenas de futuros professores ao mesmo tempo, entretanto, os textos legais asseguram a qualidade desse processo formativo que acontece de maneira fragmentada.

Poucos são os alunos da modalidade EAD/ *vídeo-streaming* que possuem suas reais e contundentes dúvidas, esclarecidas. A grande maioria volta para a sua casa, com o mesmo cabedal teórico que chegou às salas de aula. Apesar de gritante, essa situação já era prevista pelo Art.1º do Decreto 5622/05, que já deixava claro que, nessa modalidade de formação, professores e alunos estariam trabalhando em tempo e espaço diferentes. Um processo de construção do conhecimento, em que seus atores principais estão separados pelo tempo e espaço.

O grande equívoco acontece, inicialmente, quando a LDB possibilita, mas não define o que é EAD. Somente com o Decreto 5622/05, temos a definição da modalidade e o que deveria ser um ensino para complementar a aprendizagem nos cursos presenciais passa a ser o meio legítimo de formação dos futuros professores.

A lei nesse sentido consagra a banalização da oferta de cursos, muitas vezes, em instituições desprovidas das condições mínimas de funcionamento, como: salas de aula adequadas, biblioteca, laboratório de línguas e de ciências etc.

A tese de democratização via EAD e suas parcerias com os empresários da educação, desresponsabilizam o Estado, enriquecem as corporações educacionais, além de controlar e alienar o sistema educacional, colocando-o a serviço dos interesses do capital, (des) configurando a sua finalidade educativa e ferindo a Constituição Federal que diz ser “*dever do Estado prover educação de qualidade para todos*”.

Aqui encontramos outra importante contradição: a Constituição Federal em seu Art.205 assegura educação de qualidade para todos, afirmando ser dever do Estado e da família o pleno desenvolvimento da pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania. Porém, ancorada no discurso da democratização e universalização do ensino, a LDB contradiz a Constituição Federal quando transfere para o setor privado a função de instruir, tirando dos poderes públicos a sua inteira responsabilidade no processo de formação do indivíduo.

Em contraposição à formação cultural comprometida com a emancipação, a semiformação difunde uma produção genérica, voltada para a adaptação e o consenso, não havendo preparação para o exercício da cidadania. É necessário compreender que o contexto no qual se (des) estrutura os cursos de formação de professores no país, como um todo, é marcado pela história dos processos educativos, sempre voltados para a perpetuação do modelo político, econômico e social vigente. Todo um enredo favorecido pelo texto legal, que, nas suas linhas, torna lícita uma formação precária e lacunar.

Se analisarmos o binômio qualidade *versus* quantidade, perceberemos que a grande preocupação é com a formação do profissional da educação, o propósito presente nas entrelinhas dos discursos é “jogar” no mercado, a mão de obra barata, acrítica. Não há nenhum compromisso com a formação do ser pensante, e se entendemos o fazer pedagógico como *praxis* humana, nos é evidente que a lei nos oferece a possibilidade da formação aligeirada e sucateada na essência, e a universalização do saber na aparência.

A formação de professores, tanto a inicial como a continuada, pode ser vista como um limite no sistema educacional. O ensino à distância tem sido valorizado e está ganhando um espaço cada vez maior na formação inicial dos educadores. Isso demonstra uma maior preocupação do Estado com índices quantitativos do que qualitativos. (BACZINSKI, 2012, p.50)

Quando confrontados, os índices qualitativos com os quantitativos percebe-se que, em relação aos processos formativos via EAD, a quantidade de alunos matriculados é, sempre, mais ostentada pela mídia, que os índices de avaliação qualitativa do processo. Isso representa

uma imaturidade crítica de toda a sociedade que se deixa levar pelo discurso de igualdade de oportunidades e, assim, aumenta o quadro de desigualdade.

3.4- AS PARCERIAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A CRISE NA FORMAÇÃO DOCENTE COMO MARCAS DO CAPITALISMO.

As parcerias entre o público e o privado tiveram grande impulso no governo do Presidente Lula, por meio da Lei 11.079/04. Essa política de transferir a gestão da educação pública para o setor privado configura uma característica marcante do neoliberalismo: a mercantilização dos processos educativos.

O sistema de parcerias traz, em seu bojo, objetivos de ordem política e ideológica, reconfigura a imagem do professor e do aluno no processo ensino-aprendizagem e é uma clara demonstração da adequação do meio acadêmico às exigências do capital.

Quando nos referimos ao ensino superior privado, torna-se evidente que a LDB 9394/96 favoreceu a expansão das atividades de parcerias entre o público e o privado. Segundo a análise de Bercht,

[...] a Constituição Federal reconhecia a existência de instituições privadas, mas não caracterizadas claramente como empresas. A LDB distinguiu as instituições privadas com fins lucrativos das demais e estabeleceu regras para funcionamento das entidades, passando a permitir a existência de empresas de ensino visando, obviamente, o lucro. (BERCHT, 2008, p.73)

O Governo Federal, desde o mandato de Fernando Henrique Cardoso, vem ampliando as estratégias de privatização da educação brasileira, por meio de medidas que incluem: autorização de abertura de novas instituições privadas de ensino superior, ampliação de cursos em instituições já existentes e expansão de financiamento estudantil.

A educação a distância, fomentada pelas parcerias entre instituições privadas e o poder público, teve grande impulso com o aprimoramento da tecnologia, inicialmente com serviços de rádio e telegrafia, crescendo, fortemente, com o advento do computador e da internet.

Na metade do século XX, com o aparecimento das instituições voltadas para o ensino via EAD e o grande desenvolvimento dos meios de comunicação para longas distâncias, houve o despertar do interesse de pesquisadores, entre eles: Desmond Keegan (1980) que aponta alguns elementos para a definição de características dessa modalidade, tais como:

- Distância física entre professores e alunos;
- Uso da mídia para interligar professores e alunos;

O grande desafio apontado a partir das características acima citadas está situado nas palavras “distância” e “mídia”. Distância, porque é impossível conceber um processo de construção e reconstrução do conhecimento, em que os parceiros estão em espaços diferentes. Mídia, porque remete a um conhecimento, nem sempre dominado pelo aluno da EAD, haja vista o público que permeia essa modalidade.

A EAD ampliou a sua capacidade de oferta, tendo como máquina fomentadora, a iniciativa privada. Projetada para as instituições públicas, a educação a distância mostrou o seu poder por meio das instituições privadas e suas inúmeras parcerias. Cresceu, vertiginosamente, nos cursos de formação de professores e se espalhou pelos cantos do país, encontrando pouso favorável nas regiões distantes dos grandes centros urbanos.

A legislação favoreceu os inúmeros equívocos e possibilitou o surgimento de várias instituições, com padrões diferentes para a formação do futuro professor.

De acordo com o Decreto 3.860/2001, temos:

CAPÍTULO III

Das Instituições de Ensino Superior

Art.7º- Quanto a sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, classificam-se em:

I-universidades;

II-centros universitários;

III-faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores. (BRASIL, DECRETO 3.860, 2001)

Para cada uma das classificações acima, existe, de acordo com o texto legal, um padrão mínimo de excelência. As intituladas universidades são caracterizadas pela oferta regular de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os denominados centros universitários caracterizam-se pela excelência do ensino oferecido. As chamadas de faculdades integradas são instituições com propostas curriculares em mais de uma área de conhecimento.

A criação de diferentes tipos de instituições para a oferta da formação docente em nível superior, com leis que não definem, claramente, qual a função de cada uma e os critérios mínimos para o funcionamento dos cursos, propicia a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e compromete a formação dos futuros professores, conduzindo a precarização o seu processo de formação.

Por isso a prestação do ensino em um ambiente que não se faz pesquisa, em uma universidade sem laboratórios, com bibliotecas precárias e, sobretudo, sem o indispensável pessoal qualificado-professores e alunos em regime de tempo parcial, ou professores horistas- para a produção do conhecimento, para a elaboração de pensamento e a invenção de mecanismos originais, o ensino tende a se tornar estéril e obsoleto. Não passará de um ensino

livresco, de uma repetição muitas vezes monótona daquilo que os outros produziram ou escreveram. (ALVES, 2011, p.62)

É-nos interessante observar que as intituladas “faculdades integradas” são apontadas, apenas, como instituições com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento. Não lhes é atribuída à tríade necessária a uma boa formação profissional, a citar: ensino, pesquisa e extensão. A atenção aqui será voltada para as faculdades integradas e seus sistemas de parcerias na oferta da educação superior a distância. Entre 1995-2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso, os olhares mais atentos presenciaram a institucionalização de políticas garantidoras de grandes quantias de recursos destinados para a sustentação e fortalecimento do setor privado. Esse passo garantiu aos empresários da educação, um novo campo de expansão.

A educação tornou-se mercadoria a preço de custo e o projeto de superação da ordem capitalista sofreu um novo golpe quando se percebeu imerso no discurso utópico da igualdade e da oportunidade, estrategicamente propagado pela ótica neoliberal.

Em 2005, mediante a promulgação da Lei 11.096, em seu Art.1º, fica instituído o PROUNI e com ele a ideia de colocar nas escolas privadas, alunos oriundos das camadas populares. Assim, disseminou-se a concepção de que a tão sonhada igualdade entre as camadas sociais estava, enfim, muito próxima, além de manter a classe trabalhadora sob controle por meio de uma formação fragmentada e acrítica.

A entrada da classe trabalhadora nas faculdades particulares justificou, aos crédulos, o “ajuste” de contas entre as camadas sociais, porém, retirou a responsabilidade dos governos de garantir uma educação pública, gratuita e de qualidade para o seu povo.

A lei reflete, aí, nada mais do que a letargia nacional nesse campo, que impede de perceber o quanto as oportunidades de desenvolvimento dependem da qualidade educativa da população. É difícil fugir da constatação de que para a elite interessa, pelo menos em certa medida, a ignorância da população, como tática de manutenção do *status quo*. (DEMO, 2012, p.67)

As parcerias na educação são citadas na LDB, dentro do chamado “regime de colaboração”(Título IV- *Da organização da educação nacional*), sendo esta uma característica da sociedade contemporânea, configurando-se como estratégia para a solução de problemas de ordem social.

Dentro do contexto de formação docente e educação a distância, as parcerias aparecem como forma de democratizar e levar a formação superior para as localidades brasileiras mais distantes e desfavorecidas econômica e geograficamente. Entretanto, acabam por conferir aos futuros docentes uma formação mutilada, diante da grande demanda

intelectual e social que a profissão impõe. A prática da parceria na formação de professores tem sido o meio encontrado para retirar do poder público, a responsabilidade pela educação do seu povo. Assim, “o lucro” é colocado como proposta de profissionalização “barata” e descomprometida com o social.

Alguns estudos (Silva, 1996; Martins, 1996; André *et al.*, 1999) mostram que a prática da parceria ajuda a explicitar melhor a complexidade e interfaces do processo de formação docente. Denunciam, de modo geral, que há interesses velados por parte dos órgãos oficiais em atribuir ao professor o caos instalado no sistema de ensino, sem uma discussão maior sobre as verdadeiras causas da crise educacional. Os autores defendem que é preciso se explicitar as contradições presentes no discurso oficial, que exime o poder público de suas responsabilidades em relação a uma maior valorização social do professor. (FOERSTE, 2005, p.41)

Conceber que, por meio das plataformas tecnológicas de ensino, com tempos reduzidos e pouco conteúdo crítico estaremos avançando rumo ao conhecimento é permitir a manutenção da função acrítica das escolas e espaços formativos. É manter os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs) disfarçados de instituições provedoras de conhecimento.

Sendo assim, a LDB é toda contradição quando, entre outras coisas, estabelece que os cursos de graduação dos turnos noturnos tenham o “mesmo padrão de qualidade” dos cursos diurnos, assim como prevê legitimidade e igualdade entre as formações presenciais e as da modalidade a distância. Apresenta-se a EAD, mas não se estabelece normas ou critérios de fiscalização e acompanhamento dos cursos oferecidos, bem como das novas instituições de ensino superior abertas constantemente.

Esse pano de fundo ou realidade escamoteada traz consigo as fragilidades de um texto legal, pensado para ser a superação da problemática da educação brasileira e que se constituiu em uma fonte de renda para os empresários da educação.

Essa desconstrução e precarização do processo de formação docente apresenta-se como “democratização” para os segmentos mais fragilizados da sociedade e busca, por meio das facilidades e promessas oferecidas, legitimar o conceito de “universalização” do conhecimento.

A aprendizagem legítima pressupõe pesquisa, construção e reconstrução do conhecimento, permeada por ambientes de formação política e humana, nos quais se destaquem a relação professor e aluno como parceiros do processo.

A LDB 9394/96 e os sucessivos decretos e portarias desconsideraram, totalmente, essa necessária relação. Assim, muitos professores são formados sem acesso ao conhecimento necessário para o posicionamento político e social que a sua profissão exige. Nessa esteira, muitos professores têm a sua formação marcada e conduzida por processos de parcerias, em

que se discute questões de cunho econômico, via contrato de prestação de serviços, porém não se apresenta um projeto de formação humana e política. Materializa-se, então, via texto legal, o projeto neoliberal para a formação do futuro professor: currículo e tempo reduzidos, inexistência de discussão teórica e práxis política.

A Lei perdeu uma grande oportunidade de pelo menos colocar a educação superior nos trilhos, mesmo sem grandes inovações. É verdade que o princípio da avaliação está consagrado em outra parte[...] mas nesta parte não comparece, numa visível concessão ao corporativismo interno. Não se estabelece o “preço” da autonomia, ou seja, a necessária contrapartida em favor da sociedade. Torna-se, assim, vazio o pleito de “recursos suficientes” para a manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior, porque não há critério claro dessa suficiência. (DEMO, 2012, p.83)

Quando se trata da implantação de uma política permanente de EAD em condições de funcionamento equiparada ao da educação presencial, constata-se que o governo federal não dispõe de aparato suficiente para garantir o que estabelece as “bonitas” e “pesadas” leis. Nem mesmo os 20% de disciplinas à distância, estabelecidos pela Portaria 4.059/04, a serem introduzidos nos cursos presenciais, têm sido devidamente fiscalizados.

Ademais, não é fácil conjugar bem educação e conhecimento, como se fossem parceiros vocacionais. Ao contrário, em sociedades como a nossa, propendem a afastar-se, e, pior do que isso, a inverter a hierarquia ética: em vez de conhecimento ser instrumento primordial da educação, vira o contrário. Talvez o que mais possa preocupar hoje é o casamento faceiro que o conhecimento faz com o mercado. Estão se dando bem, sobretudo porque uma das marcas mais fortes do conhecimento moderno- sua capacidade desconstrutiva a serviço da inovação tecnológica-coincide com a pretensão do lucro crescente. (DEMO, 2012, p.47)

Não se pode negar que a LDB favoreceu o “acesso” de muitos indivíduos ao nível superior, por meio do estabelecimento de parceria entre o público e o privado, mas é necessário entender como esse acesso se deu, e quais as consequências dessas parcerias para a sociedade.

As parcerias publico-privadas surgem como uma tentativa de Estado e iniciativa privada dividirem os custos com a implantação de infraestruturas, já que nenhum deles teria condições de com elas arcar individualmente: o Estado por não ter condições financeiras, e a iniciativa privada porque a tarifa seria insuficiente (ou em alguns casos até inexistente) para cobrir todos os seus custos e a legítima margem de lucro do negócio. (ARAGÃO, 2005, p.2)

Quando nos reportamos às parcerias estabelecidas, fica-nos evidente que, por meio da Parceria Público-Privado (PPP) o Estado brasileiro desobrigou-se de grandes investimentos na educação. Elas constituíram-se em ferramentas poderosas, para mobilizar e favorecer a

iniciativa privada, que por sua vez, cumpre o projeto neoliberal para os países em desenvolvimento.

Nas cidades interioranas do território brasileiro, as parcerias chegaram para sanar uma grande demanda para acesso ao ensino superior. Incentivadas pelos textos legais, as parcerias entre o público e o privado, assumiram o comando na formação de professores, aprofundando, ainda mais, os níveis de exclusão.

No Brasil, como na grande maioria dos países latino-americanos, as exclusões, aprofundadas pelo neoliberalismo-com o fetiche da privatização abre espaços de vacuidade para as maiorias sociais. Desassistidos pelo Estado, verdadeiras “micronações” responderiam a esta ausência, organizando-se com leis próprias e normas de sobrevivência, em que marginalidade, populismo e violência convivem e ameaçam a sociedade oficial. (ALVES, 2011, p. 18)

Quando discutimos a formação de professores, percebemos que a parceria entre o público e o privado tem ampliado a oferta do ensino superior, entretanto, precisa ser analisada a fundo, pois apresenta fragilidades no tocante a organização e condução dos cursos. Infraestrutura precária, discussões limitadas e tempo reduzido, constituem as principais fragilidades que envolvem a formação docente via EAD.

Dentro de uma sociedade excludente, como é a sociedade de modelo capitalista, todo tipo de formação ecoa como uma possibilidade de avanço. A proliferação de cursos e polos de formação via EAD representam a proposta neoliberal para as classes populares, pois estão a serviço do senso comum e da aceitação passiva, rebaixando assim, o nível da formação oferecida.

4- A EAD E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A PSEUDO DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.

A educação a distância ganhou espaço na formação docente, mediante as diretrizes estabelecidas pela Lei 9394/96. Vista como meio viável para atender a uma grande demanda de professores ainda sem formação, a custos módicos, a EAD espalhou-se pelo grande território brasileiro, utilizando-se das mídias para estabelecer-se.

Dentro dessa nova realidade de formação docente, surgem as parcerias entre o público e o privado, resultado das estratégias neoliberais, como forma de atender a demanda existente por formação.

Espalhando-se pelo território nacional, sem mecanismos rígidos de acompanhamento e fiscalização dos cursos, novas Faculdades foram abertas e sem qualquer estrutura de funcionamento, foram responsáveis pela certificação de muitos docentes em diversas áreas do conhecimento. Assim, o sucateamento da educação ocorreu por meio dos processos de pseudo formação que foram contribuindo para a desvalorização da educação.

Do outro lado da moeda, temos a sociedade totalmente desacreditada do poder de transformação dos processos educativos, o que conduz a educação brasileira ao descrédito e a coloca em situação desprivilegiada no meio social que deveria defendê-la como direito legítimo de qualquer cidadão.

Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (MÉSZÁROS, 2005, p.25)

Quando a análise da formação docente ganha às estruturas dos cursos oferecidos nas cidadezinhas interioranas desse imenso Brasil, é frequente identificar como os processos formativos são desestruturados, comprometendo toda a formação do professor.

Aulas uma vez por semana, prédios sem condições físicas e estruturais de abrigar cursos de nível superior, ausência de biblioteca e nenhum incentivo a pesquisa são os fatores que conduzem a formação do futuro professor a um “curso técnico”. A parte pedagógica é trabalhada de forma fragmentada, e a parte teórico-crítica é esquecida em meio ao curto espaço de tempo, destinado aos momentos de formação.

Deve-se ressaltar ainda, que o exercício educativo, exige um professor preparado para as demandas sociais, capaz de mediar conflitos e transformar o meio social, no qual ele mesmo se faz explorado, por meio de discursos de igualdade de acesso e de oportunidades.

Somente por meio de uma formação para emancipação humana e completa do indivíduo, teremos a transformação social. Docentes formados na perspectiva omnilateral, possibilitarão aos seus alunos a problematização de questões de ordem social, bem como o posicionamento crítico sobre as mazelas sociais.

Formar professores numa perspectiva transformadora requer a negação e a transformação desse modelo fragmentado e sucateado, por uma formação de qualidade, que estimule a pesquisa e eleve a capacidade teórico-discursiva dos professores. Assim, será decretado o fim da exploração a que estão submetidos professores no exercício diário de suas funções.

4.1 – A EAD NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA-AL.

A cidade de Água Branca está localizada no sertão do Estado de Alagoas, há aproximadamente 300 km da capital Maceió. O nome Água Branca é proveniente do fato de haver fontes de águas muito limpas no entorno do município.

Cidade pequena, com população estimada em 20.434 habitantes, segundo dados do IBGE, economia girando em torno da agricultura e a população desprovida de condições reais de progresso, recebeu em 2006 a notícia da chegada do ensino superior para a formação de professores, na modalidade EAD-*vídeo*.

Cidade de poucas oportunidades, assim como muitas outras espalhadas pelo Brasil, Água Branca recebeu a EAD por meio de parceria estabelecida entre a Prefeitura Municipal e a Faculdade de Tecnologia e Ciência- FTC.

Todo o discurso que encabeçou a chegada do nível superior na mencionada cidade foi ancorado nos seguintes argumentos: facilidade, tempo reduzido, “ótima” oportunidade de formação e única possibilidade de cursar o nível superior sem ser necessário ausentar-se de casa por muitos dias para frequentar a Universidade na Capital Alagoana. Esse discurso foi, facilmente, fomentado pelos baixos salários dos professores, que, sem condições de custear seus estudos na Capital do Estado, viram na EAD a possibilidade de ter o nível superior, cumprindo assim, o que exigia a Lei 9394/96.

Se a dificuldade era “como custear o curso”, a LDB 9394/96 abriu espaço para parcerias entre órgãos públicos e setores privados de ensino. Assim, sem muito esclarecimento sobre a qualidade da formação a ser oferecida, sem discussões a cerca das condições físicas e estruturais do prédio que abrigaria a educação superior em Água Branca-

AL e sem nenhuma afinidade com as Tecnologias de Informação e Comunicação-TIC's, dezenas de professores foram matriculados no ensino superior à distância.

Segundo análise feita em documentos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Água Branca-AL, logo no primeiro ano de implantação da EAD no município, foram ofertados os seguintes cursos de graduação: Letras, Normal Superior, Matemática, Geografia, História e Biologia. Cerca de 210 alunos (entre professores em pleno exercício e futuros professores) foram convocados para cursar o nível superior, após o vestibular.

A Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) tem sede em Salvador-BA realiza vestibulares que compreendem, apenas, a uma prova de produção textual e questões que versam sobre conteúdos do ensino médio (em alguns polos), e tornou-se uma rede de ensino na Região Nordeste que atende cerca de 40 mil alunos na modalidade EAD em todo o Brasil. Com 15 anos de atuação, a instituição já formou, aproximadamente, 30 mil professores na modalidade de ensino a distância, em todo o país, de acordo com dados publicados em sua página na internet.

Em pouco tempo de atuação, a FTC já recebeu autorização do MEC para atuar tanto em graduação, quanto em cursos de pós-graduação. Tem como conveniados associações, prefeituras e empresas, e como missão a preparação para o mercado de trabalho, segundo texto publicado em sua página virtual.

A parceria entre a FTC e o município de Água Branca foi estabelecida por meio de um instrumento de contrato, assinado pelos representantes das partes, sem constar no mesmo a assinatura de testemunhas e sem o devido registro em Cartório, o que configura a informalidade do ato.

O documento é composto por 13(treze) cláusulas e discute sobre as obrigações das partes no âmbito financeiro, não havendo nenhuma referência ao projeto de formação técnica, política e humana do futuro professor. Esse documento faz parte de uma nova modalidade de prestação de serviços: a parceria público-privada.

A partir da década de 90, a relação entre o público e o privado sofreu modificações no campo da educação. Presenciou-se o encolhimento do setor público no oferecimento no ensino superior e o crescimento vertiginoso do setor privado como o grande responsável pela “democratização” do ensino superior.

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) surgiram e desenvolveram-se na Inglaterra, onde vários serviços públicos foram repassados, com vantagem, à iniciativa privada. Estabelecer o sistema de cooperação entre público e privado, pode ser uma grande saída para as carências na saúde, educação e demais setores sociais.

Aqui no Brasil, porém, há de se analisar como, quando e por que essas parcerias são estabelecidas, além de ser urgente, descortinar as suas fragilidades, bem como as consequências do processo formativo via educação a distância e parceria público-privado.

Em Água Branca a parceria entre a Prefeitura Municipal e a FTC aconteceu mediante as pressões e exigências da Lei 9394/96, e foi, amplamente, defendida por discursos de progresso e acesso. No único documento encontrado na Prefeitura Municipal, não foi possível presenciar a discussão em relação a uma proposta de cunho pedagógico, apenas em pauta, as questões de cunho financeiro. De um lado havia a demanda pela formação superior, e do outro lado havia os empresários da educação, ávidos por mais uma fatia do mercado.

No meio dessa equação, encontrava-se o poder público municipal, ora desejando implantar uma nova política educacional no município, ora buscando a ascensão política mediante trabalho social prestado.

A realidade é que cerca de 210(duzentos e dez) professores foram formados pela FTC-EAD na cidade de Água Branca. Muitos já atuavam no ensino fundamental e, mesmo assim, sentiram fortemente a dificuldade no uso das TIC's, habilidade imprescindível quando falamos em educação à distância.

Com encontros semanais, vídeos-aulas e tutores, a FTC-EAD ofertou cursos nas mais diversas áreas de formação docente. Em Água Branca-AL, sediada em uma escola de infraestrutura precária, situada na zona rural do município, desprovida de biblioteca e equipada com um laboratório com 10 computadores para atender cerca de 210 docentes-discentes, a FTC iniciou os cursos de graduação à distância, no ano de 2006.

A Escola Municipal Misseno de Siqueira Torres, prédio da FTC-EAD em Água Branca-AL é uma unidade escolar de pequeno porte e com salas de aula pequenas e sem infraestrutura. Como a Lei não estabelece, claramente, as condições mínimas para a implantação dos cursos, centenas de processos formativos acontecem em prédios sucateados.

Os tutores eram profissionais, em sua grande maioria, sem Especialização. No caso citado aqui, o processo de escolha dos tutores aconteceu mediante os vínculos de amizade entre os mesmos e a equipe de gestão municipal, esses foram treinados para as atividades técnicas na formação. Segundo os entrevistados, os tutores não deram o suporte esperado pelos alunos da EAD:

“[...] Quando tínhamos dúvidas o monitor entrava em contato com os professores e eles esclareciam” (Entrevista 1)

“As apostilas não continham, acredito, muito do necessário para o conhecimento do aluno. O complemento era repassado pelos professores via online.” (Entrevista 2)

“Na maioria das vezes o tutor responsável pela turma não dá o suporte necessário aos graduandos”. (Entrevista 4)

“É necessário também que a escolha dos tutores seja feita de uma forma mais minuciosa. Em alguns casos deixa muito a desejar.” (Entrevista 5)

Quanto a sua função dentro do processo formativo, o tutor era um facilitador. Alguém graduado na área de formação, que era encarregado de recolher trabalhos, ligar equipamentos para a transmissão da aula via *vídeo*, e ser ponte entre os dois principais elementos de qualquer processo de construção e reconstrução do conhecimento, a saber: o professor e o aluno. Uma entrevistada deixa claro que as relações são frágeis, quando o assunto é formação docente via EAD:

“Acredito que o acompanhamento entre aluno-material de estudo e tutor são fatores que se perdem um pouco no âmbito da formação em EAD.” (Entrevista 6)

Salvo algumas exceções, o tutor não dominava o conteúdo necessário a uma formação para a transformação social e a participação política do futuro professor. Mesmo porque, havia sido “treinado” para exercer atividades, meramente, mecânicas dentro das Unidades de Formação. Logo, a sua principal função era de técnico e não de formador.

4.2- O CONTRATO DE PARCERIA NA OFERTA DA EAD NO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA-AL.

Quando solicitados ao poder público municipal, os documentos apresentados resumiram-se a um contrato de parceria, listas de alunos matriculados, leis e pareceres jurídicos para a concessão de bolsas de estudo. A análise fixou-se no contrato de parceria que foi iniciado apresentando as partes: de um lado a Prefeitura Municipal de Água Branca-AL e, do outro lado, a ALFAMAWEB INFORMÁTICA LTDA parceira direta da SOMESB, representante da FTC-EAD no município.

O instrumento de parceria é iniciado com uma breve referência a LDB, numa interpretação equivocada do texto legal.

“As partes,

Considerando que, nos termos dos arts. 11, I, e 67, II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, é incumbência do MUNICÍPIO organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do seu sistema de ensino e que esse sistema deve promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes o aperfeiçoamento profissional continuado”,

No contrato de parceria, temos a formação inicial sendo tratada como formação continuada, dois momentos diferentes, sendo conduzidos como se fossem a “mesma coisa”. Para que fique bem claro, entendemos como formação inicial aquela que representa a base, ou seja, os conhecimentos iniciais para a estruturação da carreira docente. Nesse momento faz-se necessária a relação professor-aluno como elemento constituinte e indispensável do processo.

E, consideramos como formação continuada o processo que vai lapidar e desenvolver um conhecimento já segmentado. Nessa fase o aluno já dispõe da maturidade necessária para a condução do processo de aprendizagem. Entretanto, os empresários da educação, por meio do contrato de parceria firmado, aproveitaram o discurso confuso da LDB 9394/96 para tratar a formação inicial, como formação continuada.

Entre tantas cláusulas, uma preocupação “salta” aos olhos: o financeiro ocupa o lugar do pedagógico e da formação humana e política. Discute-se sobre mensalidades, concessão de bolsas de estudo, obrigações das partes, entretanto, não há referência ao projeto de formação humana, política e profissional.

Ainda na parte introdutória do contrato, temos o seguinte:

*“Considerando que a FTC está credenciada pelo Ministério da Educação, através das Portarias nº 2.144, de 16 de julho de 2004 e 558 de 20 de fevereiro de 2006, para o oferecimento de cursos de educação à distância de nível superior;
Considerando que a FTC possui toda a infraestrutura física e tecnológica necessária para a produção e transmissão do conteúdo programático dos cursos autorizados”,*

Nessa parte do contrato de parceria, encontramos uma grande contradição: existe a afirmação de que a instituição responsável pelo oferecimento da educação à distância no município de Água Branca-AL possui toda a infraestrutura física e tecnológica. No entanto, a formação oferecida à população aguabranquense foi permeada por fragilidades e limitações de ordem física, estrutural e intelectual.

No que tange ao estabelecimento de obrigações entre as partes, o contrato estabelece que seriam 06(seis) turmas com 50(cinquenta) alunos em cada uma e que a SOMESB teria como obrigação, segundo a cláusula terceira:

III-“equipar a Unidade Pedagógica com 1 computador, 1 projetor de multimídia e 1 sistema de som, destinados à sala de vídeo, e com 10 computadores multimídia interligados em rede e à Internet e 10 conjuntos de mesa e cadeira para computador, destinados ao Laboratório de Aprendizagem;”.

Nesse contexto, inicialmente, 300 alunos teriam, a sua disposição, 10 computadores em um único laboratório de aprendizagem, sendo necessário enfatizar que os mencionados alunos eram, em sua maioria, professores em efetivo exercício da profissão e sem nenhuma habilidade com as TIC's.

Prosseguindo com a análise do contrato de parceria estabelecido pela FTC-EAD e o município de Água Branca-AL, por meio da ALFAMAWEB INFORMÁTICA LTDA, percebemos, inicialmente, uma contradição expressa no documento legal de parceria: na parte introdutória, o discurso aponta para a formação continuada de professores, para a possibilidade de capacitar em serviço, docentes já formados e em pleno exercício. Porém, na prática, o contrato discute a formação inicial dos professores, citando a Lei como principal embasamento.

Nota-se que houve, de maneira equivocada, uma apropriação do discurso legal, única e exclusivamente, para responder as necessidades de manutenção do sistema capitalista, ancorado em ideias neoliberais. Apenas houve a criação de uma ilusão, com o intuito de responder aos anseios por igualdade de acesso ao conhecimento e ascensão profissional.

Dessa forma, para falar sobre algumas ilusões da sociedade do conhecimento é preciso primeiramente explicitar que essa sociedade é, por si mesma, uma ilusão que cumpre determinada função ideológica na sociedade capitalista contemporânea. Quando a ilusão desempenha um papel na reprodução ideológica de uma sociedade, ela não deve ser tratada como algo inofensivo ou de pouca importância por aqueles que busquem a superação dessa sociedade. (DUARTE, 2008, p.13)

A EAD contribuiu para diminuir a crise de oferta do ensino superior, mas é necessário entender que essa modalidade tão defendida pelos empresários da educação e, por determinadas políticas públicas está cercada de fragilidades que comprometem a qualidade da formação do futuro professor. Pois, no processo de aligeiramento e redução de conteúdos, acaba-se nivelando por baixo o conhecimento tão necessário ao exercício êxito da profissão docente.

A EAD é uma formação onde a prática fica relegada a segundo plano, e a teoria é trabalhada em um único encontro semanal. Quando questionados sobre a qualidade da formação oferecida, alguns entrevistados creditaram a responsabilidade pela boa condução do curso, ao esforço individual de cada docente-discente:

*“O desempenho do aluno depende muito também, do seu interesse.”
(Entrevista 2)*

“[...] Pois, os conhecimentos adquiridos em livros/apostilas dependem exclusivamente do discente; portanto se o mesmo não tiver empenho e força de vontade em aprender verdadeiramente, a formação deste será naturalmente insuficiente.” (Entrevista 6)

Em uma sociedade capitalista, a instrução e a produção do conhecimento ficam condicionadas as regras de perpetuação do capital. O discurso de progresso, emancipação e democratização exerce o papel de veículo para a manutenção do consenso e da aceitação passiva.

Se a formação do indivíduo for pensada a partir de uma perspectiva crítica, isso afetará, diretamente, o projeto capitalista. Cidadão pensante e participativo torna-se consciente da exploração por ele sofrida, e a consciência gera a inquietação que compromete a organização social. Assim, as políticas criadas para incluir, acabam por excluir aqueles que já se encontram as margens do conhecimento; e o que prevalece é a ideologia de um grupo, em oposição ao bem e progresso de todos.

Somos todavia, levados a crer que ainda não tomamos a sério o problema da educação no país, porque fica a impressão de que os avanços se devem sobretudo a “concessões”, diante de uma realidade que já não se poderia ignorar. Ao mesmo tempo, reaparece a ironia profundamente sarcástica: a política que mais estaria próxima da renovação do país é exatamente aquela que menos se renova, não só por conta de entraves clássicos do sistema, mas igualmente pelo corporativismo interno, que sempre prefere benefícios próprios, por vezes ridículos, aos interesses da população. (DEMO, 2012, p.74)

Em Água Branca, o processo de formação passou pelo crivo político e pelos interesses de uma minoria. Desde o primeiro momento de implantação da unidade de ensino à distância, percebeu-se que, na distribuição e concessão de bolsas ou na discussão de escolha dos tutores, a interferência política, sempre, foi o fator determinante. E embora muitos reconhecessem que essa formação deixava lacunas na vida do profissional e que, por conseguinte interfeririam, diretamente, no progresso social, por comodismo ou benefícios próprios, preferiram a “cortina de fumaça” que transforma a exclusão intelectual, em inclusão profissional.

Apropriando-se do discurso da universalização da educação como instrumento de emancipação do indivíduo e das nações, o projeto de EAD traveste-se de uma perspectiva de democratização das oportunidades educacionais e cria para os educadores o fetiche da democratização da educação. (TAFFAREL, 2010)

Quando a formação de professores é vista como um processo que pode acontecer de forma fragmentada, com currículo genérico e tempo de formação reduzido, sob o pretexto de atingir as massas e democratizar, revela a ideologia neoliberal sobre o processo educativo.

Formar professores na modalidade EAD sob o discurso da universalização e da inclusão dos menos favorecidos, esconde a violência cometida, silenciosamente, pelo Estado e seus agentes diretos contra o povo que deveria defender. Para finalizar a análise do contrato de parceria, firmemos o olhar sobre a cláusula décima primeira, que diz:

“O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de prévia notificação, na hipótese de inobservância, por qualquer das partes, da lei ou das cláusulas e condições aqui estabelecidas”

Diante do exposto acima, os discentes da EAD, em Água Branca-AL, encontravam-se vulneráveis aos interesses dos empresários e do poder público. Finalizar uma parceria, sem prévio aviso configura um total descompromisso de ambas as partes para com o processo educativo e seus agentes diretos.

4.3- EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO E O DISCURSO DA DEMOCRATIZAÇÃO.

Sempre pensada como um projeto social “muito caro”, a Educação foi relegada a último plano dentro da sociedade capitalista e surgiram novas estratégias para “baratear” os processos formativos exigidos pelo texto legal. Dessa maneira, ao longo do tempo, o mérito acadêmico foi dando espaço a iniciativas “mais modestas” para formar o futuro professor. Encontros semanais ou quinzenais, apostilas prontas, estágios reduzidos e aulas via telão constituem o novo modelo de “universidade brasileira”.

O que a universidade deve ter de especial é mérito acadêmico inequívoco, comprovado na capacidade permanente de reconstrução própria de conhecimento, formação extremamente qualitativa de seus alunos, habilidade de manejar a fronteira das inovações importantes na sociedade. Se fosse o caso, haveria pouco que reclamar sobre custos, por exemplo, porque não existe educação barata, mas, sobretudo porque, sendo o manejo inteligente do conhecimento o fator diferencial entre os povos, não há preço para essa competência humana. Isso também fundamentaria de sobra sua gratuidade, não, porém, o discurso social mentiroso que imagina estar defendendo os pobres. (DEMO, 2012, p.82)

Dentre muitas modalidades de EAD, a FTC trouxe para o município de Água Branca a modalidade *vídeo-streaming*. Essa modalidade de formação conta com a figura do tutor, como

o agente facilitador, e um responsável pela disciplina que ministra suas aulas via telão para várias cidades brasileiras em tempo real.

A EAD em Água Branca representou uma formação aligeirada, embutida de pouca ou nenhuma discussão crítica e com redução de currículo e tempo de curso, como seus “grandes atrativos”, haja vista a condição de trabalho e vida docente, precarizados ao longo dos anos. Quanto ao tempo de formação, percebemos uma contradição nas respostas dadas pelos entrevistados:

“Foram 6 períodos- 3 anos” (Entrevista 1)

“Quatro anos” (Entrevista 2)

“Três anos e meio” (Entrevista 5)

Nessa modalidade de formação a distância, as relações dialógicas pouco acontecem e há negligência das relações humanas. O confronto e o diálogo são fatores preponderantes para o processo de construção e reconstrução do saber, promovem o debate e a troca de experiências tão necessárias aos processos educativos e de formação humana.

A EAD promove a impossibilidade de relações dialógicas que estimulem a reflexão, o questionamento, a problematização, a constatação e a superação das contradições [...]Esta política negligencia a dimensão humana e relacional da educação. Acaba se mostrando como tática para desqualificar os professores em sua formação e manter na ignorância e desorganizada a classe trabalhadora. (TAFFAREL, 2010)

Sem questionamentos, a EAD foi abraçada por todos aqueles que tinham sobre suas cabeças a espada fincada pela LDB no tocante à formação mínima para o exercício da profissão docente. A preocupação já não residia na casa da qualidade dos cursos oferecidos, mas na necessidade de responder ao que a LDB impunha, ferindo a Constituição Federal que estabelecia a gratuidade e qualidade como obrigações do Estado. Em Água Branca a formação docente teve a sua qualidade posta a prova quando não primou pela infraestrutura mínima para a condução cursos, segundo os entrevistados:

“A estrutura do prédio, as salas de aula não eram confortáveis. Quando faltava energia, ficávamos sem aula.” (Entrevista 1)

“[...] o problema maior se dava quando a internet estava lenta ou fora de sistema.” (Entrevista 2)

“É um curso de formação que apresentou fragilidades como as dificuldades de fazer os trabalhos.” (Entrevista 3)

“Internet, por exemplo, quando não tinha ficávamos sem aula e a aula não tinha como repor.” (Entrevista 5)

Quando confrontada com outras modalidades de formação, a EAD deixa evidente as suas limitações: profissionais inseguros, lacunas no cabedal teórico, tempo de discussão reduzido e conteúdos versando sobre questões de cunho pedagógico, apenas. Quanto ao tempo destinado às aulas e atividades pedagógicas, os entrevistados responderam o seguinte:

“1 dia (aos sábados) e 1 dia para acesso as plataformas de ensino para a realização de provas, enquetes e pesquisas” (Entrevista 6)

“Apenas 1 dia” (Entrevista 5)

Entretanto, existe em torno da educação a distância uma autopromoção, que, aliada às péssimas condições de salário e vida docente, formam a estrutura necessária para a implementação e aceitação do discurso da “qualidade total”.

Fantasia existem porque há pessoas dispostas a acreditar nelas. Quase sempre as fantasias que recebem maior audiência são as que servem como consolo para a desumanidade e os sofrimentos de nossas vidas. Outras vezes, são as que interferem na luta de classes induzindo a determinadas posturas e favorecendo a recusa de outras. (LESSA, 1996, p.53)

Levando-se em consideração que, em sua grande maioria, o professor-aluno da EAD era o filho da classe média baixa, com pouco esclarecimento político e vida financeira difícil, fazer um curso de nível superior, financiado por meio da concessão de bolsas e com encontros nos fins de semana, pareceu ser a saída mais acessível para uma “vida melhor”.

É preciso enxergar as formas sutis usadas pelo Estado e suas políticas, com a finalidade de internalizar “verdades” que são uma ameaça à sociedade. Inicialmente o Estado explora, marginaliza e desconfigura a profissão docente, para, mais adiante, oferecer condições, que, em meio ao desespero vivido por milhares de docentes, soam como “grandes oportunidades” para a vida pessoal e profissional.

Apesar de ter “formado” cerca de 210 professores no município de Água Branca, a FTC-EAD fechou as suas portas, quando houve a mudança no quadro político local. A nova equipe, apesar de ser composta por bons profissionais, estava totalmente presa aos ditames políticos locais e pouco pode fazer diante da imensa responsabilidade de conduzir um processo, que na prática desconhecia.

As bolsas foram ficando escassas e os estudantes sem as mínimas condições de fazer frente ao preço imposto pelos empresários da educação. Assim, em 2014 a FTC-EAD formou a sua última turma de docentes no município de Água Branca-AL.

4.4- AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: UMA RELAÇÃO QUE FAVORECEU O SETOR PRIVADO DE ENSINO.

As parcerias público-privadas- PPP's ganharam força no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e foram editadas com a Lei Federal nº 11.079/04. Assim, com o aumento vertiginoso da dívida pública e a consequente necessidade de reduzir os gastos públicos, surgiram as parcerias que acumularam os interesses da esfera pública e privada. Essa crise desresponsabilizou a esfera pública de oferecer os serviços básicos, possibilitando inclusive, a esfera privada o oferecimento da educação superior.

No momento em que o Estado decidiu reduzir o seu compromisso político com as universidades[...], convertendo esta num bem que, sendo público, não tem de ser exclusivamente assegurado pelo Estado, a universidade pública entrou automaticamente em crise institucional. [...] a crise institucional da universidade [...] foi provocada ou induzida pela perda de prioridade do bem público nas políticas públicas. (SANTOS, 2004, p.13)

Quando falamos em PPP's no sentido mais abrangente, falamos do processo de concessão de um serviço, estabelecido entre a esfera pública e a privada. Antes da Reforma do Estado, o Poder Público era o responsável por suprir a necessidade e interesse geral, realizar o investimento necessário, além de proporcionar serviços públicos e sociais. Entretanto, após a referida Reforma, os serviços oferecidos pela esfera pública diminuíram e foi transferida ao ente privado a responsabilidade de sanar as necessidades de cunho social.

No contexto da política neoliberal, a privatização de bens e serviços visa diminuir a presença do Estado no âmbito econômico, mas também na área social, abrindo ao mercado atividades que, até então, eram de responsabilidade do Estado. Chomsky observa que,

[...] a última tendência estrutural é a diminuição do papel do Estado na Educação, que está sendo substituído por interesses do grande capital, mistificados como “mercado”. A crescente intervenção do grande capital realiza-se de maneira direta através dos intelectuais orgânicos coletivos do sistema, como a OCDE, o FMI e o Banco Mundial (CHOMSKY, 1999, p.191)

O Banco Mundial, com o objetivo de ampliar a participação do setor privado na oferta de serviços educacionais, vem advogando em favor do apoio financeiro as instituições privadas de ensino. Nesse sentido, muitos autores questionam-se sobre a qualidade da formação superior oferecida, uma vez que o nível superior privado encontra-se vulnerável a promessas não cumpridas em relação as políticas de democratização do ensino superior.

Mancebo afirma:

[...] não justifica o prolongamento de políticas pautadas pela desvalorização da instituição educacional pública e, principalmente, não autoriza a manutenção e aprofundamento do quadro de desqualificação e mercantilização de um bem público absolutamente estratégico para o desenvolvimento do país: a educação superior pública. (MANCEBO, 2004, p.87-88)

A educação é um trabalho social, seu valor e importância são provenientes da visão e entendimento que a sociedade tem daquela. Isso está, estreitamente, ligado à formação e nível de exigência de cada indivíduo. A educação não pode estar à margem da sociedade da qual faz parte, porque sofre diretamente suas influências, sejam elas de cunho político ou não. Lutar por uma formação para a superação da lógica capitalista impõe uma mudança social radical.

Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. (MÉSZAROS, 2005, p.25)

Até o momento, todas as mudanças favoreceram, apenas, a manutenção da ordem e do consenso. Possibilitaram a reprodução de desigualdades disfarçadas de inclusão e favoreceram o sistema capitalista e sua consequente perpetuação ao longo do tempo e da história.

Dentro dessa cadeia, as instituições formais de ensino e pesquisa têm corroborado com essa violência silenciosa, quando evitam o confronto direto com as políticas públicas e internalizam na mente de seus alunos conceitos de “avanço”, “progresso” e “democratização”. Na realidade, presenciam o sucateamento das universidades públicas brasileiras e a precarização da formação docente no Brasil, mediante as inúmeras estratégias de privatização e mercantilização do conhecimento.

Segundo o materialismo histórico-dialético, não há como compreender os fenômenos humanos e sociais, desconsiderando o processo histórico que os envolve. Se, temos uma educação que não forma para a prática social, se temos um professor mal pago e desrespeitado no seu exercício profissional, isso se deve a uma formação precária e lacunar, que conduz o professor a um estado de letargia, frente à exploração sofrida.

Quando se discute as parcerias público-privadas na educação, existe a corrente que defende essa prática, e a corrente que desconsidera esse fenômeno como um avanço. Não há como imaginar a educação considerada como um processo desvinculado de práticas sociais e permeado pela reprodução de conteúdos genéricos, como se presencia nas parcerias entre o público e o privado no oferecimento da EAD.

Numa sociedade dividida em classes, com o domínio de uns grupos sobre outros ou sobre o conjunto da sociedade, é de se esperar que isso aconteça, sendo a luta entre interesses antagônicos o modo dominante de fazer política. Ao mesmo tempo, onde predomina essa forma de exercer a política, a educação se apresenta como um terreno em disputa, desempenhando o papel de instrumento nas mãos do grupo social ou dos grupos sociais que lograrem mantê-la sob seu controle. (PARO, 2002, p.14)

A formação docente em Água Branca esteve desde o início a mercê do poder público local. Só haveria “democratização do ensino superior” se a gestão municipal se encarregasse do pagamento de bolsas de estudo aos alunos, uma vez que seria impossível para os docentes, candidatos às vagas no ensino superior, custearem as “próprias expensas” a sua graduação, haja vista o valor das mensalidades e o sucateamento sofrido pelos salários ao longo do tempo.

Na parceria público-privada em Água Branca-AL, ao poder público caberia a responsabilidade de locar o polo de formação e mantê-lo, enquanto os empresários da educação se responsabilizariam em realizar o processo seletivo, ministrar os cursos, fornecer certificação, equipar a Unidade Pedagógica e contratar serviços de internet banda larga.

A iniciativa privada, por sua vez, tendo explorado todos os caminhos da educação superior presencial (os cursos de fácil oferta – bacharelados, licenciaturas e tecnológicos) e tendo já experimentado, ali, os limites da demanda, bateu as portas do MEC, solicitando credenciamento para atuar com a educação à distância. (GIOLO, 2008, p. 1224)

Essa tendência à privatização está muito presente no ensino superior, como aponta Oliveira:

Como houve um crescimento significativo no setor privado nesse nível de ensino, tem sido afirmada sua privatização. De uma maneira ou de outra, esses diferentes sentidos atribuídos à privatização permanecem, mas aqui é importante chamar a atenção para a nova conotação que surge a partir da discussão originada no campo econômico, a qual se irradia para a esfera social. Trata-se da crítica e das teses contrárias à simples presença do estado no campo educacional e à afirmação do mercado como solução para o enfrentamento dos graves problemas com os quais o país se defronta. (OLIVEIRA, 1995, p. 39)

Nesse contexto de sucateamento da educação superior pública, há uma exigência por pessoas qualificadas e preparadas para enfrentar a demanda do mundo globalizado. Em contrapartida, o que se presencia é o esgotamento das universidades, preparando o caminho para privatização de instituições do ensino superior. Quando a organização econômica exclui e o texto legal corrobora para o fracasso da formação humana e profissional, temos o cenário ideal para a elitização do ensino superior.

É pertinente deixar registrada a fragilidade do texto legal, pois, quando o discurso jurídico propicia a dupla interpretação da Lei, quando os órgãos responsáveis não fazem a sua parte fiscalizando a condução dessa modalidade de formação, há o poder político que define os caminhos a serem seguidos e o caminhar de cada um. Em Água Branca, foi o poder político local que decidiu o início e o fim do processo de “democratização do ensino

superior”, sem que a sociedade tivesse a oportunidade de opinar sobre o feito ou discutir suas fragilidades e possibilidades de superação.

A EAD cumpriu a sua missão de levar a certificação para a população menos privilegiada e com isso eximiu o Estado da sua obrigação de prover educação de qualidade para todos. Uma cortina de fumaça que escondeu a desigualdade entre os seres, apesar da venda da ideia de igualdade de oportunidades.

Uma formação que desprivilegiou a função social do professor, não o preparou para as demandas sociais e o mantém aprisionado as ideias neoliberais, devido a uma formação fragmentada.

Os professores estão, na sua esmagadora quantidade, agudamente conscientes da inadequação da formação profissional recebida, eles se sentem jogados na água sem que ninguém esteja preocupado em ensiná-los a nadar. De um lado, eles julgam quase sempre suficiente a preparação disciplinar obtida, mas se sentem desguarnecidos na linha de frente do conhecimento dos problemas educativos, dos processos de aprendizagem na idade evolutiva, das metodologias didáticas gerais (programação curricular, avaliação etc.) e das metodologias didáticas específicas da matéria ensinada. (CAVALLI, 1992, p. 243)

Se muitos pesquisadores em educação defendem a EAD como modalidade de formação e democratização do ensino superior, literalmente fecham os olhos para o projeto neoliberal de sucateamento da educação pública e de seus processos formativos.

A defesa deverá ser sempre na linha de uma formação pública, gratuita e de qualidade para todos. Formação para a transformação do meio social e extinção do capital e sua desumana lógica.

Formação para o exercício político na educação, não como forma de opressão e manutenção da desigualdade entre os iguais, mas como meio de organização social rumo a uma história de participação e divisão de bens e oportunidades entre todos.

4.5-FORMAÇÃO DOCENTE OMNILATERAL: NOSSA CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA PARA A SUPERAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE VIA EAD.

A concepção histórico-social de homem a ser defendida pelos programas de formação de professores tem como principal fundamento: um trabalho voltado para a vertente crítico-emancipatória. Essa visão de formação integral do indivíduo pensa e concebe o homem como um ser consciente do meio que vive e de suas injustiças, sendo assim capaz de interferir diretamente na realidade vivida, modificando-a.

Em relação a essa concepção de formação profissional e humana do professor, há a preocupação constante com o desenvolvimento integral do homem e sua participação ativa no meio social. Sendo assim, o processo de formação docente deve pautar-se numa perspectiva que aponte para o desenvolvimento amplo do indivíduo, possibilitando-lhe uma visão completa e real da sociedade e de seus processos de exploração e acumulação de riquezas, nas mãos de uma minoria. Para Rupolo,

[...] Em seu processo educativo, o homem é um ser que reflete a teoria e que atua na prática. Ficam isentas de significado as práticas pedagógicas fundamentadas em paradigmas que preconizam a formação integral do ser humano e, no entanto, na prática educativa, desenvolve o intelectualismo formal, sustentando um sistema social no qual persiste o problema de divisão do saber; ou a teoria tecnicista em que o professor e o aluno são apenas aplicadores de estratégias de ensino-aprendizagem e avaliação, ocupando funções, sendo executores de tarefas definidas por outros (RUPOLO, 1998, p.67).

No entendimento de Marx a formação não pode se resumir a preparação da mão de obra para atender ao mercado de trabalho, a defesa deve estar na formação para a apropriação de uma totalidade que permita o trabalho entre o “manual e intelectual” na busca pela práxis social. Na esteira de Marx, Antônio Gramsci contribuiu com a discussão da formação da classe subalterna levantando o conceito de escola “desinteressada” para classificar a formação carente de teor político. Suas afirmações visavam construir as bases para a formação de um novo homem.

A tendência hoje é a de abolir qualquer tipo de escola “desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa”, ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente e industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo. (GRAMSCI, 2010, p.33)

Em uma sociedade onde a formação unilateral é a mais praticada, falar em formação omnilateral é entender que, além do profissional, existe o humano a ser, devidamente, trabalhado nos cursos de formação do professor. Isso seria a formação do homem completo e preparado para os conflitos e transformações derivados dos avanços de ordem tecnológica e todas as demais relações que permeiam a sociedade capitalista.

Nesse enfoque, Marx e Engels (1979) compreendiam o homem como ser real de ação em condições objetivas de existência, tanto as que se encontram prontas quanto as que são produzidas. A omni ou onilateralidade é a

[...] a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho. (MANACORDA, 2007, p.89)

A proposta dialógica de formação de educadores considera que as questões educacionais devem erguer-se com base na observação de questões históricas e sociais mais amplas com as quais a escola se defronta em seu cotidiano.

Nesse cenário, marcado pela desigualdade social, pela divisão de classes, pelo predomínio dos interesses de uma minoria em detrimento das necessidades e interesses da maioria da população excluída e alijada em seus direitos básicos, imperam as relações de dominação e subserviência.

Mesmo após várias décadas de discussão tentando entender a relação entre educação/desigualdade e após várias investidas de conscientização no tocante às políticas de equidade social, o número de excluídos continua maior do que o número dos promovidos intelectualmente, e a formação docente oferecida continua respondendo aos interesses dominantes, apesar do discurso de “democratização e qualidade” divulgado, amplamente, no meio social.

As camadas menos favorecidas ainda são “agraciadas” com um ensino e formação que tende a preparar o profissional para o exercício passivo da sua profissão; um ser apto a contribuir com a manutenção da ordem e a obediência cega e inquestionável.

A formação recebida nos cursos de pedagogia - no passado e ainda hoje - contribui, na maior parte dos casos, para embaçar a compreensão da realidade e do próprio significado da atividade pedagógica. E não é, certamente, inocente: serve à formação de seres com boa consciência, dedicados a reprodução de uma estrutura social calcada sobre a desigualdade e a exploração (...) (PAIVA, 1994, p.10).

Se, no pré-capitalismo, a desigualdade era latente, no capitalismo, há a “venda” do discurso de que “todos são iguais” para ocultar a realidade ingrata da exclusão e inculcar os valores necessários à manutenção do sistema ideológico. Refletir sobre esse contexto é necessário acima de qualquer coisa, para deixar às claras em que patamar a educação está contribuindo para justificar e racionalizar a exclusão disfarçada de inclusão.

Deve-se pensar e trabalhar os processos formativos para que sejam suporte para superação da lógica capitalista que nos leva a competição, ao individualismo e a exploração, como elementos “naturais” da convivência humana.

Há que se permitir uma visão crítica, em relação às formas sutis com as quais o capitalismo em todas as vertentes, explora e animaliza o homem usando o discurso “do ser competitivo”.

O que está em foco é a existência da política dos processos educacionais, que hoje reforça a divisão de classes e que prepara, apenas, o profissional, esquecendo o humano, o político e o social.

Assim, chegamos à dura concepção, que, em pleno século XXI, a questão qualidade/quantidade não consegue ser implantado pelo Estado. E o mesmo não intervém, a fim de modificar as bases da formação oferecida a população, porque se o fizer, estará fadado ao fracasso o processo de domesticação ideológica que mantém as políticas de formação docente.

A presente pesquisa aponta para a existência de cursos de formação docente, que não são acompanhados e fiscalizados frequentemente pelo MEC, que não preparam, minimamente, seus alunos, que não possuem compromisso com a transformação social, sendo provenientes, em muitos casos, de parcerias que visam apenas à promoção política dos gestores municipais.

Dentro do conceito de omnilateralidade defendido por este trabalho, haverá o rompimento com os atuais modelos de formação unilateral, mutilada e alienada, na busca pela recuperação da integridade sócio-histórica inerente ao homem. Nesse sentido, Marx por meio do materialismo-histórico-dialético, apresenta uma proposta emancipatória que visa transpor os horizontes da revolução e estabelecer uma nova maneira de organização social, que supere as injustiças e desigualdades fomentadas pelo processo de exploração advindo do sistema capitalista. Nas palavras de Marx,

O homem se apropria de sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral. Cada uma das suas relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários. (MARX, 2010, p.108)

Marx, sempre, teve uma preocupação latente na busca por uma formação humana que privilegiasse o pensamento político-revolucionário. Na linha de Marx, Gramsci defende uma

educação politicamente “interessada”, propiciando ao trabalhador ser um dirigente político ativo.

Esse tipo de processo educativo deverá articular teoria e prática, o manual e o intelectual numa relação indissociável, contrapondo-se a formação lacunar estabelecida pelas atuais modalidades de formação via EAD que visam, apenas, aglutinar a mão de obra barata para atender as demandas do capital.

A prática do professor é resultado de outra teoria, quer seja ela reconhecida ou não. Os professores estão sempre a teorizar, à medida que são confrontados com os vários problemas pedagógicos, tais como, a diferença entre suas expectativas e os resultados. Na minha opinião, a teoria pessoal de um professor da razão por que uma lição de leitura correu pior ou melhor do que o esperado, é tanta teoria como as grandes teorias geradas nas universidades sobre o ensino da leitura: ambas precisam ser avaliadas quanto a sua qualidade, mas ambas são teorias sobre a avaliação de objetivos educacionais. (ZEICHNER, 1993, p.21)

Discutir uma nova modalidade de formação que elimine a unilateralidade das atuais formações prevê a recusa do senso comum que estabelece a universalização do conhecimento, mediante o acesso ao nível superior. A preocupação em relação ao acesso precisa estar em consonância com os indicativos de qualidade. Somente o professor formado na perspectiva que alia a teoria à prática é detentor de uma ação reflexiva em sua plenitude, podendo assim, transformar uma realidade que exclui e marginaliza. Sendo assim, entendemos que somente uma formação omnilateral, permeada pela conscientização política, permitirá ao homem compreender o meio social e intervir a fim de modificá-lo.

A formação omnilateral corrobora a formação do homem consciente dos problemas do seu tempo e do seu espaço social, habilitando-o para a realização de operações críticas e criativas de análise e síntese, que possibilitem este, mediante uma visão totalizante de fatos isolados, compreender a sociedade e intervir, tomando decisões rumo a humanização e a emancipação social.

Se, no papel o processo de formação docente via EAD impõe algumas exigências como: plataforma, biblioteca virtual, espaço físico adequado e assistência total ao aluno, nota-se que na prática isso não ocorre. Na grande e esmagadora quantidade de polos que ofertam a formação docente na modalidade EAD/Ensino Privado, o que se constata é o aluno tentando absorver uma série de informações, sem ao menos a figura do professor para lhe esclarecer as dúvidas. Logo, uma formação omnilateral torna-se inviável, haja vista a concepção ideológica neoliberal que se materializa por meio da formação precária oferecida aos discentes da EAD.

O risco não reside, apenas, na casa da desilusão, da falta de compromisso, mas na contribuição das políticas educacionais para a reprodução das desigualdades entre os seres,

legalmente tratados como iguais. Uma desigualdade ocultada por meio das ideias de pseudo-democratização espalhadas pelo país e responsáveis pela formação fragmentada do professor.

O novo perfil de profissional docente a ser formado deve ser articulado com base nas seguintes dimensões: preparação técnica para o trabalho pedagógico e preparação política para o desenvolvimento das práticas sociais e consequente autonomia individual. Uma formação de professores, pensada com base na sua função social, e não com base nas ciências e suas diversas disciplinas e áreas do conhecimento.

Desde o início dos cursos, o futuro professor deve ser confrontado com as teorias críticas que desmascaram a realidade que envolve a precarização da formação docente e da condição do ser social, bem como o curso de graduação deve ser marcado por constantes atividades de prática política.

Se, nos cursos presenciais, essas atividades já não acontecem, na modalidade à distância, essas teorias são substituídas pelos conhecimentos pedagógicos, que, por sua vez, são reduzidos para atenderem ao tempo de formação. A prática política não acontece, porque a finalidade da formação docente, atualmente, seja ela presencial ou à distância é, apenas, de cunho didático-pedagógico.

Como a formação deve estar voltada para o binômio teoria-prática, observa-se que a teoria trabalhada nos cursos de formação docente é muito limitada e a prática versa, apenas, pelas questões de ordem pedagógica, ficando a formação política totalmente esquecida. Faz-se necessário entender que,

Fazer e pensar, a relação teoria e prática; agente numa realidade social construída; preocupação com a apreensão das contradições; atitude e ação críticas frente ao mundo capitalista e sua atuação; apreensão teórico-prática do real; reflexividade de cunho sociocrítico e emancipatório. (LIBÂNEO, 2002, p.63)

O trabalho educativo deverá ser uma atividade mediadora entre o ser e a sua cultura, sempre norteado pela prática social. Só haverá trabalho educativo efetivo, se houver um professor formado em sua integridade.

Compreender a educação como um processo isolado do meio social no qual está inserido é a mesma coisa que delegar, única e exclusivamente, ao professor, os índices de reprovação e evasão escolar.

Dentro dessa linha de pensamento e entendimento da realidade, a formação docente deve ser vista como meio de transformação dos indivíduos para a ação social, não um mecanismo de aceitação da realidade vigente. Assim, temos a maior de todas as contradições envolvendo educação e sociedade: se a educação é alienante, não corresponde as demandas

sociais diárias. Se, é transformadora, põe em perigo a organização social, porque coloca seus membros diretos em confronto.

A formação omnilateral está voltada para a construção do indivíduo em sua plenitude, o que levará o futuro professor a construir sua consciência crítica, convertendo a atual formação metodológica, em formação política. Assim, “todos saberão para onde devem dirigir todos os atos e desejos da vida, porque caminhos devem andar, e de que modo cada um deve ocupar o seu lugar” (COMENIUS, 1976, p.143).

Entendemos que somente uma formação científico-crítica, associada à conscientização política permitirá ao homem compreender o verdadeiro caráter científico, objetivo e transformador de sua ação. A posição a ser ocupada pelos indivíduos em seu meio social é a da produção, transformação e práxis constante.

Para Frigotto,

[...] formar hoje para uma perspectiva omnilateral, e dentro de uma concepção de que as pessoas vêm em primeiro lugar, pressupõe tornar-se senso comum de que as relações capitalistas são incapazes, por natureza intrínseca, de prover minimamente o conjunto de direitos fundamentais a todos os seres humanos, a começar pelo direito à vida digna, à saúde, à educação, habitação, emprego ou salário desemprego, lazer, etc, sem o que o humano se atrofia. (FRIGOTTO, 1996, p.157)

Somente por meio de uma formação para a transformação e melhoria social, teremos um professor capaz de alterar o cenário educacional. Um Ser com condições de implantar na consciência de seus alunos a necessidade da busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Uma sociedade onde as relações não sejam marcadas pela força disfarçada de discurso, onde o direito esteja ao alcance de todos, e a escola seja espaço de construção do conhecimento, e não espaço de reprodução e manutenção de um sistema que exclui e marginaliza.

Segundo o materialismo histórico-dialético, não há como compreender os fenômenos humanos em sua totalidade, ignorando o contexto histórico no qual se desenvolvem. Logo, se ostentamos índices educacionais vergonhosos é porque estamos imersos num contexto social, onde ao longo do tempo o professor virou apenas um número de estatística, dentro do seu processo de formação inicial. Processo esse, que vem sendo trabalhado na perspectiva reducionista e imediatista, formando uma cadeia de equívocos que levam a educação brasileira a patamares preocupantes.

O modelo de formação via EAD esgota-se na tentativa de certificar sob a alcunha do democratizar e universalizar o ensino superior. Não podemos falar em acesso, quando o conhecimento é tratado como uma mercadoria e trabalhado para responder as diretrizes e demandas neoliberais.

A omnilateralidade impõe o desenvolvimento de posturas críticas e conscientes. Na vertente omnilateral, a formação será a responsável direta pela construção de uma nova conduta frente à vida, sociedade e injustiças. O professor será preparado para a luta social e a ruptura desse sistema de formação que certifica e escraviza, mas não forma.

Entendemos que somente uma formação crítica, aliada à prática política, permitirá ao homem compreender o verdadeiro caráter científico, objetivo e transformador de sua ação. Dessa maneira, haverá a superação da atual condição de alienado e pragmático.

Quando o processo formativo for desenvolvido numa perspectiva omnilateral, o indivíduo fará parte do campo das ideias e sua condição passará de “ser passivo” ao terreno da produção e transformação.

Dentro da sociedade capitalista, alicerçada nos princípios da divisão social do trabalho e da propriedade privada, formar professores na perspectiva omnilateral, significa envolver-se na crítica da sociedade e contrapor-se ao modo de organização implantado pelo capital.

A urgência política em criar estratégias para reverter a situação de iniquidade de acesso ao ensino superior em prazo curto de tempo, parece não se coadunar com o tempo necessário para que políticas públicas dessa amplitude, tenham condições de se expandir e cumprir fielmente a missão a que foram destinadas.

Acesso não é universalização, certificar não é formar. Enquanto estivermos imersos na cultura do consumo e do capital, estaremos em meio a grande contradição que cerca a nossa sociedade: de um lado a necessidade de ampliar o conhecimento, e do outro lado o perigo e ameaça ao sistema capitalista que esse mesmo conhecimento trará.

Segundo Saviani,

[...] o desenvolvimento da educação e, especificamente, da escola pública, entra em contradição com as exigências inerentes à sociedade de classes de tipo capitalista. Esta, ao mesmo tempo em que exige a universalização da forma escolar de educação, não pode realizar plenamente, porque isso implicaria a sua própria superação (SAVIANI, 2005, p.223).

As análises nos permitem afirmar que a educação superior a distância vem sendo tratada como uma estratégia fundamental para a comercialização do ensino superior. Uma expansão desenfreada de cursos, que tem comprometido o processo de formação na perspectiva crítico-transformadora. Uma estratégia que tem impedido a formação omnilateral do indivíduo e que tem fomentado a manutenção do capitalismo como organização econômica e social.

Sabemos que a formação omnilateral não será uma realidade em curto prazo, porém entendemos que será somente por meio dela, que a educação realizará o seu papel na

sociedade. Professor formado em sua totalidade ensinará seus alunos a reconhecer a exploração e caminhos para combatê-la.

Em contrapartida, continuar formando docentes na perspectiva atual que induz a redução de tempo e currículo, e coloca sob a tutela do discente a única responsabilidade pelo conhecimento a ser produzido é destruir o significado social da figura do docente, que vem sendo substituído por “máquinas” dentro do processo de formação. Faz-se necessário frisar que o processo de formação docente via EAD tem uma organização que não favorece a pesquisa e extensão, pois, reduz a carga horária a um dia para aulas, e um outro destinado as demais atividades do curso.

O crescimento rápido da educação a distância, em âmbito privado foi proporcionado pelo incentivo das políticas neoliberais que simplificaram o processo formativo e o reduziu a encontros semanais. O problema não está apenas na condição “do aprender via EAD”, mas na precarização das relações de troca entre professor e aluno, substituídas pelo uso de softwares.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguiu nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores originalmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se as suas normas. (ANDERSON, 1995, p.22)

É necessário entender que os processos formativos via EAD estão contribuindo, ao longo do tempo, com a proliferação de instituições de ensino privado, além de analisar até que ponto essa modalidade educativa não está, na verdade, cumprindo muito bem o intento neoliberal do Estado mínimo que se exime da responsabilidade para com a educação do seu povo.

Submetida à lógica da economia de mercado ao invés de democratizar o acesso à educação pública contribui para promover a exclusão social por intermédio de movimentos controversos: a elitização combinada com a massificação do ensino. A modernização educacional de caráter conservador implementa a educação a distância pavimentando o caminho de expansão do ensino privado. Por esta via, estimula empreendimentos em áreas nas quais a educação se mostra rentável: ensino superior e especializado. Em paralelo, ao descaso de políticas educacionais prosperam formas de investimento que transformam a educação em negócio. A modernização tecnológica apregoada pelas políticas oficiais adicionam-se estratégias publicitárias de supervalorização do conhecimento e da educação. (BATISTA, 2002, p.21)

Primar pela qualidade da formação impõe a luta por cursos estruturados, equipados com materiais de qualidade e bons professores, que superem a lógica neoliberal que impôs o

“aligeiramento” como a força motriz dos processos de formação docente nas sociedades capitalistas.

Docentes bem formados, reconhecidos pela importância do seu trabalho frente ao meio social em que estão inseridos, superarão a lógica capitalista que tem (des) configurado o processo educacional ao longo do tempo e da história.

Professores formados numa linha política e não apenas pedagógica, possibilitarão a participação da própria categoria em sindicatos e associações, o que viabilizará a organização da própria classe na luta por melhores condições de vida e de trabalho. Além da concepção pedagógica, o processo formativo-educativo deve ocupar-se com a formação omnilateral do homem, isto é, deve estar fundamentado numa perspectiva científico-crítica que aponta para o desenvolvimento integral do homem, propiciando uma visão totalizante da realidade que lhe permita viver criticamente em sociedade. Para Frigotto,

Formar hoje para uma perspectiva omnilateral, e dentro de uma concepção de que as pessoas vêm em primeiro lugar, pressupõe tornar-se senso comum de que as relações capitalistas são incapazes, por natureza intrínseca, de prover minimamente o conjunto de direitos fundamentais a todos os seres humanos, a começar pelo direito à vida digna, à saúde, à educação, habitação, emprego ou salário desemprego, lazer, etc, sem o que o humano se atrofia. (FRIGOTTO, 1996, p.157)

A formação na perspectiva omnilateral prepara o homem para os desafios atuais, tornando-o capaz de realizar operações críticas de análise e de síntese que permitem ao indivíduo, compreender o meio social em que vive, rumo a um projeto de emancipação social.

Atingir a dimensão omnilateral do ser, finalidade de todo processo educativo coerente com uma proposta de melhoria social, é romper com o conceito de unilateralidade que tem imperado nos processos formativos fragmentados e sucateados pelas políticas neoliberais. Nessa linha, o processo educativo assume as características descritas por Saviani:

[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 2000, p.17)

O papel hegemonicamente unilateral dos processos educativos, por evidenciarem o fracasso na superação da desumana lógica do capital, impõe a necessidade de uma formação humana plena. Nessa perspectiva, faz-se urgente o entendimento sobre a real função da escola, para a consolidação de uma sociedade sem classes.

Na lógica capitalista, o que predomina é o caráter segregatório e anti-humano da pedagogia burguesa, que contribui para o aprofundamento das desigualdades entre os iguais. Nesse cenário, reafirma-se a importância da análise dos processos históricos como determinantes legais para a atual política educacional. Dentro das concepções do materialismo histórico, não há espaço para o determinismo mecanicista, o caráter histórico é o constituinte das determinações e transformações sociais, conforme corrobora Frigotto:

Trata-se da célebre tese de Marx de que “os homens fazem a história, mas não em condições escolhidas por eles”. As condições não escolhidas se referem a um conjunto de determinações que produziram uma determinada estrutura e superestrutura social que nos condiciona. Não se trata, porém, de uma estrutura e superestrutura produzida por uma casualidade relacionada às forças da natureza, mas de um processo teleológico tecido nas relações de força ou de poder entre os próprios seres humanos. Trata-se pois de estruturas e determinações socialmente produzidas e, portanto, socialmente passíveis de serem alteradas pela ação consciente dos sujeitos humanos. (FRIGOTTO, 2004, p.63)

Portanto, um trabalho educativo desenvolvido na linha da criticidade e que procura implantar uma formação omnilateral não pode limitar-se a categoria de reprodução. A busca deve ser na vertente do refletir, questionar e modificar o mundo ao seu redor. Dessa maneira, Marx recoloca a educação no campo da luta e da crítica, bem como da prática social global. Associa o político, o pedagógico e o social, possibilitando o processo de formação do indivíduo concreto, resultado de suas múltiplas relações.

Conceber professores como seres intelectuais e com poder de transformação social, impõe o conhecimento e reconhecimento da força da profissão docente, enquanto mecanismo de superação da ordem capitalista, que desumaniza e explora o ser ao longo da história da humanidade. Exige ainda, que o docente tenha o entendimento de que a sua formação precisa estar alinhada com as lutas diárias, que acontecem, inclusive, fora das salas de aula.

Considerar os professores como intelectuais exige também que se analise com clareza por que determinados preconceitos e predisposições vêm persistindo ao longo dos tempos. Exige situar historicamente esses preconceitos e predisposições na rede de relações, hierarquias, posições sociais e conflitos da sociedade mais ampla e compreendê-los a partir de especificidades de classe social, faixa etária, gênero e raça. Exige entender que tentativas de superação e inovação precisam apoiar-se em estratégias de lutas situadas fora da escola, o que implica, que se ampliem os espaços de luta para além dos muros da escola e se estabeleçam novas formas de relações políticas. Exige, por fim, que todos que preparam professores combinem a linguagem da crítica com a linguagem da possibilidade. Isso significa facilitar ao futuro professor a aquisição de uma visão lúcida tanto do potencial transformador de seu trabalho, como das restrições que o perpassam, que não podem ser esquecidas ou minimizadas. Significa também desenvolver, no futuro profissional, a capacidade de utilizar procedimentos e criar alternativas que possibilitem contribuir para o melhor

rendimento do aluno da classe trabalhadora na escola e para seu engajamento no projeto de emancipação dessa classe. (ALVES, 2011, p.52)

Partindo desse pressuposto, a formação docente desejada e necessária, parte do conhecimento das práticas culturais e da experiência dos alunos, além de levar em consideração a realidade que assola a educação pública brasileira. Só haverá superação desse modelo de formação docente que explora, quando o ser formado atingir o nível de consciência que permite enxergar os processos sutis de escravização implantados pela sociedade capitalista e fomentados por meio de discursos neoliberais.

Entretanto, faz-se necessário entender, que não se trata de colocar apenas na formação docente, o peso e responsabilidade por uma sociedade mais justa e igualitária. Mas, afirmar que por mediante uma formação omnilateral o indivíduo perceberá as artimanhas que envolvem os processos de exploração a que estão submetidos à classe trabalhadora. Sendo possível, mediante a consciência dos fatos e de uma formação completa, a superação de uma ordem social que divide e segrega o ser em sua totalidade.

5-CONSIDERAÇÕES FINAIS:

(...) a história é o real, e o real é o movimento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas. Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de determinadas instituições, os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Em sociedades divididas em classes (e também em castas), nas quais uma das classes explora e domina as outras, essas explicações ou essas ideias e representações serão produzidas e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar seu poder econômico, social e político. Por esse motivo, essas ideias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. (MARX, 2006, p. 24)

A presente dissertação está inserida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e teve como objeto de pesquisa a Formação de Professores por meio da Educação à Distância no município de Água Branca-AL. Problematisa esta modalidade de formação enquanto política educacional permanente e fio condutor do processo de (des) profissionalização do professor.

O objetivo do estudo foi contribuir com a elaboração teórica sobre as atuais políticas de formação docente, com base na crítica a literatura produzida sobre a temática em questão, e da consideração da experiência de nivelamento por baixo, e consequente rebaixamento do processo de formação de professores, desenvolvido no município de Água Branca-AL.

Como uma das profissões mais tradicionais da história, a docência nas últimas décadas, tem sofrido um processo de intensa precarização que repercute diretamente na formação do professor e no processo educacional como um todo. Analisando as fragilidades e limitações da educação a distância, presenciamos como característica marcante, uma flexibilização espaço-temporal que impossibilita a troca de experiências e de interação entre professor e aluno.

Conforme Arruda (2005):

A EAD é um tipo de aprendizagem independente e flexível. Independência e flexibilidade se inter-relacionam na autonomia que a EAD confere ao aluno, ao proporcionar-lhe o poder de trabalhar de acordo com sua autonomia, sua disponibilidade de tempo, sua organização e seu ritmo de aprendizagem. (ARRUDA, 2005, p.184)

A EAD tem um discurso poderoso, alimentado pela mídia e pelas grandes facilidades que a envolve, que se torna uma obrigação dos programas de Pós- Graduação em Educação, envolvidos com a emancipação humana, a discussão e a crítica em torno de suas mazelas. Mazelas estas, que ultrapassam a barreira da ignorância intelectual e invadem a sociedade por meio da internalização dos conceitos de “democratização” e “apropriação” do conhecimento.

Dentro deste contexto de rebaixamento da formação docente, Saviani (2009) considera que aqueles que ensinam são vistos como prestadores de serviço e os que aprendem são clientes. Assim, a educação se configura como mercadoria e tem na década de 1990 um grande incentivo do mercado, por meio das inúmeras estratégias privatizantes que envolveram os processos educativos. Para Charlot (2005), formar professores é dotá-los de competências que lhe permitirão gerir tensões, construir mediações entre práticas e saberes através da prática dos saberes e do saber das práticas. Na EAD as competências necessárias a formação do professor são reduzidas a sua preparação para o trabalho pedagógico, limitado e conduzido pelo professor formado dentro de um processo recheado de limitações e fragilidades.

Na contramão histórica dos debates e das discussões que cercam a formação docente na modalidade a distância, torna-se evidente que na EAD a função docente é descaracterizada e fragmentada em partes que não dão conta da complexidade que assola a profissão/professor. Por outro lado, a sociedade tem exigido um docente capaz de dar respostas aos seus anseios, bem como um profissional capaz de intervir em seu meio. Para Sacristán (1995) a essência da profissionalidade docente faz morada nessa dialética, entre tudo o que, através dela, se pode difundir (conhecimentos, destrezas profissionais) e os diferentes contextos práticos.

O percurso teórico metodológico implicou a revisão da literatura, balanço da produção do conhecimento e análise de documentos. Os estudos apontam para a necessidade de uma formação omnilateral, por meio da elevação da capacidade teórica dos professores. Entretanto, o que se verifica na prática é o sucateamento dos cursos proporcionado pelas políticas públicas e suas parcerias, além dos textos legais que reduzem a formação do professor a encontros semanais ou quinzenais, com pouca discussão teórica e prática inexistente.

O aporte teórico perpassa o materialismo histórico dialético na tentativa de compreender a natureza política dos discursos, sentidos e contradições, bem como as relações entre conhecimento, poder e dominação que cercam a história da formação docente.

Em Água Branca-AL, a modalidade de formação docente via EAD teve seu fim decretado por questões de interesse político-partidário e não pelo entendimento de que a

mesma constitui-se em formação para o consenso e para a aceitação passiva da exploração já sofrida pela classe trabalhadora.

Assim, fez-se necessário este trabalho com o intuito de ampliar a análise e discussões sobre as formas sutis de exploração impostas pelo sistema capitalista. Além disso, esse trabalho constitui um relato sobre a maneira como são estabelecidas as parcerias no oferecimento da formação docente, nas cidades desfavorecidas geograficamente e economicamente. Uma reflexão e chamamento para todos os pesquisadores em educação acerca das “verdades” que são impostas nas cidadezinhas desse imenso país.

O desafio impõe o enfrentamento crítico às políticas de formação de professores via educação a distância, pois, a formação docente desejada permeia a valorização do profissional, bem como as garantias e direitos constitucionais para um processo educativo e formativo com qualidade assegurada. Um momento de construção do conhecimento que prepare o futuro docente para as demandas de cunho social, havendo assim, a ruptura com uma formação eminentemente técnica.

Esta pesquisa deixou evidente que a “receita” adotada pelos programas de formação superior dos professores, em exercício na educação básica, corresponde às recomendações dos organismos internacionais. Dessa maneira, atendem a grande demanda por inclusão e formação, com custos reduzidos e descaracterizam a função docente como agente social, necessário a formação humana.

Sob o discurso ilusório do acesso ao conhecimento e melhoria profissional, inúmeros docentes e futuros docentes depositaram na EAD as esperanças por sua profissionalização. Pagaram mediante a concessão de bolsas e posteriormente “as próprias expensas” uma formação fragmentada e aligeirada que só é entendida como tal, quando estes têm seus conhecimentos “postos a prova”, sejam pelas demandas sociais, pessoais ou profissionais. Nesses caminhos vão sendo produzidas e reproduzidas as desigualdades na formação de professores ao longo da história.

Em Água Branca-AL, a educação a distância certificou cerca de 210 docentes em condições precárias: infraestrutura física deficiente, ausência de biblioteca e com, apenas, 10 computadores para servirem a uma demanda grande de alunos, formados em encontros cansativos no final de semana, com tempo e currículo reduzidos.

Sobre as políticas públicas de formação do professor, aliadas à devida crítica a base legal, percebe-se uma limitação decorrente da visão idealista de sociedade e de formação humana, sempre, pautada e voltada para a adaptação ao modo do capital. Assim, o problema

da formação de docentes é estrutural e crônico, produzido historicamente pela retirada do Estado no tocante ao oferecimento e manutenção da educação pública e de qualidade.

O meio acadêmico tem apresentado pesquisas que trazem ideias e opiniões contrárias quando o assunto é EAD. Ora interpretada como “salvação” para uma realidade de exclusão, ora vista como massificação, a educação a distância foi impulsionada pelas políticas governamentais de expansão do ensino superior, e grandemente trabalhada para os cursos de formação docente.

Pensada, inicialmente, como complemento de uma formação presencial no setor público, cresceu, agressivamente, e em curto prazo de tempo, no setor privado de ensino, configurando-se como instrumento de disputa entre os empresários da educação.

De acordo com a documentação fornecida pela Prefeitura Municipal de Água Branca-AL, verifica-se que não há sob domínio da Secretaria Municipal de Educação e nem da mencionada Prefeitura, nenhum documento que faça referência à proposta pedagógica de formação dos professores.

Após sucessivas idas e vindas aos órgãos públicos citados, foi possível coletar, apenas, o documento de parceria, listas de alunos matriculados, projeto de lei para a concessão de bolsas para financiamento do curso e novos pedidos de aprovação e renovação de parceria.

Teses e dissertações com base na Teoria Crítica sinalizam para a necessidade do enfrentamento da política educacional neoliberal, pois, com a atual formação oferecida, percebe-se que há um favorecimento da exploração da classe trabalhadora, já alijada socialmente. Sendo assim, esta pesquisa descortina um processo que acontece de maneira “amadora” e que conduz a uma formação excludente, dezenas de professores.

A grande preocupação do sistema capitalista e de suas políticas de pseudo-inclusão, centra-se na mão de obra barata, pois professores mal formados são incapazes de se posicionar, politicamente, frente às demandas de ordem social e profissional. São preparados, mecanicamente, para o exercício limitado da sua função docente, ignoram direitos e vivem a cumprir deveres impostos, sem a necessária discussão, que tanto contribui para o avanço social.

Sendo assim, não podemos ficar apenas, no território da crítica, ela existe para motivar a necessária mudança. E a mudança virá por meio de uma nova organização e reformulação nos currículos, pois numa ótica transformadora, o que define a qualidade da formação oferecida ao professor é muito mais a sua práxis militante, que a quantidade de conhecimentos adquiridos durante o processo.

Analisar, criticamente, o processo de formação docente, tecendo questionamentos as políticas de formação a distância é uma tentativa de incorporar a cultura da negação e com isso implantar a práxis transformadora.

Sem conteúdo crítico reflexivo, os professores do município de Água Branca-AL concluíram a sua formação docente, tendo a EAD-*vídeo streaming* como seu meio legítimo de formação. Apostilas prontas, conteúdos fragmentados, tutores “treinados” para esse tipo de formação e alunos provenientes da escola pública lacunar, constituíram o cenário da educação a distância em Água Branca. Se a intenção era universalizar, democratizar, na prática, isso não ocorreu. O aluno da modalidade é o mais desprivilegiado.

Outra característica marcante do ensino superior via EAD em Água Branca-AL, apresentou-se através de uma grande preocupação com as questões de ordem financeira e certo descaso com a proposta de formação humana. Haja vista, os documentos encontrados fazerem menção a questões de cunho financeiro, apenas. Sendo assim, embora muitos sejam favoráveis a esse tipo de formação, ela nos apresenta uma determinada vulnerabilidade fomentada pela ambiguidade do texto legal.

Urge que a classe trabalhadora organize-se em movimentos reivindicatórios com direção e metas concretas, rumo a uma formação de qualidade, pois o fazer pedagógico precisa ser entendido como práxis social, luta.

O processo de ensinar e aprender pressupõe troca e é um ato político. Trocas são inviáveis quando nos referimos à formação a distância, que por sua própria estrutura “coisificou” o professor e seu processo de formação.

As inquietações em torno de uma formação que responda as necessidades de cunho social, não se constitui em novidade. Marx e Engels defendiam uma educação pública e gratuita para todos, uma formação omnilateral, pautada na articulação entre teoria e prática.

Faz-se necessário entender que a formação docente ideal, além de privilegiar as questões de cunho pedagógico e científico, deve propiciar o exercício da prática social. Devendo ser conduzida por uma legislação clara e objetiva, com diretrizes voltadas para a formação humana e não apenas profissional.

Nessa perspectiva, ainda que evidente e hegemônico o caráter conservador da educação, na sociedade capitalista, é necessário termos uma visão mais analítica, a partir de uma perspectiva do materialismo histórico-dialético, compreendendo as contradições presentes na função unilateral do sistema educacional.

A escola, enquanto instrumento do conformismo científico-tecnológico, expressão contemporâneo da sociabilidade humana, ao mesmo tempo em

que veicula ideologias reprodutoras das relações sociais dominantes, veicula também ideologias antagônicas e contraditórias. (NEVES, 2002, p.38)

Conforme exposto, na visão das classes burguesas, a educação tem a missão de adequar à ideologia dominante em favor das exigências da sociedade capitalista. Ao analisar a contribuição da escola na sociedade capitalista para a superação da opressão humana é preciso à eliminação da cultura do capital. Deste modo, deve-se abandonar a ideia de um sistema formativo reprodutor, da excludente mecânica da sociedade de classes.

Segundo Mészáros (2005), para a concretização de uma nova ordem social metabólica diferente e da educação de caráter socialista, fundamentada numa teoria pedagógica revolucionária, se torna imprescindível reconhecermos que:

[...] nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipação. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo, tal como descrito neste texto. E vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em em curso. Ou ambas têm êxito e se sustentam, ou fracassam juntas. (MÉSZÁROS, 2005, p.76)

Em contraposição ao papel hegemonicamente unilateral dos processos formativos da educação, faz-se necessária uma formação humana plena, ou seja, em condições omnilaterais. Sendo assim, a concepção de formação de professores na perspectiva crítica-emancipadora busca construir a indissociabilidade de teoria e prática na práxis. Tal concepção entende a formação como atividade humana, transformando o mundo natural e social em mundo humano.

Somente pela união entre teoria e prática pode existir a práxis transformadora da realidade. A prática, logo, não se completa em si mesma, somente aliada a teoria, ela cumpre a sua finalidade de mudança e transformação social. Nesse contexto, a função social do professor estabelece uma relação íntima com a função social da escola.

Na esteira do entendimento de que a escola e o professor não conseguem exercer a sua função diante da sociedade na qual estão inseridos, faz-se necessário a negação a esse modelo de formação docente de caráter técnico pedagógico, ao passo que se faz necessário a adoção de um modelo que privilegie as questões sociais como eixo norteador dos cursos de formação.

Na catarse de nossas reflexões, podemos entender que vivemos um momento histórico e rico em contradições. Leis que não legislam em favor da classe trabalhadora, professores

que não conseguem ensinar pelo exemplo, alunos desmotivados, além de um poder público negando a sua responsabilidade frente à educação do seu povo: esses constituem os grandes entraves para a transformação social.

A luta deverá ser direcionada em favor de uma política de revitalização no ensino público, gratuito e de qualidade, em que os cursos de formação docente sejam presenciais, recheados de conteúdo crítico, com momentos de exercício para a prática cidadã. Pois, não existe educação desvinculada da sociedade da qual faz parte.

6-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Editora Paz Terra, 1996.
- ARRUDA, E. P.; GONÇALVES, I. A. **Educação a Distância: uma inovação do saber pedagógico?** Paideia, Belo Horizonte, v.2, n.3, 2005.
- ALVES, Nilda(org.) **Formação de Professores: pensar e fazer**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARROYO, Miguel. **In: Trabalho Educação e Prática Social: por uma teoria da formação humana/ Org. Tomaz Tadeu da Silva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- BACZINSKI, Alexandra Vanessa de Moura. **A pedagogia histórico-crítica no estado do Paraná: continuidades e rupturas. In: Pedagogia histórico-crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora/ Ana Carolina Galvão Marsiglia e Eraldo Leme Batista(orgs)- Campinas, SP: Autores Associados, 2012.**
- BATISTA e MARSIGLIA. **Pedagogia histórico-crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
- BATISTA, Wagner Braga. **Educação a distância, Universidade Pública e Integração Regional**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.
- BERCHT, Verônica. **Ensino universitário: um empreendimento para grandes capitais**. 2008. Disponível em: <http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas>.
- BRASIL. **Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BOITO JR, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo, Xamã, 1999.
- CAVALLI, A. [a cura di] **Insegnare oggi: prima indagine IARD sulle condizionale di vita e di lavoro nella scuola italiana**. Bologna: Il Mulino, 1992.
- CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.
- _____. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. São Paulo: Cortez, 2013.
- COMBLIN, José. **O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século**. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CHOMSKY, Noan; DIETERICH, Heinz. **A sociedade global: educação, mercado e democracia**. Blumenau: Ed. Da FURB, 1999.
- COMENIUS. **Didática Magna. 2ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1976**.
- DEMO, Pedro. **A Nova LDB: Ranços e Avanços**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo; Edições Sociais, 1977.

FOERSTE, Erineu. **Parceria na formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 24ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Cidadania e formação técnico-profissional: desafios neste fim de século**. In: SILVA, Luiz Heron et al. (Org.). **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996.

no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Novas diretrizes para a formação de professores**. Niterói, RJ. Boletim Informativo do Núcleo de Desenvolvimento e Promoção Humana, n.12, 2003.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2000.

GALVÃO, A.M. **A crise da ética: o neoliberalismo como causa da exclusão social**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

GATTI, Bernadete. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. In: Educ. Soc., Campinas, out-dez de 2010. Disponível em:< <http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 30 de outubro de 2014.

GENTILLI, A.A.P.; SILVA, T.T (Orgs.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 11ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GENTILLI, Pablo. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da: GENTILLI, Pablo (org.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

_____. **A falsificação do consenso**. Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

GIOLO, Jaime. **Educação à Distância e a Formação de Professores**. Está disponível em: Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n.105, p.1211-1234, set/dez.2008.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 7ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. **Cadernos do Cárcere, Vol.2: Os intelectuais, o princípio educativo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1985.

LESSA, Sérgio. **A ontologia de Lukács**. Maceió: EDUFAL, 1996.

LINHARES, Célia. **In: Formação de professores: pensar e fazer/ Nilda Alves (org)**. São Paulo: Cortez, 2011. –(Coleção questões de nossa época; v.30).

LOMBARDI, Claudinei. SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 2002.

LITTO, Frederic M. **Educação a distância e a USP**. Disponível em http://www.futuro.usp.br/producao.cientifica/artigos/fl_eadeusp.hym. (15/04/2009)

MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução Newton Ramos de Oliveira. São Paulo: Alínea, 2007.

MANCIBO, Deise. **Universidade para todos: a privatização em questão**. Pro-posições. Campinas, v. 15, n. 3, 45 p.75-90, set./dez. 2004.

MARRACH, S. A. **Neoliberalismo e Educação**. In:Guiraldelli Junior , P(Org) Infância, Educação e Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56

MARX, K. **O Capital**, livro 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

MARX & ENGELS. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Editora Moraes LTDA, 1983.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém. (org.) **Educação e trabalho na sociedade capitalista: reprodução e contraposição**. Goiânia: Editora da UCG, 2005.

MÉSZAROS, Istvan. **A educação para além do capital**. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MICHELOTTO, Regina Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. **A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do Governo Lula.** In: Educar em Revista: n.28, jul-dez, 2006.

NEVES, Lucia Maria Wanderley(org). **A nova pedagogia da hegemonia:** estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. **Educação e política o Brasil de hoje.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (Org.) **Estado e políticas sociais.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

NOMERIANO, Aline Soares. **A educação do trabalhador, a pedagogia das competências e a crítica marxista.** Maceió: EDUFAL, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. **Política Educacional: impasses e alternativas.** São Paulo: Cortez, 1995.

PAIVA, Vanilda & WARD, Mirian Jorge (Orgs.). **Dilemas do Ensino Superior na América Latina.** Campinas, SP: Papirus, 1994.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, Selma. **Saberes Pedagógicos e Atividades Docentes.** São Paulo: Cortez, 1999.

RISTOFF, D.; GIOLO, J. Introdução: **A educação superior no Brasil: panorama geral.** Brasília, DF: INEP, 2006.

RUPOLO, Ivani. **Relação teoria-prática na intervenção pedagógica.** Espaço Pedagógico. Passo Fundo, v. 5, n. 1, p. 57-69, 1998.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores.** In: NÓVOA, Antonio (Org.) Profissão professor. Porto, Portugal: Porto Editora, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

_____. **Da nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação:** por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica:** Primeiras aproximações. 9. Ed. Campinas:

Autores Associados, 2005.

_____. **Escola e Democracia**. 39. Ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, LOMBARDI. Demerval, José Claudinei. **Marxismo e Educação**: debates contemporâneos. Campinas: Ed. Autores Associados, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu(org). **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

SOBRINHO, José Dias. **Educ. Soc.** Campinas, v. 31, n.113, p.1223-1245, out-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

SUNDFELD, Carlos Ari. **Guia Jurídico das Parcerias Público-Privadas**. São Paulo: Malheiros, 2007. p. 15-44

TAFFAREL, Celi Zulke. **Contradições da Expansão e da Educação à Distância**: destruição da formação e desqualificação do trabalho docente. Disponível em: www.rascunhodigital.faced.ufba.br, 2010.

TEIXEIRA, Anísio. In: **A educação e a crise brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005, PP. 203-224.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; SILVA, Maria das Graças da; BERALDO, Tânia Maria. **Expansão do ensino superior noturno em Mato Grosso**: um processo democrático? In: SILVA, Maria das Graças Martins da. (Org.) **Políticas Educacionais: faces e interfaces da democratização**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2011. p. 39-68

ZEICHNER, Kenneth. **A formação reflexiva de professores**: ideias e práticas. Lisboa: Educa, 1993.

7-ANEXOS

Uma coisa é ter acesso a níveis mais elevados de escolaridade, outra coisa é ter acesso aos diversos processos sociais e relações decorrentes desses instrumentos como sendo gerados determinadamente pela educação [...] (NOGUEIRA, 2003, p.116)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE-UFS**Programa de Pós-graduação em Educação-PPGED****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar da Pesquisa “Formação de professores e educação à distância no município de Água Branca-AL”, sob a responsabilidade da pesquisadora Vitória Eloise Dantas e Silva, que pretende analisar os limites e fragilidades dos cursos de formação docente na modalidade EAD.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista composta por 10 questões. Aceitando participar da mencionada pesquisa, estará contribuindo com a discussão teórica em torno de um modelo de formação docente, que se apresenta permeado por limites e fragilidades.

A pesquisa não apresenta despesas e nem remuneração aos participantes. Caso o Sr.(a) desista de continuar participando desta coleta de dados, poderá retirar o seu consentimento, sem sofrer prejuízos de nenhuma ordem.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, porém a identidade dos participantes será mantida no mais absoluto sigilo.

Para qualquer informação, os participantes poderão entrar em contato com a pesquisadora por meio do seu telefone (82)99689-7493 ou por e-mail: vitoriaeloise@gmail.com.

Consentimento Pós-informação

Eu, _____, fui informado pela pesquisadora sobre as suas intenções em relação a esta pesquisa, bem como sobre a minha importância nesse processo de coleta de dados. Entendi as explicações e concordo em participar, sendo fiel e honesto(a) em todas as minhas afirmações. Este documento será emitido em 2(duas) vias, uma ficará com a pesquisadora e outra via estará em minha posse.

ROTEIRO DA PESQUISA

- 1) Qual é o seu nome?
- 2) Quantos anos você tem?
- 3) Como se deu o processo de seleção para ingresso no ensino superior?
- 4) Qual foi o tempo de duração do seu curso de graduação?
- 5) Quantos dias por semana você tinha aula nas unidades de formação?
- 6) Quais os recursos tecnológicos utilizados durante as aulas?
- 7) Quanto ao conhecimento adquirido, você acha que a sua formação contemplou as suas expectativas? O conhecimento adquirido foi suficiente para você sentir-se preparado para os desafios da sala de aula?
- 8) Além da formação de cunho pedagógico, você recebeu formação crítica e política para enfrentar as demandas de cunho social?
- 9) Quais as principais fragilidades de um curso de formação via EAD?
- 10) O curso de formação docente via EAD prepara o futuro professor para os desafios da sala de aula?



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO para o desenvolvimento de ações educacionais que entre si celebram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cônego Nicodemo, n 17, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 12.350.153/0001-48, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor José Reinaldo de Sá Falcão, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.683.644-68, e do outro lado, **ALFAMAWEB INFORMÁTICA LTDA**, com sede na Rua 37, n 11 Conj. Brigadeiro Eduardo Gomes inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 07.906.778/0001-03, neste ato representada pelo seu Diretor Fábio Emanuel Garcez Dias de Carvalho, inscrito no CPF nº 010.674.245-04, infrafirmado, a seguir denominado **PARCEIRO** da empresa **SOCIEDADE MANTENEDORA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA BAHIA LTDA** com sede na Av. ACM, nº 3015, Ed High Tower, Loja B, Salvador- Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.422.610/0001-71, neste ato representada pelo Sr. **GERVÁSIO MENESES DE OLIVEIRA**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 166.966.705-72, portador da Cédula de Identidade RG nº 00805972-11 - SSP/PB, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada **SOMESB**.

As partes,

considerando que, nos termos dos arts. 11, I, e 67, II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, é incumbência do MUNICÍPIO organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do seu sistema de ensino e que esse sistema deve promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes aperfeiçoamento profissional continuado,

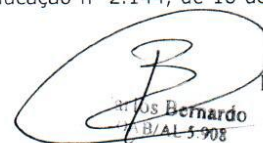
considerando que, por expressa disposição do art. 87, III, da Lei nº 9.394/96, compete ao MUNICÍPIO realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isso, os recursos da educação à distância; considerando que a SOMESB é a mantenedora da Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC;

considerando que a FTC está credenciada pelo Ministério da Educação, através das Portarias nº 2.144, de 16 de julho de 2004 e 558 de 20 de fevereiro de 2006, para o oferecimento de cursos de educação à distância de nível superior;

considerando que a FTC possui toda a estrutura física e tecnológica necessária para a produção e transmissão do conteúdo programático dos cursos autorizados; considerando, por fim, que atende às diretrizes da Lei nº 9.394/96, a oferta dos cursos ministrados pela FTC aos professores da rede de ensino do MUNICÍPIO,

resolvem, de comum acordo, na melhor forma de direito e com a observância das disposições dos arts. 13, VI, e 25, II, da Lei nº 8.666/93, celebrar o presente contrato, mediante cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA. DO OBJETO. O presente contrato tem por objeto a realização dos cursos de formação de professores ministrados pela FTC na modalidade de ensino à distância, nos termos do projeto pedagógico do curso, que é parte integrante deste instrumento contratual, e das Portarias do Ministério da Educação nº 2.144, de 16 de


A. dos Bernardos
7/B/AL-5-908



julho de 2004 e 558 de 20 de fevereiro de 2006, visando a capacitação ou aperfeiçoamento de profissionais da educação e da comunidade para atuarem na rede de ensino do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEGUNDA. DO PRAZO. O presente contrato terá prazo de duração determinado e vigorará a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2008.

CLÁUSULA TERCEIRA. DO FUNCIONAMENTO DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR À DISTÂNCIA. As aulas dos cursos de educação superior à distância serão produzidas e transmitidas pela FTC, através da tecnologia de *video streaming*, a partir de seus estúdios de geração em Salvador (BA), e assistidas pelos alunos nas diversas Unidades Pedagógicas espalhadas pelo País.

§ 1º. Para os fins deste contrato, entende-se por Unidade Pedagógica o local destinado à realização das atividades acadêmicas dos alunos de ensino à distância.

§ 2º. Na Unidade Pedagógica instalada no MUNICÍPIO funcionarão 6 (seis) turmas de 50 (cinquenta) alunos cada, abrangendo até 6 (seis) cursos distintos no turno noturno

§ 3º. O conjunto de Unidades Pedagógicas vinculadas a um curso de educação superior à distância em andamento compõe um circuito.

§ 4º. A SOMESB reserva-se o direito de somente iniciar as aulas após completar o circuito ao qual se integra a Unidade Pedagógica instalada no MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA. DA OFERTA DE VAGAS E DO PROCESSO SELETIVO. As vagas para os cursos de educação superior à distância ministrados pela FTC serão oferecidas conforme autorizado pelas Portarias do Ministério da Educação nº 2.144, de 16 de julho de 2004 e 558 de 20 de fevereiro de 2006.

Parágrafo único. O processo seletivo será concebido e executado pela SOMESB.

CLÁUSULA QUINTA. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO. O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) divulgar amplamente junto aos professores da rede oficial de ensino e à comunidade local a realização do processo seletivo para os cursos oferecidos;
- b) apurar e informar à SOMESB a demanda local para os cursos de formação de professores, classificada por turno e por curso;
- c) pagar mensalmente ao **PARCEIRO** da SOMESB a obrigação assumida na Cláusula Sétima e repassar-lhe também mensalmente as verbas referidas na Cláusula Décima;
- d) Sediar a Unidade Pedagógica
- e) Responsabilizar-se pela manutenção da Unidade Pedagógica (UP), mormente no que tange à segurança, limpeza, água e energia elétrica.



Carlos Bernardi
CAB/AL 5 908



CLÁUSULA SEXTA. DAS OBRIGAÇÕES DA SOMESB. A SOMESB obriga-se a:

- a) realizar o processo seletivo para os cursos oferecidos;
- b) realizar, de acordo com o projeto pedagógico, toda a gestão administrativa e acadêmica dos cursos oferecidos;
- c) ministrar, através da Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC, os cursos de formação de professores, na modalidade de educação à distância;
- d) fornecer, através da Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC, a certificação referente aos cursos oferecidos;
- e) equipar a Unidade Pedagógica com 1 computador, 1 projetor de multimídia e 1 sistema de som, destinados à Sala de Videostreaming, e com 10 computadores multimídia interligados em rede e à Internet e 10 conjuntos de mesa e cadeira para computador, destinados ao Laboratório de Aprendizagem;
- f) contratar o serviço de acesso à Internet em banda larga necessário à recepção do conteúdo programático dos cursos oferecidos na Unidade Pedagógica;
- g) contratar o Coordenador, os Tutores e o Operador de Informática que atuarão na Unidade Pedagógica instalada no MUNICÍPIO;
- h) obter junto ao MEC e à Secretaria Estadual de Educação todos os documentos e registros necessários ao funcionamento da Unidade Pedagógica e ao reconhecimentos dos cursos oferecidos;
- i) comunicar ao MUNICÍPIO imediatamente todas as ocorrências referentes às instalações da Unidade Pedagógica.

CLÁUSULA SÉTIMA. DAS BOLSAS OFERECIDAS PELO MUNICÍPIO. O MUNICÍPIO, a seu critério, oferecerá aos candidatos aprovados no processo seletivo 119 bolsas parciais no Curso Normal Superior e nos demais cursos de formação de professores, pelas quais pagará ao **PARCEIRO** da SOMESB mensalmente a importância de R\$ 6.377,00 (Seis mil trezentos e setenta e sete reais), no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da respectiva nota fiscal.

§ 1º. A parcela assumida pelo MUNICÍPIO corresponde a 20 % da semestralidade do Curso Normal Superior e a 20 % da semestralidade dos demais cursos de formação de professores, permanecendo o remanescente sob a responsabilidade do próprio aluno.

§ 2º. Os alunos não contemplados com as bolsas oferecidas pelo MUNICÍPIO serão responsáveis pelo pagamento integral de suas semestralidades.

§ 3º. A obrigação ora assumida pelo MUNICÍPIO não será modificada em razão do não preenchimento das vagas a que se refere.



Carlos Bernardo
OAB/AL 5.908



CLÁUSULA OITAVA. DO REAJUSTAMENTO DAS ANUIDADES. A obrigação a que se refere a Cláusula Sétima será reajustada anualmente, com base na variação do IGPM-FGV.

CLÁUSULA NONA. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. O MUNICÍPIO compromete-se a, com observância do processo legislativo próprio, realizar a dotação orçamentária das verbas necessárias para o cumprimento das obrigações previstas neste contrato, que serão registradas na rubrica:

Dotação Orçamentária: 04.040.12.36.4.0004.20.20

Elemento de Despesa: 339.018

CLÁUSULA DÉCIMA. DA CONSIGNAÇÃO EM FOLHA. Compromete-se o MUNICÍPIO a receber e cumprir as autorizações de desconto em folha de pagamento emitidas por seus funcionários matriculados nos cursos de formação de professores, para fins de pagamento das parcelas das anuidades desses cursos.

§ 1º. As autorizações para consignação de vencimentos serão recebidas pela SOMESB no ato da matrícula nos cursos de formação de professores e encaminhadas para o órgão do MUNICÍPIO, para que sejam averbadas na folha de pagamentos do MUNICÍPIO.

§ 2º. O MUNICÍPIO pagará ao **PARCEIRO** da SOMESB, até o dia 30 de cada mês, o valor consignado na folha de pagamento de seus funcionários.

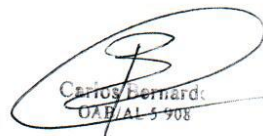
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. DA RESCISÃO. O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de prévia notificação, na hipótese de inobservância, por qualquer das partes, da lei ou das cláusulas e condições aqui estabelecidas.

§ 1º. Sem prejuízo do direito de rescisão, a parte prejudicada, a seu exclusivo critério, poderá conceder prazo à parte infratora para que seja sanada a irregularidade.

§ 2º. Qualquer tolerância relativa ao descumprimento das obrigações ora pactuadas será considerada mera liberalidade e não se constituirá em alteração das disposições deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. DA MULTA CONTRATUAL. Sem prejuízo do direito de rescisão de que trata a Cláusula Décima Segunda, na hipótese de descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes deste contrato, a parte prejudicada terá o direito de cobrar da parte infratora, a título de multa, o correspondente a 10% do valor contratado, independentemente das perdas e danos efetivamente apuradas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. DO FORO. As partes elegem o foro da Comarca de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes deste contrato.


Carlos Bernardi
OAB/AL 5.908 4



E, por estarem assim ajustados, firma as partes o presente instrumento, em três vias, na presença de duas testemunhas.

ÁGUA BRANCA, 01 de Janeiro de 2007.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
ÁGUA BRANCA**

**SOCIEDADE MANTENEDORA DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR DA
BAHIA LTDA. - SOMESB**

**PARCEIRO
ALFAMAWEB INFORMÁTICA LTDA**

TESTEMUNHAS:

1. _____
NOME:
CPF:
RG:

2. _____
NOME:
CPF:
RG:

A
Preenchimento e
assinatura
em 03.12.2007


Carlos Bernardo
CPF: 9.908

UP: AGUÁ BRANCA-AL

Pontos	Nome	Inscrição	Curso do Candidato
840	MARIA ELENICE SANTOS DA SILVA	4010000145	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
840	CAROLA DA SILVA MALTA	4010000023	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
720	PEDRO PEREIRA DE SÁ JÚNIOR	4010000191	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
720	ELIANE SILVA DOS SANTOS	4010000042	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
720	SANDRA DE SÁ NÓIA	4010000209	NORMAL SUPERIOR
720	SHEILA DE ANDRADE BARBOSA	4010000215	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
700	MARIA SILENE DE BARROS GOMES	4010000164	NORMAL SUPERIOR
700	MARIA DA CONCEIÇÃO SIQUEIRA DOS SANTOS	4010000131	NORMAL SUPERIOR
700	ROSELANE DE OLIVEIRA SANDES	4010000200	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
700	RAFAEL TOLEDO SILVA CAMPOS	4010000192	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
700	CLÁUDIA MARIA DO NASCIMENTO	4010000029	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
680	THAISA DOS SANTOS FEITOSA	4010000220	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
680	SÂMIA REGINA B. SANTOS	4010000206	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
680	VERA NEIDE SILVA DE OLIVEIRA	4010000227	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
680	LILIAN DE OLIVEIRA ALENCAR	4010000105	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
660	JOQUEBEDE DE FREITAS VIEIRA	4010000086	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
660	MARIA DA CONCEIÇÃO DE SÁ OLIVEIRA	4010000130	NORMAL SUPERIOR
640	LIENAIDE GONÇALVES RIBEIRO	4010000103	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
640	PATRICIA MARIA LIMA	4010000189	NORMAL SUPERIOR
640	ANA NERI BEZERRA DE SIQUEIRA	4010000012	NORMAL SUPERIOR
640	FLAVIO RICARDO MELO DE OLIVEIRA	4010000057	NORMAL SUPERIOR
640	ZEVALDA DANTAS SOARES	4010000233	NORMAL SUPERIOR
640	MARIA NAZARÉ SOBREIRA DA SILVA	4010000158	NORMAL SUPERIOR
640	JOSÉ REGINALDO MEDEIROS	4010000092	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
640	SÉRGIO DE OLIVEIRA	4010000214	NORMAL SUPERIOR
640	EULITÂNIA LIMA DA SILVA	4010000051	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
640	JOSÉ BEZERRA DE MELO JUNIOR	4010000088	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
640	JOÃO PEREIRA DOS SANTOS	4010000084	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
640	IZILDO ARAUJO BRANDÃO	4010000074	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
620	MARIA EDILENE BARROZO DOS SANTOS	4010000144	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
620	MARINALDO ALVES DOS SANTOS	4010000178	NORMAL SUPERIOR
620	MARIA DA CONCEIÇÃO DE MELO COSTA	4010000129	NORMAL SUPERIOR
620	PATRICIA IZABEL CIRILO FEITOSA	4010000188	NORMAL SUPERIOR
620	MARIA ZILDA PEREIRA TORRES	4010000173	NORMAL SUPERIOR
620	VERLÂNIA DA SILVA DE OLIVEIRA	4010000229	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
620	MARIA DE LOURDES GOMES DE LACERDA	4010000139	NORMAL SUPERIOR
620	ROSIE TE CORREIA NÓIA	4010000204	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
620	LIDIANE MATIAS SANTOS RIBEIRO	4010000102	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
620	MARIA VERALÚCIA DA CONCEIÇÃO	4010000171	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
620	MANOELA KARINE DE ARAÚJO BEZERRA	4010000114	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
620	GILVÂNIA BATISTA LIMA DOS SANTOS	4010000065	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
620	REGINALDO DOS REIS	4010000193	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
620	MARIA SUELI GOMES DOS SANTOS	4010000168	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
600	MARILENE TOMAZ BARBOSA DO NASCIMENTO	4010000177	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
600	VANÚSIA FERREIRA BATISTA	4010000225	NORMAL SUPERIOR
600	NADINE PEREIRA BARROS	4010000184	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
600	TÂNIA MARIA DE LIMA	4010000219	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
600	JOÉLIA DOS SANTOS	4010000085	LICENCIATURA EM BIOLOGIA

Lista dos Convocados por UP e Curso - Por classificação

600 MARIA REGINA DE SOUZA LIMA	4010000161	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
600 VILMA BATISTA LIMA	4010000230	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
600 CÍCERO LUIZ PEREIRA DE ARAUJO	4010000026	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
600 MARIA VALDETE BEZERRA	4010000170	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
600 ANTÔNIO ALVES DOS SANTOS	4010000017	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
584 JANE CLEIDE DE OLIVEIRA CORDEIRO	4010000079	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
580 SANDRA REGINA BARBOSA DOS SANTOS	4010000210	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
580 JEANE COSTA GOES	4010000082	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
580 SILVANA DA SILVA PIRES	4010000216	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
580 MARIA DAS GRAÇAS SIQUEIRA RODRIGUES	4010000135	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
580 MARIA LUIZA FERREIRA DA SILVA	4010000157	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
580 GILVAN PEREIRA DOS SANTOS	4010000063	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
560 ROSINEIDE CORREIA NOIA	4010000205	NORMAL SUPERIOR
560 VANEIDE GOMES DO NASCIMENTO	4010000224	NORMAL SUPERIOR
560 MÍRIAN MARIA LIMA QUEIROZ	4010000183	NORMAL SUPERIOR
560 ELIANE DE SOUZA DIAS	4010000041	NORMAL SUPERIOR
560 CASSIANO GOMES DA SILVA	4010000024	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
560 KLEBER SIQUEIRA DE ARAUJO	4010000096	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
560 ELIZABETE RODRIGUES DE SOUZA	4010000046	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
560 IZABEL CRISTINA DOS SANTOS DA SILVA	4010000072	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
560 LUIS PEREIRA DA SILVA FILHO	4010000112	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
560 SIMONE DA SILVA FEITOSA	4010000217	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
540 CLÁUDIA LIMA DO NASCIMENTO	4010000028	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
540 FAYRUST FRANCISCA DA SILVA	4010000054	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
540 EDILENE VICENTE FERREIRA	4010000035	NORMAL SUPERIOR
540 PAULA CORREIA XAVIER	4010000190	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
540 JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS SOUZA	4010000087	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
540 ALOIZIA DOS SANTOS SILVA	4010000009	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
540 ANIZE MOURA DO NASCIMENTO	4010000016	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
540 MARIA SANDRA ALVES	4010000163	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
540 WELLINGTON DOS SANTOS DA SILVLA	4010000231	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
524 VALMIR DE MELO DOS SANTOS	4010000223	NORMAL SUPERIOR
520 OLIVÂNIA SIQUEIRA DOS SANTOS DA CRUZ	4010000187	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
520 ANGELITA XAVIER DOS SANTOS	4010000014	NORMAL SUPERIOR
520 MARILEIDE DE SA XAVIER DOS SANTOS	4010000175	NORMAL SUPERIOR
520 MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SANDES	4010000121	NORMAL SUPERIOR
520 MAURÍCIO GOMES DA SILVA	4010000182	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
520 MARILEIDE CORREIA DOS SANTOS	4010000174	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
520 ANDRÉA DOS SANTOS SILVA	4010000013	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
520 GILVAN VIANA DOS SANTOS	4010000064	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
520 MARIA FLÁVIA DE ARAUJO FREIRE	4010000148	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
520 LUANA BERNARDO AMARAL	4010000109	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
520 DANIEL DE LACERDA PEREIRA	4010000031	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
504 WILSON ULISSES DOS SANTOS	4010000232	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
500 AGELITA DA SILVA VIEIRA	4010000005	NORMAL SUPERIOR
500 CICERO PEREIRA DOS SANTOS	4010000027	LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS
500 ANA CRISTINA DOS SANTOS SOARES	4010000011	NORMAL SUPERIOR
500 ANA CRISTINA DOS SANTOS SILVA	4010000010	NORMAL SUPERIOR
500 MARIA APARECIDA DOS SANTOS	4010000123	NORMAL SUPERIOR
500 MARIZETE DOS SANTOS	4010000181	NORMAL SUPERIOR
500 EDILEUSA SANDES LIMA	4010000036	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

500	ANTONIO CARLOS SOARES DA PAZ	4010000019	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
500	JANAINA DE SÁ DA SILVA	4010000076	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
500	LOURIVAL MANOEL DA SILVA	4010000108	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
480	SELMA LIMA DA SILVA CORREIA	4010000211	NORMAL SUPERIOR
480	MARIA ELISÂNGELA DOS SANTOS OLIVEIRA	4010000146	LETRAS – PORTUGUÊS / INGLÊS
480	MARIA DE SA XAVIER	4010000141	NORMAL SUPERIOR
480	MARIA ALDADI TOMAZ DE MELO	4010000119	NORMAL SUPERIOR
480	VALDENILZA MARIA DOS SANTOS	4010000222	NORMAL SUPERIOR
480	MARIA LUCÉLIA DE SOUZA	4010000155	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
464	LUCIMARIA BRANDAO FRANÇA E SILVA	4010000111	LETRAS – PORTUGUÊS / INGLÊS
464	MARIA GORETE FREIRE	4010000149	NORMAL SUPERIOR
460	MARIA DE LOURDES TORRES DO NASCIMENTO	4010000140	NORMAL SUPERIOR
460	MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS FEITOSA	4010000136	NORMAL SUPERIOR
460	MARIA DA CONCEIÇÃO DE ARAÚJO FREIRE	4010000128	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
460	VERA LUCIA VIEIRA ROCHA	4010000226	NORMAL SUPERIOR
460	MARIA IRALUCIA SIQUEIRA	4010000151	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
460	ANTONIO CABRAL SIQUEIRA	4010000018	LICENCIATURA EM FÍSICA
444	IVANILDO JOSE DA SILVA	4010000070	LETRAS – PORTUGUÊS / INGLÊS
440	VALDENICE DIAS DOS SANTOS	4010000221	LETRAS – PORTUGUÊS / INGLÊS
440	JOSÉ DARLAN SIMAS	4010000089	NORMAL SUPERIOR
440	LÍGIA CAVALCANTE	4010000104	NORMAL SUPERIOR
440	MARIA TEREZA DA SILVA SOUZA	4010000169	NORMAL SUPERIOR
440	JOSÉ VALDIR DA SILVA SOUZA	4010000093	LICENCIATURA EM FÍSICA
440	ÁTINO DOMINGOS TEIXEIRA	4010000021	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
440	CLAUDIA QUEIROZ DO NASCIMENTO	4010000030	NORMAL SUPERIOR
440	MARIA ROSINEIDE SIQUEIRA	4010000162	NORMAL SUPERIOR
440	EDUARDO DOS SANTOS	4010000039	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
440	SOMELYA DO NASCIMENTO FORTES	4010000218	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
440	SELMA MARTINS DE BARROS	4010000212	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
440	MARIA APARECIDA GONÇALVES BARROS	4010000124	NORMAL SUPERIOR
440	EDINELZO FERNANDES COSTA	4010000037	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
440	FERNANDA ALVES BARROS	4010000055	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
440	MARINÊS CORREIA DOS SANTOS	4010000180	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
424	MÁRCIA LIMA DOS SANTOS	4010000116	LETRAS – PORTUGUÊS / INGLÊS
420	KEULHE SÁTYRO DOS SANTOS	4010000095	LETRAS – PORTUGUÊS / INGLÊS
420	MARIA APARECIDA DE SOUZA SANTOS	4010000122	LETRAS – PORTUGUÊS / INGLÊS
420	MARIA CRISTIANA DA SILVA NASCIMENTO	4010000127	NORMAL SUPERIOR
420	CICERA MARGARIDA SOUZA DE OLIVEIRA	4010000025	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
420	ADELITA ARAUJO CORREIA BERTOLEZA	4010000001	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
420	ROSEANA LIMA DOS SANTOS	4010000199	NORMAL SUPERIOR
420	MARCOS ANTÔNIO SOUZA	4010000118	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
420	ELIZABETE TEIXEIRA DOS SANTOS	4010000047	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
420	LEONOR JOSIANE DE BARROS	4010000100	NORMAL SUPERIOR
420	ANILTON DE SOUZA AMARAL	4010000015	LICENCIATURA EM FÍSICA
420	ELVES SANTOS DE MORAIS	4010000049	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
420	JUSSARA EVELLYN DA S. NOIA	4010000094	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
420	DIOGENES MARQUES DA SILVA	4010000032	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
400	FERNANDA KÁSSIA DE A. BEZERRA	4010000056	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
400	LEIDYANA DA SILVA BARROS	4010000098	NORMAL SUPERIOR
400	ADRIANA BARBOSA DE SOUZA	4010000003	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
400	SAMIR FEITOSA GRIGÓRIO	4010000207	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

Lista dos Convocados por UP e Curso - Por classificação

400 ADRIANO RAYMUNDO GOMES	4010000004	LETRAS – PORTUGUÊS / INGLÊS
400 ELIVANDRO GOMES DOS SANTOS	4010000045	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
380 JOSE MANOEL DA SILVA	4010000090	NORMAL SUPERIOR
380 MARIA DAS DÔRES FAUSTO CAMPOS	4010000132	NORMAL SUPERIOR
380 ERENILDA PEREIRA DA SILVA	4010000050	NORMAL SUPERIOR
380 FRANCISCA MARIA DE BARROS	4010000058	NORMAL SUPERIOR
380 MARIA NEUSA DE LIMA MENDES	4010000160	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
380 ELISIANA BERNARDO FERREIRA	4010000044	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
380 MARINEIDE GOMES DA SILVA	4010000179	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
380 MARIA DAS GRAÇAS ROLIM GREGÓRIO	4010000133	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
380 ROSÂNA MARIA DOS SANTOS	4010000198	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
380 VERALÚCIA PEREIRA SILVA	4010000228	LETRAS – PORTUGUÊS / INGLÊS
380 DJALMA JATOBÁ DE LIMA	4010000034	NORMAL SUPERIOR
380 GILBERTO VIANA DOS SANTOS	4010000062	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
380 IZABEL CRISTINA DE SÁ NÓIA SILVA	4010000071	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
380 LUCIANO HENRIQUE CORRÊA	4010000110	LICENCIATURA EM FÍSICA
380 ROSELI DOS PRAZERES SILVA	4010000201	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
380 LIDIANE DE SOUZA CAVALCANTE	4010000101	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
364 MARIA DE FÁTIMA GALDINO DA SILVA	4010000137	NORMAL SUPERIOR
360 MARIA APARECIDA RIBEIRO GOMES	4010000125	NORMAL SUPERIOR
360 ALÉSSIA CRISTINA DOS SANTOS SILVA	4010000008	NORMAL SUPERIOR
360 LUIZ CARLOS DE SOUZA CAVALCANTE	4010000113	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
360 MARIA EDIENE GOMES DE SÁ	4010000143	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
360 MARCELO DOS SANTOS SILVA	4010000115	LICENCIATURA EM FÍSICA
360 JAQUELINE LACERDA SILVA	4010000081	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
360 JANAINA JOISE TEIXEIRA SÁTIRO	4010000077	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
360 ROGÉRIO DAMARCENO FARIAS	4010000197	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
360 RISIVAN SANTANA	4010000194	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
344 MARIA LUCIA ROMEIRO DA ROCHA	4010000156	LETRAS – PORTUGUÊS / INGLÊS
344 MARIA IVONE DOS SANTOS DA SILVA	4010000152	NORMAL SUPERIOR
344 ÁQUILA DE FREITAS VIEIRA	4010000020	LETRAS – PORTUGUÊS / INGLÊS
340 LILIANE APARECIDA SILVA FEITOZA	4010000106	NORMAL SUPERIOR
340 JANE CLEIDE DE FIGUEIRE DO GONCALVES	4010000078	NORMAL SUPERIOR
340 MARIA AUXILIADORA SÁTYRO DOS SANTOS	4010000126	NORMAL SUPERIOR
340 MARILENE DOS SANTOS	4010000176	NORMAL SUPERIOR
340 IVANA RODRIGUES NUNES LIMA	4010000068	NORMAL SUPERIOR
340 MARIA JOSÉ ALVES DOS SANTOS	4010000153	LETRAS – PORTUGUÊS / INGLÊS
340 OBERTA SIGUEIRA DOS SANTOS DA CRUZ	4010000186	LETRAS – PORTUGUÊS / INGLÊS
340 ADILSON JOSÉ DE SÁ	4010000002	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
340 SAMUEL DE ARAUJO OLIVEIRA	4010000208	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
340 DIOGO MIZEL VIEIRA DE SOUZA	4010000033	LICENCIATURA EM FÍSICA
340 ALÉCIA REGINA DOS SANTOS SILVA	4010000006	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
340 ALEIDE BARBOSA LIMA	4010000007	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
340 MARIA DO SOCORRO COSTA	4010000142	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
320 BETANIA BERTO	4010000022	NORMAL SUPERIOR
320 IVANILDA URIAS DE BARROS	4010000069	NORMAL SUPERIOR
320 JOÃO CARLOS SILVA LIMA	4010000083	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
304 GENILDA MARIA DE SOUZA LIMA	4010000060	NORMAL SUPERIOR
300 ISLANISIA MARIA SOUZA DA SILVA	4010000067	NORMAL SUPERIOR
300 MARIA DAS GRAÇAS S. MONTEIRO	4010000134	NORMAL SUPERIOR
300 MARIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO	4010000120	NORMAL SUPERIOR

284	LENE DE SOUZA AMARAL	4010000099	NORMAL SUPERIOR
280	MARIA SOLANGE DA SILVA NASCIMENTO	4010000166	NORMAL SUPERIOR
280	MARIA INÊS LIMA GONÇALVES	4010000150	NORMAL SUPERIOR
280	EVA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA	4010000052	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
260	MARIA ZÉLIA DA SILVA VILELA	4010000172	NORMAL SUPERIOR
240	JANILSON RAIMUNDO GOMES	4010000080	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
220	ROSEVALDO SOARES DA SILVA	4010000203	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA
200	MÁRCIO GOMES DA SILVA	4010000117	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

UP: APORÁ-BA

Pontos	Nome	Inscrição	Curso do Candidato
740	ALMIRA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA	4090000978	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
680	EDINEI BAPTISTA SANTOS	4090000984	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
600	LUCINEIA ALMEIDA DE BRITO ANDRADE	4090001002	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
580	SONIA MARIA LIMA DE OLIVEIRA	4090001013	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
580	VANESSA CAROLINA MENDINÇA MAIA	4090001017	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
560	JOSEANE DE SANTANA GUIMARÃES	4090000997	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
560	ARLETE GOMES DE SOUZA	4090000981	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
540	JOSE FABIO XAVIER DANTAS	4090000996	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
540	MARIA ZITA FERREIRA DOS SANTOS	4090001006	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
540	AMANDA LORENA LIMA RODRIGUES	4090000979	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
480	FERNANDA DE ARAUJO VIEIRA	4090000989	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
480	ALINE MALENA AGUIAR SANTOS MAIA	4090000977	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
480	LINDOMAR MORAES RODRIGUES	4090001000	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
460	PAULO ROBERTO CHAVES DE AZEVEDO	4090001009	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
460	EDILZA SOUZA DE SANTANA	4090000983	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
460	FERNANDA DANTAS DE CARVALHO	4090000988	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
460	GEORGINA DANTAS BARRETO	4090000992	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
440	MARIO SERGIO CORREIA DOS SANTOS	4090001007	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
440	ELIANE MOREIRA DO NASCIMENTO	4090000986	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
420	ELANE DOS SANTOS AGUIAR	4090000985	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
420	RENATO MICHEL REIS DE FRANÇA	4090001011	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
420	MARIA JESSINA SANTANA DE VASCONCELOS	4090001004	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
420	VALCACIA PEREIRA DOS SANTOS	4090001016	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
420	TELMA ARAUJO RAMOS MACEDO	4090001015	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
420	MARCUS MAIOTTI JUNIOR	4090001003	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
400	PEDRO MARIO MENDONÇA	4090001010	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
400	NAIRA SILVA MENDES	4090001008	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
380	FRANCQLIN SANTOS AGUIAR	4090000991	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
380	FRANCINETE LINS DA COSTA	4090000990	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
360	FATIMA DANTAS DE SOUZA	4090000987	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
360	CLADIA FERREIRA DOS SANTOS	4090000982	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
360	LORENA AGUIAR ALMEIDA	4090001001	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
360	MARIA JUCILEIDE RIBEIRO DA SILVA DE ALMEI	4090001005	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
360	ISOLDA PEREIRA DE MENDONÇA	4090000994	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
360	JOSIENE NEVES DE OLIVEIRA	4090000998	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
340	TATIANE ANDRADE DOS SANTOS	4090001014	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
340	GILSON SANTANA DE ALMEIDA	4090000993	LICENCIATURA EM BIOLOGIA
280	SELMA DANTAS DA SILVA	4090001012	LICENCIATURA EM HISTÓRIA



ALFAMA WEB INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 07.906.778/0001-03

Ofício n.º 2008/ALFAMA.

Água Branca, 01 de Julho de 2006.

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ REINALDO DE SÁ FALCÃO
Prefeito Municipal
Água Branca - Alagoas

Assunto: Solicitação de Assinatura de Contrato, referente a Bolsas Educacionais.

Senhor Prefeito,

Vimos pelo presente, solicitar a Vossa Excelência, celebrar o instrumento particular entre esta Prefeitura, a SOMESB e a ALFAMA, visando a realização dos Cursos da formação de Professores, ministrado pela FTC, na modalidade de ensino a distância. Com o objetivo de oferecer bolsas de 20% para todos os munícipes aprovados no vestibular da mesma de acordo com a Lei municipal.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Fábio Emanuel Garcez Dias de Carvalho
Diretor Geral



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Municipal de Água Branca
CNPJ:12.350.153/0001/48

TERMO DE COMPROMISSO DE CUSTEIO DE BOLSAS DE ESTUDO QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA, A EMPRESA ALFAMA PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA, EMPRESA PARCEIRA DA SOMESB - SOCIEDADE MANTENEDOR DE EDUCAÇÃO E A ALUNA Carleane Lacerda Pereira.

MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 12.350.153/0001-48, situado à Rua Cônego Nicodemos, 17, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Sr. José Rodrigues Gomes, doravante denominado COMPROMITENTE e Carleane Lacerda Pereira, aluna de Graduação do Curso de Pedagogia, brasileira, portadora do CPF 06335415402, residente em Água Branca, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, firmam o presente Termo de Compromisso de Custeio de Bolsas de Estudo, convencionando as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo a concessão de bolsas de estudo por parte do Município para o **COMPROMISSÁRIO**, com vistas à formação no Curso de Graduação de Pedagogia do aluno, ora compromissário.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações assumidas neste termo de compromisso:

I – Ao **MUNICÍPIO** compete:

- a) Repassar até o dia 20 de cada mês, o valor de R\$71,28 (setenta e um reais e vinte oito centavos), referente à 30% (trinta por cento) do valor do curso, para que o compromissário possa efetivar o pagamento do curso na data aprazada.



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Municipal de Água Branca
CNPJ:12.350.153/0001/48

- b) Proceder o devido estudo social do beneficiário, para a estipulação da porcentagem da bolsa.

II – O **COMPROMISSÁRIO** ao assinar este Termo, deverá estar ciente e de acordo com as seguintes condições:

- a) Que a eventual interrupção do curso, implicará no cancelamento de seu termo de compromisso, bem como o impedimento de nova concessão de bolsa.
- b) Que a bolsa é apenas um auxílio financeiro e que o pagamento da mensalidade do curso é de sua inteira responsabilidade, bem como todas as obrigações inerentes ao curso.
- c) Comunicar imediatamente ao Município quando da desistência do curso freqüentado, sob pena de ressarcimento aos cofres públicos do recebimento indevido da bolsa.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Compromisso terá duração de um semestre letivo, podendo ser aditado, renovado, modificado ou cancelado em qualquer época, com o consentimento das partes.

CLÁUSULA QUINTA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente termo poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer das partes, bastando simples comunicação por escrito e o Município somente pagará o valor da bolsa até o mês efetivamente freqüentado pelo compromissário.

II – Fica eleito o Foro da cidade de Água Branca/AL, para dirimir quaisquer dúvidas que não possam ser solucionadas pelas partes.



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Municipal de Água Branca
CNPJ:12.350.153/0001/48

E Por acharem justo o que foi avençado e estando de acordo com as condições acima, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Água Branca, 09 de Outubro de 2010.

JOSÉ RODRIGUES GOMES
Prefeito

**Carleane Lacerda Pereira*
Carleane Lacerda Pereira
Aluno

TESTEMUNHAS:

01 -

02 -

Declaração do MEC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

FAZ JORNAL DO 4º DEPARTAMENTO DE NOTAS
CONFIRMAÇÃO E REGISTRO DE NOTAS
SALA 15 - 15 de Fevereiro de 2004
DEPARTAMENTO DE NOTAS - ASSIS. J.

DECLARAÇÃO

Declaramos ainda que, em âmbito nacional, estão credenciadas e autorizadas a administrar cursos de licenciatura na modalidade a distância as seguintes instituições:

Faculdade de Tecnologia e Ciências	Licenciatura em Geografia e Licenciatura em História / Licenciatura em Física. Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, e Licenciatura em Biologia / Licenciatura em Letras - Português/Inglês / Licenciatura em Ciências Naturais, a distância / Curso Normal Superior - Licenciatura para Séries Iniciais do Ensino Fundamental	Parecer CEE/CNE nº 564/2004	Portaria nº 2144/04
------------------------------------	---	-----------------------------	---------------------

Brasília, 31 de janeiro de 2004

Rubens de Oliveira Martins
RUBENS DE OLIVEIRA MARTINS
Coordenação Geral de Supervisão, Registro da Faculdade Signatária
COORDENADOR GERAL



CREDENCIAL

presônios autorizados a representar a FTC

A SOMESB- Sociedade Mantenedora de Ensino Superior da Bahia S/C Ltda., Instituição Educacional constituída como pessoa Jurídica de Direito Privado, tendo em vista o contrato firmado com Alfama Informática, Consultoria Ltda, para a prestação conjunta de serviços educacionais, na modalidade a distância, autoriza os Senhores Fábio Emanuel Garcez Dias De Carvalho, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 010674245-04, portador da Cédula de Identidade 1.441.449 – SSP/SE, residente e domiciliado em Aracaju, Estado de Sergipe e Antonio Álvaro Garcez Dias de Carvalho, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 964333615-87, portador da Cédula de Identidade 1.114.617 – SSP/SE, residente e domiciliado em Aracaju, Estado de Sergipe, a representarem isolada ou conjuntamente, a FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS – EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA nos Estados de Sergipe



Prefeitura Municipal de Água Branca Gabinete do Prefeito

C.N.P.J. 12.350.153 / 0001-48



LEI Nº 520/06, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006.

- Pesquisas sobre o programa "Bolsa Faculdade".

Institui o Auxílio Educação, cria o Programa Bolsa Faculdade e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica instituído, no âmbito deste Município, o Auxílio Educação para os munícipes que estejam matriculados em instituições de ensino superior, exclusivamente em curso de graduação, desde que preencham as condições estabelecidas nesta Lei.

§1º- O auxílio educação prestado a cada munícipe terá, no máximo, a mesma duração do curso de graduação em que esteja matriculado o aluno, de acordo com o prazo aprovado pelo Ministério da Educação.

§2º- O auxílio educação não beneficiará munícipes que já sejam portadores de diploma de nível superior, nem se aplica a cursos de pós-graduação.

Art. 2º- Fica criado o Programa Bolsa Faculdade, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

§1º- As competências e atribuições da Secretaria Municipal de Educação em relação ao Programa Bolsa Faculdade serão estabelecidas em Regulamento.

§2º- Semestralmente, a Secretaria Municipal de Educação encaminhará ao Chefe do Poder Executivo o levantamento do número de candidatos, por cursos pleiteados, cujo número será fixado de acordo com os recursos orçamentários e financeiros disponíveis.

Handwritten signature.



Prefeitura Municipal de Água Branca
Gabinete do Prefeito

C.N.P.J. 12.350.153 / 0001-48



Art. 3º- O Auxílio Educação cobrirá parte do custo da mensalidade escolar dos beneficiários, ficando a cargo do Município repassar para a instituição de ensino o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do curso, para cada aluno beneficiário.

§1º- Terão prioridade para a concessão do Auxílio Educação, na forma do Regulamento, os cursos que atendam às prioridades locais de formação de recursos humanos e que venham a ser oferecidos no Município.

§2º- Attingido o limite de recursos alocados ano a ano, somente serão incluídos novos beneficiários na medida em que haja egressos do Programa.

Art. 4º- São requisitos para a concessão do Auxílio Educação instituído por esta Lei:

- I - Estar matriculado em Instituição de Ensino Superior, cujo curso seja oficialmente autorizado;
- II - Obedecer à ordem de classificação do Vestibular;
- III - Frequentar qualquer curso que esteja inserido no Programa Bolsa Faculdade;
- IV - Residir no município a pelos menos cinco anos;

Art. 5º- Será excluído, automaticamente, do Programa Bolsa Faculdade o beneficiário que:

- I - Deixar de residir no município;
- II - Não comprovar frequência e rendimento mínimo de 85% (oitenta e cinco por cento) por período letivo, considerado para efeito de rendimento a quantidade de disciplinas objeto da matrícula em relação à grade curricular do curso;
- III - Não concluir o curso de graduação no prazo de duração do curso estabelecido pelo Ministério da Educação para a Instituição de Ensino Superior.

Art. 6º- O Poder Executivo incluirá, anualmente, na Proposta Orçamentária do Município, o montante de recursos destinados ao custeio do Auxílio Educação a que se refere a presente Lei.

Art. 7º- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial ao Orçamento vigente, bem como promover o reordenamento de créditos orçamentários da Educação, nas dotações necessárias e suficientes para a execução da Presente Lei.

[Assinatura]



Prefeitura Municipal de Água Branca
Gabinete do Prefeito

C.N.P.J. 12.350.153 / 0001-48



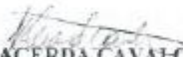
Art. 8º- O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua publicação, estabelecendo as prioridades e os critérios para seleção de beneficiários.

Art. 9º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA, AOS 28 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2006.


JOSÉ REINALDO DE SÁ FALCÃO
Prefeito

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, AOS 28 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2006.


HELENA LACERDA CAVALCANTE
Secretária Municipal de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ Nº. 12.350.153-0001-48



TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO

TERMO DE CESSÃO DE USO DE EQUIPAMENTOS QUE ENTRE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA E O ALFAMAWEB INFORMÁTICA LTDA.

O **MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.250.153/0001-48, com sede na Rua Cônego Nicodemos, 17, Centro, Água Branca, Alagoas, por seu representante legal **JOSE REINALDO DE SÁ FALCÃO**, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo, inscrito no RG nº 231.072 SSP/AL, CPF/MF nº 073.683.644-68, residente e domiciliado neste município, doravante denominado **CEDENTE** e **ALFAMAWEB INFORMÁTICA LTDA**, com sede na Rua 37, nº 11 Conj. Brigadeiro Eduardo Gomes inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 07.906.778/0001-03, neste ato representada pelo seu Diretor Fábio Emanuel Garcez Dias de Carvalho, inscrito no CPF nº 010.674.245-04, daqui por diante denominado **CESSIONÁRIO**, por força dos preceitos insertos nas leis têm entre si justo e acordado, e celebram pelo presente instrumento particular, **TERMO DE CESSÃO GRATUITO DE EQUIPAMENTO**, de propriedade do CEDENTE, sujeitando-se as partes as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo de cessão tem por objeto a cessão de uso do equipamento público Escola Municipal Misseno de Siqueira Torres, para o desenvolvimento das atividades educacionais envolvendo também educação à distância, de propriedade do CEDENTE.

CLAUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

A cessão de uso do equipamento especificado na cláusula primeira do presente termo tem por finalidade específica serviços educacionais.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

As partes que compõem a presente relação contratual obrigam-se a cumprir os preceitos indicados nos parágrafos seguintes, sem prejuízo das demais obrigações inerentes a boa e fiel consecução do objeto:

PARAGRAFO PRIMEIRO – DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

O CEDENTE obriga-se a:

- a) Entregar, imediatamente, a posse sobre o objeto desta cessão de uso, livre e desobstruindo de qualquer empecilho ao fiel cumprimento da finalidade definida na Cláusula segunda deste termo de contrato;
- b) Fornecer qualquer documento exigido em relação ao equipamento cedido, caso necessário;



c) Fiscalizar o fiel cumprimento dos termos desta avença.

PARAGRAFO SEGUNDO – DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONARIO

O CESSIONARIO obriga-se a:

- a) Utilizar o equipamento cedido, unicamente, para a finalidade definida na cláusula segunda deste contrato;
- b) Não proceder a sub-cessão, locação ou qualquer outra forma de transferência da posse do equipamento objeto da presente cessão, sem a expressa autorização do CEDENTE;
- c) Responder pela manutenção do equipamento durante o período da cessão;
- d) Facilitar o acesso de funcionários do CEDENTE, responsáveis pela fiscalização deste contrato;
- e) Corrigir as vias expressas qualquer dano causado ao equipamento, decorrente de utilização inadequada;
- f) Não proceder qualquer reforma que venha a alterar a estrutura do equipamento cedido sem anuência do CEDENTE.

CLAUSULA QUARTA – DO ÔNUS

A cessão de uso do equipamento objeto deste termo de cessão será gratuita, ficando, entretanto o CESSIONARIO, responsável integralmente, pela conservação e manutenção do equipamento cedido.

CLAUSULA QUINTA – DA VIGENCIA

O prazo de vigência do presente termo de cessão será de 10 (dez) anos a contar da data da assinatura deste, podendo ser prorrogado pelas partes desde que não haja descumprimento de qualquer dos dispositivos ora ajustados, e, sobretudo, estejam presentes as razões ensejaram a assinatura deste pacto.

CLAUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente termo poderá ser rescindido por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

CLAUSULA SETIMA – DA PUBLICAÇÃO

A luz do princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos, este termo será publicado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Água Branca, como condição para sua eficácia.

CLAUSULA OITIVA – DO FORO

Para dirimir questões oriundas do presente contrato fica eleito o foro da Comarca de Água Branca, estado de Alagoas; E, por estarem justos e contratados firmam o presente termo de contrato de cessão de uso gratuito, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, conforme são assinados pelas partes.



ESTADO DE ALAGOAS
Prefeitura Municipal de Água Branca
CNPJ:12.350.153/0001/48

E Por acharem justo o que foi avençado e estando de acordo com as condições acima, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Água Branca, 09 de Outubro de 2010.

JOSÉ RODRIGUES GOMES
Prefeito

Talvanes Bezerra Sousa
Aluno

TESTEMUNHAS:

01 -


02 -



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ N°. 12.350.153/0001-48



Água Branca/AL, 10 de julho de 2006.


JOSE REINALDO DE SÁ FALCÃO
CEDENTE


FABIO EMANUEL GARCEZ DIAS DE CARVALHO
CESSIONARIO

TESTEMUNHAS:

Representada pela ALFAMAWEB INFORMÁTICA LTDA atua em Água Branca desde 2006 na Escola Mil Misseno de Siqueira Torres, ministrando os cursos de Letras, Biologia, Matemática, Normal Superior, Ciências Contábeis e Serviço Social possuindo aproximadamente 150 alunos, tendo como base o convênio firmado em 24 de maio de 2006 junto a esta conceituada Prefeitura sendo respaldada pela Lei 520/06 de 28 de Dezembro de 2006, no qual concede aos munícipes bolsas no valor de 20% da mensalidade para os aprovados no processo seletivo realizado por esta instituição, conforme documentos em anexo.

Temos o objetivo de manter e melhorar o trabalho já existente, implantando novos cursos.

Por isso solicitamos o deferimento sobre a continuidade desse convenio e como também as instalações necessárias para o funcionamento do pólo FTC EAD Água Branca

Agradeço antecipadamente
Estamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Fábio Emanuel Garcez Dias de Carvalho
Representante Legal da FTC EAD
79- 9148 4324/ 79- 3223 3813



Prefeitura Municipal de Água Branca
Gabinete do Prefeito

C.N.P.J. 12.350.153 / 0001-48




TERMO DE COMPROMISSO

JOSÉ REINALDO DE SÁ FALCÃO, brasileiro, solteiro, Eng.º Agrônomo, portador do RG n. 231.072 SSP/AL e CPF. nº 073.683.644-68, Prefeito Municipal de Água Branca, pelo presente Termo de Compromisso que se celebra entre a Prefeitura Municipal de Água Branca Estado de Alagoas e a FTC ead – Faculdade de Tecnologia e Ciências, Ensino, a distância, para a implantação de uma Unidade Pedagógica de ensino superior na modalidade a distância, nesta Cidade, manifesto o compromisso e a decisão de conceder aos profissionais da rede municipal de ensino (ou aos servidores públicos deste Município, ou aos munícipes), a quantidade de 50 a 100 bolsas de estudo (auxílio – educação) no percentual de 30% a 50 % da mensalidade para os que venham a ser aprovados no próximo Processo Celetivo (Exame Vestibular) a ser realizado pela referida Instituição na cidade de Água Branca – AL, para Os Cursos de formação de Professores para os quais a FTC ead dispõe da autorização do MEC.

Por oportuno, autorizo a divulgação do presente junto aos professores da rede municipal de ensino e da Comunidade Local.

Água Branca - AL, 24 de maio de 2006.


José Reinaldo de Sá Falcão
Prefeito

De acordo: Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC ead

**FTC EAD – FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIA
UNIDADE PEDAGÓGICA DE ÁGUA BRANCA**

Água Branca, 18/05/2007

À Prefeita Municipal de Água Branca

Venho através deste solicitar a esta conceituada Prefeitura, uma cópia da Lei Nº 520 /2006 que Institui Auxílio Educação como também uma cópia do Projeto Lei Nº 04/2007 no qual solicita uma abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais).



Fábio Garcez Dias de Carvalho
Coordenador Geral FTC EAD
Sergipe/Alagoas

De ordem da Srª Prefeita em exercício,
autorizo a expedição da documentação
solicitada.
Em, 18/05/2007.



Cícero Bezerra da Silva
Chefe de Gabinete do Prefeito



LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

INSCR NOME

7001000088 RONALDO DOS SANTOS SANDES (1)

ÁGUA BRANCA-AL

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

INSCR NOME

7001000002	_____	ANA CRISTINA DOS SANTOS (3)
7001000003	_____	ANA LÚCIA SIQUEIRA DA SILVA (15)
7001000004	_____	ANA PAULA DOS SANTOS (5)
7001000010	_____	CESAR GOMES DA SILVA (9)
7001000011	_____	CICERO BARBOZA DA CRUZ (12)
7001000013	_____	CILEIDE DE ARAUJO FEITOZA (8)
7001000015	_____	DAYSE RAFAELA DE ARAUJO FEITOZA (7)
7001000016	_____	DILMA ALVES LIMA (1)
7001000027	_____	GLEIDSON PEREIRA FEITOZA (6)
7001000028	_____	GRACILIANO AUGUSTO DA SILVA (11)
7001000033	_____	JAKELINE DIAS DOS SANTOS (10)
7001000036	_____	JOSÉ ANDERSON GOMES DOS SANTOS (14)
7001000037	_____	JOSE CARLOS FIGUEIREDO SILVA (16)
7001000044	_____	LENILSON BARBOSA DOP NASCIMENTO (4)
7001000046	_____	LUCIANA BARROS DO NASCIMENTO OLIVEIRA (2)
7001000077	_____	MARIA TAMIRES DOS SANTOS LIMA (17)
7001000080	_____	MICHELLE MERY BEZERRA (13)
7001000093	_____	SIMONE NOIA DE OLIVEIRA (18)



INSTITUTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS

INSCR NOME

7001000008	_____	CARLA BRUNA ALVES DA SILVA (3)
7001000023	_____	FERNANDO DE SÁ OLIVEIRA (1)
7001000024	_____	GEORGINO LEANDRO (4)
7001000034	_____	JOAQUIM SANTOS LIMA (5)
7001000047	_____	LUCIANO DA SILVA (6)
7001000060	_____	MARIA DA CONCEIÇÃO MELO SANTOS (2)

ÁGUA BRANCA-AL

LICENCIATURA EM BIOLOGIA

INSCR NOME

7001000029	_____	HOSANA MARIA DOS SANTOS (8)
7001000030	_____	IDIANE MARIA VIANA (7)
7001000039	_____	JOSÉ GOMES DA SILVA (6)
7001000043	_____	KATIA BENICIO MENDES DA SILVA (9)
7001000048	_____	LUCILENE FEITOZA DA CRUZ (5)
7001000070	_____	MARIA NATHALIA SOUZA DOS SANTOS (2)
7001000076	_____	MARIA SILVANIA RODRIGUES DOS SANTOS (1)
7001000081	_____	PATRICIA CAMPOS LIMA (10)
7001000089	_____	ROSENILDA FERREIRA BATISTA (4)
7001000092	_____	SILVÂNIA DOS SANTOS (3)



LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

INSCR NOME

7001000005	_____	ANSELMO MANOEL DOS SANTOS (3)
7001000014	_____	CRISLAINE BEZERRA DO NASCIMENTO (8)
7001000021	_____	ERIKSON AMORIM DOS SANTOS (9)
7001000031	_____	IGELMAR DOS SANTOS LISBOA (4)
7001000045	_____	LIGIA DOS SANTOS ARAUJO (6)
7001000050	_____	MARCELO ALVES DOS SANTOS (2)
7001000083	_____	RAIMUNDA LIMA DOS SANTOS (5)
7001000086	_____	ROBERTO DE SOUZA ARAÚJO (7)
7001000087	_____	ROGÉRIO GONÇALVES BATISTA (1)

ÁGUA BRANCA-AL

NORMAL SUPERIOR

INSCR NOME

7001000009	_____	CECÍLIA GOMES DOS SANTOS (17)
7001000018	_____	EDIVÂNIA VENTURA LIMA (14)
7001000019	_____	EDNA DA CONCEIÇÃO LIMA (20)
7001000020	_____	ELIANE DA CONCEIÇÃO DA SILVA (11)
7001000022	_____	EVA MARIA LIMA SOARES (9)
7001000026	_____	GILDETE DOS SANTOS NUNES (1)
7001000049	_____	MAGNA DOS SANTOS TENORIO (4)
7001000052	_____	MARIA APARECIDA CORREIA NOIA (3)
7001000057	_____	MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA (10)
7001000058	_____	MARIA DA CONCEIÇÃO DANTAS (16)
7001000061	_____	MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA (18)
7001000062	_____	MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS (6)
7001000063	_____	MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA (19)
7001000064	_____	MARIA DE FÁTIMA VIEIRA DE SOUZA (8)
7001000065	_____	MARIA DO CARMO DOS SANTOS LIMA (2)
7001000068	_____	MARIA JOSE CAMPOS LIMA (7)
7001000072	_____	MARIA NELZA DA SILVA (12)
7001000073	_____	MARIA RITA DA CONCEIÇÃO SANTOS (13)
7001000074	_____	MARIA ROSIVANE GOMES DOS SANTOS (21)
7001000079	_____	MARLUCE BARROS DIAS (15)
7001000090	_____	ROSILANIA CORREIA NOIA CAMPOS (5)